



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA.
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS.
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA SOCIAIS.

GERINALDO DA SILVA LIMA

Integrados ou Independentes? Um estudo acerca das relações de produção na Avicultura do Recôncavo da Bahia.

CACHOEIRA - BA
2015

GERINALDO DA SILVA LIMA

Integrados ou Independentes? Um estudo acerca das relações de produção na Avicultura do Recôncavo da Bahia.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, como requisito parcial a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann

CACHOEIRA- BA
2015

GERINALDO DA SILVA LIMA

Integrados ou Independentes? Um estudo acerca das relações de produção na Avicultura do Recôncavo da Bahia.

CACHOEIRA/BA, APROVADA EM ___/___/___.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann (Orientador)
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Amílcar Baiardi (Examinador)
Universidade Católica de Salvador

Professor Dr. Antonio Eduardo Alves Oliveira (examinador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

"Todo jovem que acredite possuir a vocação de cientista deve dar-se conta de que a tarefa que o espera reveste duplo aspecto. Deve possuir não apenas as qualificações de cientista, mas também as do professor." (Max Weber).

AGRADECIMENTOS

A Javé o Deus pai/mãe que sempre me acompanha na minha caminhada, demonstrando o cuidado e proteção.

Aos meus pais João e Maria, meus irmãos Diva, Zé e Val, minhas cunhadas, Nate e Mara e aos meus sobrinhos João Roque, Isaac, Gabriel e Caliel que sempre confiaram em mim e me apoiaram incondicionalmente.

Ao meu Orientador, Professor Clóvis Zimmermann, que prontamente aceitou esta missão compartilhada, pela amizade e todo conhecimento proporcionado.

Aos professores e professoras do PPGCS pelo aprendizado.

Aos funcionários e funcionárias do PPGCS/UFRB, efetivos e terceirizados, que sempre me atenderam com dedicação, especialmente a servidora e amiga, Valéria Reis.

Aos Professores Amílcar Baiardi e Antonio Eduardo, pelas contribuições na Banca de Qualificação.

Minha amiga Adriana Kadota, que, sem a disponibilidade do seu automóvel, a pesquisa de campo teria sido muito mais difícil.

As minhas amigas/irmãs Flávia Palha e Fernanda Ferreira, pela amizade sincera, os cafés, os risos, o ombro amigo, a partilha de sonhos e desafios vivenciados e vencidos nesta nossa trajetória.

Minhas quatro gatinhas, Galega, Mourisca, Leona e Fiahsca, que nas situações de cansaço, estavam ali como anjos me fazendo companhia.

Meu amigo e parceiro de todas as horas, Zé Bispo, pela paciência e tolerância nas ausências e estados emocionais alterados, soube conduzir a situação, além do auxílio na correção do texto.

RESUMO

O presente estudo teve por finalidade compreender a visão dos avicultores integrados e independentes do Recôncavo da Bahia, especificamente nos municípios de Cachoeira, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos sobre as relações de produção e trabalho frente ao avanço do capital financeiro nas relações, manifestados, sobretudo, com a integração industrial de pequenos produtores ao sistema vertical. Verificou-se, ainda, como se deu a formação de um complexo avícola nesta região. A análise buscou compreender as mudanças nas relações de trabalho ocorridas principalmente com a implantação do modelo de produção da avicultura integrada na região. Para atingir os objetivos propostos foram realizadas pesquisas bibliográficas, além de uma pesquisa empírica, por meio de uma amostragem aleatória com aplicação de entrevistas com roteiro semipadronizado. Como resultado, constatou-se que a maioria dos avicultores não são proprietários das terras aonde desenvolvem suas atividades, além da existência de conflitos e insatisfações por parte destes em relação ao sistema de integração, destacando-se o excesso de horas trabalhadas no cuidado com as aves e a discordância no que tange à forma como são remunerados. Quanto aos independentes, uma pequena parcela, encontrada na região aonde foi aplicado o estudo, está satisfeita com a produção, consegue se manter na produção, avalia como positiva a atividade por não prestarem contas a terceiros e as reclamações giram em torno do fato de não haver uma política de preço mínimo para a produção. Em suma, foi possível observar que, embora a avicultura integrada seja uma opção de inserção no mercado de trabalho, precisam ser repensadas as questões que envolvem a relação empresa avícola e avicultores. Verificou-se, ainda, que ambas as categorias são pouco propensas ao cooperativismo e associativismo, enfraquecendo possíveis ações políticas para melhoria da qualidade de vida e produção.

Palavras Chave: Avicultura Integrada, Produtor Rural, Recôncavo Baiano.

ABSTRACT

This study aimed to understand the vision of integrated and independent poultry farmers of Bahia Reconcavo, specifically in the municipalities of Cachoeira, Conceição da Feira and São Gonçalo dos Campos on relations of production and work, and with the advance of capital in these relationships, manifest mainly with the industrial integration of small producers to tilt. It noted how was the formation of a poultry complex in this region. The analysis sought to understand the changes in labor relations occurred mainly with the implementation of the production model of the integrated poultry by small poultry farmers. To achieve the proposed objectives were conducted literature searches, and empirical research, through a random sampling with application interviews with semi-standardized script. As a result, it was found that the majority of poultry farmers do not own the land where they develop their activities in addition to that there are conflicts and dissatisfaction on the part thereof with respect to system integration, highlighting the excess hours worked in the care of the birds and the disagreement regarding the way they are paid. As for independent, a small portion found in the region where the study was plicated, are satisfied with the production, manage to stay in production, assess as positive the activity not accountable to others, the complaint hurt around the fact not be a minimum price policy for production. In summary, we observed that although the integrated poultry is an insert option in the labor market, needs to be rethought the issues surrounding the relationship poultry and poultry company. It was also found that both categories are somewhat prone to cooperatives and associations, weakening possible policy actions to improve the quality of life and production.

Keys Words: Integrated Poultry, Rural Producer, Reconcavo Baiano .

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FRANGO (MILHÕES DE TONELADAS)..... 85

TABELA 2. AVICULTORES INTEGRADOS..... 102

TABELA 3. AVICULTORES INDEPENDENTES..... 104

LISTA DE SIGLAS

ABA- Associação Baiana de Avicultura

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal

CAB - Centro Administrativo da Bahia

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra

PBF - Programa Bolsa Família

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CENÁRIO SOBRE O CAPITALISMO E A QUESTÃO AGRÁRIA	22
1.1 Faces do Capitalismo Agrário	22
1.2 Capitalismo e as mudanças ocorridas na agricultura brasileira.....	29
1.3 A Questão Agrária: Mudanças no rural brasileiro.....	32
1.4 O debate do Novo Rural: Mudanças e desafios.....	38
1.5 Processos de trabalho e modos de produção no capitalismo.....	49
1.6 Cenários da Agricultura brasileira a partir da segunda metade do Século XX.	51
1.7 Reestruturação Produtiva.....	53
1.8 Os tipos de Contratação Tradicionais e Modernos.....	57
1.9 Reestruturação Produtiva na Avicultura Brasileira.....	66
2. AVICULTURA NO BRASIL, NO NORDESTE E NA BAHIA: BREVES NOTAS.....	70
2.1 Avicultura no Brasil: Entre os dados e a crítica.....	70
2.2 Avicultura no Nordeste e os desafios encontrados.....	85
2.3 Avicultura na Bahia.....	90
3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ONDE FOI REALIZADO O ESTUDO.....	94
3.1 Dados sobre os municípios onde foi realizado a pesquisa.....	100
4. OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	102
4.1 Avicultores e a relação com a atividade avícola e com o trabalho.....	108
4.2 Relação avicultores com a atividade avícola e a produção.....	117
4.3 Agricultores como cidadãos.....	133
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
6. REFERÊNCIAS.....	147
7. APENDICE.....	153

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre a temática da Avicultura na Bahia, especificamente no Recôncavo, sobretudo nos municípios de Conceição da Feira, Cachoeira e São Gonçalo dos Campos. Foram analisadas as duas modalidades de produção encontradas nesta região, a integrada e a independente, verificando especialmente as relações de trabalho e produção entre pequenos proprietários de terra e as empresas avícolas que se instalaram a partir dos anos de 1990, que formam um complexo avícola no Estado e na região acima citada, conforme aponta (CARMO, 1999) e (CONCEIÇÃO, 2007).

As mudanças técnicas, provocadas pelo capitalismo na agricultura se tornaram, em certos aspectos, desfavoráveis para o homem do campo, ainda que estas tenham sido criadas com vistas a aumentar a produtividade, que, frente às novidades impostas, nem sempre cumprem a função para qual foram criadas, provocando desigualdades e exploração. Este reconhecimento é verificado nas leituras e discussões dos clássicos sobre tais mudanças provocadas severamente com o avanço do capitalismo no mundo.

Neste trabalho, apresentamos um breve panorama sobre o capitalismo e a questão agrária, sobretudo no Brasil, assinalando como este sistema de produção modificou as relações de trabalho, produção e de convívio no meio rural. Descreve, também, a forma como o capitalismo reorganizou as relações dos agricultores familiares com a terra, uma vez que estes foram, de certo modo, transformados em operários para que fossem atendidas as demandas surgidas pelo caráter industriais, conseqüentemente, moldando as propriedades rurais em empresas agrícolas e alterando todas as relações de produção familiar na agricultura, haja vista o que é considerado, principalmente, nos textos de (KAUTSKY, 1972; LÊNIN, 1982; ABRAMOVAY, 1998).

Do texto de Kautsky (1972), observamos que este aponta para questões relacionadas às mudanças sofridas com o avanço do capitalismo no campo. Diz, sobretudo, que a industrialização da agricultura dissolve a servidão de quem permanece no campo, questões referentes à dissolução da família camponesa, se deu sobretudo pela revolução industrial, que acabou lançando parte dos filhos de camponeses para atender a demanda industrial recém-surgida com o avanço contínuo da indústria nas grandes cidades, o que os torna proletários urbanos, obrigados a oferecer serviço de mão-de-obra em outras lavouras como contratados ou verem no alistamento militar um meio de

subsistência ao se tornarem soldados. As famílias passam a ser orientadas por uma demanda que surge segundo uma perspectiva de mercado e indústria, criando operários assalariados, transformando camponeses em proletários urbanos, que por sua vez, passaram a ofertar a força de trabalho como mercadoria acentuando a exploração.

As características industriais que passa a ter a agricultura brasileira não são positivas no geral, pois o aparato tecnológico desenvolvido e ofertado acentua a exclusão do trabalhador do campo, visto que este não consegue obter êxito na realização de suas atividades produtivas e se vê expulso da sua forma de vida e produção anteriores, uma vez que as demandas por produtos e serviços são ampliadas, a produção passa para escalas mais abrangentes e não mais reduzidas, como uma produção em pequena escala ou de subsistência.

Discute-se que a agricultura brasileira tem seu surgimento balizado sob a proteção do capital. Esta visível penetração do capitalismo não acabou com outras formas já existentes de produção no mundo nem mesmo aqui no Brasil, onde a penetração do capitalismo reordenou também as relações de produção, reafirmando a continuidade com o acúmulo de capital.

Ainda no caso brasileiro, dentre tantas questões que atraíram o capital para a agricultura, uma delas foi o poder de barganha dos trabalhadores rurais ainda em estágio embrionário. Isto deixou uma lacuna que permitiu com maior voracidade uma grande abertura do capital, colocando muitas vezes os trabalhadores sem vínculo empregatício para fora da produção sem a devida remuneração e reconhecimento. Entretanto, readmitindo-os somente nos períodos que convier, ficando claro o afrouxamento dos limites e respeito com a categoria, como na colheita, por exemplo, quando a necessidade de força de trabalho é urgente e indispensável. (BAIARDI, 1982) e (GORENDER, 2013).

Apontam alguns autores que a agricultura brasileira deveria ser mais evidenciada; equivocadamente, sempre foi considerada atrasada, sem vocação para o favorecimento ao processo de industrialização do país, diferentemente de outros lugares do mundo como visto na Europa e nos Estados Unidos. Somente após os anos 60 esta tomou contornos políticos mais relevantes, sendo elevada a uma temática importante e polêmica a ser discutida, dadas as transformações ocorridas no campo da política e da economia e mudanças que estavam ocorrendo no setor rural brasileiro, reverberando, desta forma, no modelo de organização dos trabalhadores e de toda a produção.

Coincidentemente, entre as décadas de 1960 e 1970, ocorreu drasticamente a expansão da empresa capitalista na agricultura brasileira. O resultado se deu com a expulsão de muitos trabalhadores do campo para as cidades, a migração para buscar melhorias nas condições de vida, provocando um desastre sobre a vida destes, que passaram a se submeter a uma realidade de subemprego, exploração, mendicância e aumentando o número de indivíduos em situação de abandono nos grandes centros. (BAIRADI, 1982; GRAZIANO DA SILVA, 1993; GORENDER, 2013).

É inegável que o avanço do capitalismo na agricultura mudou completamente o Mundo Rural. Alterações que marcaram a vida do homem do campo e que, ao mesmo tempo, desfizeram a linha que, por anos, marcou as diferenças entre urbano e rural criou novos desafios, como, por exemplo, a constatação de que anteriormente o rural tinha um mercado de trabalho próprio, com suas características de organização interna definidas, mas que agora passa a integrar toda a economia numa troca constante com aqueles que lhes fornecem insumos e, ao mesmo tempo, fornecendo seus produtos em troca.

Disto, entretanto, ocorrem grandes equívocos, como a apresentação do rural num modo unidimensional, quando este é apresentado de maneira linear, marcado por mudanças ou avanços tecnológicos, melhoramentos genéticos, insumos, políticas públicas, extensão rural e aumento da produtividade. Reforçando esta percepção, quase sempre, encontramos estudos que somente focam numa perspectiva reducionista a dos aspectos econômicos, sociais ou de produção para o consumo. Ao contrário, para pensar sobre o rural é preciso considerar as mazelas, o descaso, o abandono sofridos principalmente pelos moradores e produtores rurais e as discrepantes diferenças sobre o rural brasileiro. Lembramos, por exemplo, que o Nordeste Rural é ainda marcado pela extrema pobreza, exploração do trabalho e esvaziamento do campo. (GRAZIANO DA SILVA, 1993; BRUMER, 2003; BUAINAIM et al 2014).

Neste sentido, a pesquisa objetivou entender as mudanças ocorridas em âmbito geral na agricultura brasileira, na vida dos trabalhadores do campo e em que medida também afetou a produção avícola, principalmente o modo como se produz, visto ser esta uma atividade que, em linhas gerais, demanda maior grandeza tecnológica e melhoramento genético com vistas em sempre produzir mais para atender aos mercados demandantes. Contudo, verificou-se que há poucos escritos sobre a temática, principalmente que incluem os avicultores com maior visibilidade, considerando os aspectos que envolvem as relações mais minuciosas. Existem estudos sobre a potencialidade da produção, mas que não apontam as condições as quais são submetidos

estes avicultores, os prejuízos causados ao meio ambiente, a desmobilização e a frequente investida do capital em subsumir os pequenos produtores em detrimento do fortalecimento do setor agroindustrial avícola.

Com o avanço do capitalismo na agricultura, as conseqüentes modificações no meio rural deslocaram muitos pequenos e médios produtores das suas propriedades. Nos municípios aonde realizamos a pesquisa, a grande maioria dos produtores de frango de corte aderiu ao modelo de produção avícola de integração, que, em tese, concebe a força do capital industrial e financeiro representados pelas grandes indústrias que foram montadas no Recôncavo da Bahia, com o objetivo de transformar a região num Polo Avícola relevante no estado, de maneira que tomou um contorno maior, atingindo níveis de alcance de mercado regional e nacional.

Vale ressaltar, ainda, que o avanço e a solidez do capital nas relações de trabalho no campo mudaram as relações sobre o processo de trabalho e o modo de produção no capitalismo. São explicitadas as diferenças das atividades do campo, prescindindo que as relações sejam conduzidas de modo diferenciado, destacando a transformação da força de trabalho em mercadoria, de acordo com (DE PAULA, 1993; LIMA, 2004; OLIVEIRA, 2007; SORJ et al, 2008; PREVITALI e FAGIANE, 2011).

Todo o cenário descrito acima, confirmado por teóricos e estudiosos, sem dúvida interferiu de modo perceptível na agricultura brasileira em todos os sentidos. Em determinados momentos, a coloca num patamar elevado de produção, que acirra principalmente as relações entre aqueles que vivem no campo e que passam a ser guiados pelos ditames do capital. São reordenadas, assim, as relações diretas entre o que se produz e como produz, levando a uma luta persistente para se manterem no campo como forma de sua vida e de produção.

A pesquisa analisou as relações que envolvem a produção avícola, que também passou inevitavelmente por modificações, aprimoramentos e desarranjos na forma de produzir dos pequenos avicultores, sobretudo nas suas relações familiares, com a terra, com a propriedade, com os amigos e com as maneiras de produzir e comercializar. A pesquisa parte do entendimento e das vozes inquietantes dos avicultores independentes¹

¹ São os avicultores que produzem independentemente do financiamento de Grandes Empresas Avícolas instaladas no Recôncavo da Bahia. São, na sua maioria, persistentes e resistentes ao assédio do sistema de integração, que, na percepção destes, é opressor e explorador. Sua produção são vendidas para pequenos abatedouros em cidades circunvizinhas além das feiras livres.

e integrados², tentando entender como estes pequenos produtores pensam ambos os modelos, o de integração e o da produção independente. Buscamos apreender como se dão as trajetórias comerciais, a utilização da mão-de-obra e o acesso ao mercado consumidor dentre outras relações com estes dois grupos distintos. Ressalte-se que a produção integrada, nos últimos anos, tem se expandido por vários municípios da região acima citada, no entanto, convive e produz sob condições bastante diferenciadas. Atualmente, existe, um número reduzido, de pequenos avicultores que produzem por conta própria nas suas propriedades rurais nesta região onde se aplicou a pesquisa.

Dentre tantas questões, foi verificado que a implantação dos grandes frigoríficos na Região do Recôncavo fez com que a Bahia deixasse de ser dependente de importação de carne de ave congelada vinda de outras regiões do país, principalmente do Sul e Sudeste. Com a expansão da atividade e a implantação de outros frigoríficos há a expectativa de vendas para outros estados e de que a Bahia passe à condição de exportador para outras regiões do país.

Embora o sistema integrado aparente possua uma funcionalidade e estabilidade, verificou-se que há nítidos indícios de diversas insatisfações e inadequações na relação do integrado com a indústria, uma delas diz respeito à posse da terra. É elevado o número de avicultores que exerce suas atividades em terras arrendadas ou de propriedade do frigorífico; isto diminui, de certo modo, a autonomia dos avicultores, impedindo-os de ganhos mais desejáveis. Os aviários, na sua grande maioria, pertencem também às empresas ou são arrendados ou alugados. Quando são de propriedade de pequenos produtores da terra, se traduzem em pequenas propriedades e que ficam sob o cumprimento de normas estabelecidas pelas empresas avícolas integradoras. Neste sentido, os avicultores perdem a autoridade sobre as decisões sobre o uso da terra que lhes pertence.

Outro grupo de avicultores encontrado na Região do Recôncavo da Bahia é formado pelos que produzem por conta própria. Estes são também pequenos proprietários de terra, estabelecidos há muitos anos e que não se renderam às propostas do modelo integrado, pois entendem que é melhor permanecer na atividade livres de situações que lhes ditem o modo como e para quem produzir obrigatoriamente.

² São os avicultores que estão ligados diretamente e que produzem exclusivamente para as Empresas Avícolas existentes da Região e as relações de produção e trabalho são balizadas por meio de um contrato bilateral. Durante as entrevistas, tentamos conseguir um destes contratos, com o objetivo de se verificar como são conduzidas as cláusulas, mas por receio dos avicultores não nos foi fornecido.

O estudo e os resultados apresentados neste trabalho partiram da análise das falas e dos questionamentos de ambos os grupos de avicultores independentes e integrados. Neste, foram expressas as relações existentes entre as duas modalidades, como elas estão localizadas geograficamente próximas, mas que se dão sob condições sociais e de produção visivelmente distintas.

Se os integrados aparentemente não apresentam algumas preocupações, principalmente no que tange ao escoar da produção, reclamam, entretanto, da elevada carga de atividades diárias para cumprir e dos prazos estabelecidos pelas empresas. Os independentes, por sua vez, relatam e confirmam o modo como têm conseguido se manter diante da expansão do modelo de integração, mas sem aderir ao que consideram uma forma aviltante de trabalho e produção.

O desafio é verificar como conseguem sobreviver na terra numa região que, nas últimas décadas, tem ascendido pelo avanço e acesso às tecnologias diversas, trazendo modernas técnicas de criação de aves, sem perder as características da experiência que adquiriram como agricultores durante toda a vida. Como eles se mantêm em atividade frente ao avanço do capital financeiro e as tecnologias? O que eles pensam sobre seus pares, que, diferente deles, são subordinados completamente ao modelo de integração, têm suas propriedades alteradas e suas vidas medidas pelo viés mercadológico a que estão impostos? Estas são questões que, ao longo do texto, são respondidas sempre na perspectiva dos sujeitos que vivem esta realidade.

A pesquisa foi aplicada, especificamente, com avicultores nos municípios de Conceição da Feira, Cachoeira e São Gonçalo dos Campos, todos situados na região do Recôncavo da Bahia. A escolha destes municípios se deu principalmente por se tratarem, justamente, daqueles em que há maior destaque na concentração e produção de frango de corte e aonde se identifica a maior concentração de produtores independentes em atividade. Outro motivo é o fato destes municípios abrigarem em seu territórios as grandes empresas avícolas integradoras: Avícolas São João Ltda., Avigro Avícola Ltda. e a JBS Foods.

Alguns autores, como Carmo (1999); Evangelista (2007), Scare & Silva (2010) e Conceição (2007), discorrem que a avicultura baiana tem se tornado proeminente nas últimas décadas, acompanhando o crescimento apresentado no Nordeste e no Brasil como um todo. Os dados da ABPA e ABA corroboram com estas informações e apontam indicadores que sugerem que o mercado consumidor de carne frango tem sido crescente. Foram contabilizados os dados de produção de integrados e independentes,

pois ambos escoam sua produção para o mercado consumidor, conforme veremos mais adiante no texto.

Esta região tem sido um local de destaque no que diz respeito à avicultura tanto a de integração quanto a independente. Alguns fatores favoreceram esta realidade, dos quais se destacam: a localização adequada para escoar a produção, em virtude da proximidade de grandes rodovias nacionais; a utilização da oferta do excedente de grãos (milho e soja) do Oeste da Bahia para a produção de ração; além da tecnologia disponibilizada pelas empresas avícolas instaladas na região.

Os avicultores independentes utilizam a notoriedade regional de produtora de carne de ave para buscar formas de escoamento da produção. Os produtores que possuem uma criação em maior escala, remetem a produção para cidades do interior, principalmente as do semiárido. Os carregamentos são compostos por cargas vivas, que são comercializadas em pequenos mercados, que abatem as aves no momento da compra pelo cliente, uma vez que muitos destes não possuem tecnologia de resfriamento e congelamento em sua estrutura.

No Recôncavo, tem se destacado o modelo denominado de avicultura integrada, prevalecente em várias regiões do país e que foi absorvida pelos produtores quando da instalação de grandes empresas avícolas em meados dos anos 1990, formando assim o que se reconhece como Polo Avícola no Recôncavo da Bahia. Na mesma região, sob condições diferenciadas, resiste a avicultura independente. Esta é desenvolvida essencialmente por agricultores familiares, pequenos e médios proprietários de terra, que obtêm da atividade avícola um complemento de renda e que, em alguns casos, tem sido a principal fonte de renda para toda a família. Diferentemente dos integrados, que a maioria não possui terra ou aviários próprios e são produtores em propriedades arrendadas, comportando-se ora como meeiros ora como parceiros em terras das próprias empresas avícolas.

As relações de integração são baseadas em contratos³ assinados por ambas as partes, com a finalidade de nortear as ações que serão desenvolvidas durante todo o

³ Durante as entrevistas com os avicultores, estes informaram apenas questões básicas dos contratos, tais como as datas previstas para entrega e retirada do lote de aves para o abate, além de falarem sobre a responsabilidade da empresa em fornecer assistência técnica e o fornecimento de rações. Foram empreendidas tentativas de conseguir um contrato para averiguação e posteriormente discussão numa sessão especial neste trabalho, mas não foi possível. Os avicultores não se sentiram à vontade para disponibilizar estas informações, que, de acordo com eles, são mantidas apenas entre eles e as empresas integradoras.

processo de produção e engorda das aves até o final do ciclo produtivo. (CONCEIÇÃO, 2007; COSTA, 2008; GOMES E GOMES, 2008).

Os estudos que antecedem esta pesquisa são unânimes em reconhecer os avanços, mudanças, envolvimento e desenvolvimento da atividade avícola nesta na Região do Recôncavo da Bahia, principalmente a avicultura de corte. Fazem referência principalmente aos números positivos e em ascendência no que tange a evolução e a produção em toneladas. No entanto, a inquietação e motivação para a pesquisa se deu principalmente para entender como se dão as relações estabelecidas entre os dois modelos de produção identificados e de que modo estes estão ligados ou separados.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico do setor avícola no Brasil. Descreve como este é amparado por uma tecnologia de ponta, por um mercado promissor e por uma gama de investimentos públicos e privados, privilegiando o setor, tornando-o relevante a ponto de torna-lo um grande exportador de proteína de aves. A abordagem desta realidade foi baseada em alguns autores, tais como: (CARMO, 1999; CONCEIÇÃO 2007; EVANGELISTA et al, 2008), VITAL et al, 2008; BELUSSO e HESPANHOL, 2010).

O capítulo também expõe sobre a avicultura no Nordeste e o modo como esta tem se destacado nos últimos anos no cenário nacional, utilizando-se de um olhar mais pontual sobre esta modalidade produtiva na Bahia, que vem se tornando um dos principais produtores de avicultura de corte na região. Ressalte-se que, no estado, é o Recôncavo que se destaca principalmente pelo modelo de avicultura de integração, superando a avicultura independente. Nos anos de 1990, ocorreu a instalação de um complexo avícola nesta região, trazendo consigo investimentos em tecnologias avançadas, transferindo estas tecnologias e as técnicas de produção utilizadas na produção do Sul e Sudeste, para encontrar aqui um local propício para o desenvolvimento das atividades.

A) Objetivos

O objetivo geral que orienta o estudo é analisar como se constituiu a avicultura no Recôncavo da Bahia para o surgimento de uma cadeia produtiva bastante organizada,

além de entender como foram sendo formadas as relações de produção entre os avicultores independentes frente às empresas integradoras, que de certo modo mantêm a hegemonia da produção na modalidade integrada.

Os objetivos específicos são:

- 1) Analisar a condição de trabalho e produção na avicultura independente e integrada;
- 2) Compreender como estão sendo construídas as relações entre os avicultores independentes e integrados, diante da força da indústria avícola no Recôncavo da Bahia;
- 3) Identificar e compreender o tipo de mão-de-obra utilizada no desenvolvimento das atividades, entendendo o processo produtivo;
- 4) Analisar se, para os avicultores, esta opção de produção avícola independente seria melhor do que outras, como a produção integrada ou o cooperativismo.

B) Metodologia

Para entender a avicultura integrada e independente no Recôncavo da Bahia e as relações de produção e trabalho que envolvem as categorias e os desafios postos frente às empresas avícolas, foi utilizada abordagem qualitativa.

Na primeira parte, devido à necessidade de obter informações do perfil destes avicultores, foi procedida a escolha dos entrevistados para aplicação das entrevistas por meio de uma pesquisa empírica em uma amostragem aleatória. Para delimitação do número de entrevistados, utilizamos o critério de saturação, ou seja, as informações dadas nas entrevistas tornam-se repetitivas. De acordo com Poupart et al (2008), o princípio da saturação diz, sobretudo, quando o pesquisador é capaz de julgar os documentos, entrevistas ou outra informação que justifique a ampliação ou finalização do material empírico. A saturação é um elemento entendido como parte da constituição

de uma amostra a que se estabelece. "Lembremos que não podemos pedir ao princípio da saturação o que nenhuma pesquisa pode fazer: dar conta do real em sua totalidade" (POUPART, 2008, p.198).

O princípio da saturação funciona como indicador para que o pesquisador tenha autonomia e entendimento em parar ou limitar a coleta de dados, evitando esforço desnecessário quando já entende ter informações suficientes para afirmar seus dados e, ainda, "permite a generalizar os resultados para o conjunto do universo de análise (população) ao qual grupo analisado pertence".

Conforme Gil (2007), amostra aleatória é um tipo de amostra que consiste em atribuir a cada elemento do universo a ser pesquisado um número único e, posteriormente, selecionar alguns destes elementos de forma casual. O procedimento para realização do sorteio é bastante simples: são utilizados os números aleatórios que são constituídos por números apresentados em colunas e em páginas consecutivas, associando assim cada elemento da população a ser investigada a um número respectivamente.

Ainda de acordo com Becker (2007), por razões de eficiência, quando não se quer arguir uma população inteira e sim fazer perguntas a algumas pessoas e, a partir destas respostas, fazer generalizações em termos proporcionais para toda a população, utiliza-se este tipo de amostra. As empresas dispõem de dados dos avicultores integrados. Da mesma forma que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais apresentam listas com nomes de avicultores independentes. Com os nomes, inserimos algumas variáveis que permitiram compor um "rol" da população e assim proceder à amostragem.

No que diz respeito aos dados qualitativos, optou-se pela técnica de pesquisa da entrevista. Esta técnica bastante utilizada nas Ciências Humanas de modo geral tem como principal objetivo captar dos sujeitos pesquisados o pensamento e o conhecimento sobre as questões abordadas, apreendidas por meio da argumentação das suas falas. (SEVEREIANO, 2008).

Elegeu-se entrevista semipadronizada, apresentada com o objetivo de obter do entrevistado a reserva complexa de conhecimento sobre o que se pretendeu estudar, neste caso o entendimento dos avicultores sobre a atividade avícola no Recôncavo da Bahia. Segundo Trivínos (1987), pode-se entender por entrevistas semiestruturadas aquelas que partem de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses

relevantes à pesquisa que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as repostas do informante.

Estes conhecimentos a serem verificados incluem suposições explícitas e imediatas que são expressas e o modo espontâneo quando respondem perguntas abertas, que se completam por suposições implícitas Flick (2004). As entrevistas semiestruturadas tornam-se um importante instrumento de coleta de dados, pois os mesmos são obtidos pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado e permite o acesso às informações mais significativas.

Ademais, com o objetivo de obter maior fidedignidade dos resultados optou-se por gravar as repostas e transcrevê-las na íntegra, pois a gravação permite contar com todo material fornecido pelo informante, o que não ocorre com outros meios, uma vez que a gravação das entrevistas representa um registro de maior fidelidade e veracidade.

A organização e análise dos dados foram feitas com base na hermenêutica-dialética, a qual prevê a compreensão e entendimento da fala, depoimento como uma parte do resultado de um processo social e processo de conhecimento, frutos de múltiplas determinações, porém com significado específico. Com base na coleta e crítica dos dados levantados, foi constituído um banco de dados que viabilizou proceder com as análises, descrições e tratamento dos dados e redação do relatório final.

1. CENÁRIO SOBRE CAPITALISMO E A QUESTÃO AGRÁRIA

1.1 Faces do Capitalismo Agrário

Um dos autores clássicos que discute sobre o rural e as transformações ocorridas na agricultura com o avanço do capitalismo é Kautsky. No seu texto principal sobre a questão agrária na Rússia, sua teoria de (1899), aponta que o sistema capitalista, no processo de desenvolvimento, naturalmente alcançou e influenciou a agricultura, modificando todo o caráter produtivo, redirecionando também o modo de vida familiar da época.

As famílias camponesas na Idade Média produziam todos os bens de subsistência que lhes eram necessários, pois construía casas, confeccionavam seus instrumentos de trabalho e utensílios domésticos. A ida ao mercado se dava muito mais para a venda do excedente, as compras se davam somente quando o produto era essencial e elas não produziam nas suas propriedades.

Contra eles, os registros eram apenas dos desastres naturais, que impediam uma colheita próspera ou quando, por algum motivo, sofriam ataques de algum inimigo, mas o certo é que o fato de existir excedente indicava organização, além de a natureza fornecer igualmente toda a matéria prima para o povoamento e ampliação das comunidades.

Kautsky (1972) diz ainda que, no século XIX, era possível registrar a vivacidade dos camponeses, que viviam numa situação apresentada como ideal. "Onde quer que se encontrasse camponeses proprietários, encontrava-se igualmente essa abundância, essa segurança, essa confiança no futuro, essa independência que asseguravam ao mesmo tempo a felicidade e a virtude" (KAUTSKY, 1972, p. 24).

De posse de sua herança e da sua propriedade, o camponês e sua família organizava sua vida econômica, sem a preocupação com o olhar do mercado, que, inevitavelmente, viria a nortear à forma do seu consumo. A sua propriedade se

transformou numa espécie de caixa econômica, ali mesmo recebiam o que era da parte do pequeno lucro, era na sua propriedade que também decidia pelo lazer.

Quando reflete sobre a Europa, Kautsky (1972) assevera ter havido uma revolução que se deu principalmente pelo desenvolvimento da pequena indústria camponesa, provocada, sobretudo, pela crescente industrialização urbana e o avanço do comércio, que redimensionou as divisões do trabalho, além de ofertar utensílios e tecnologias.

Por sua superioridade, a indústria capitalista consegue desfazer velozmente a indústria doméstica camponesa. À medida que avançava o sistema capitalista, a tendência foi o aumento da dissolução da existência camponesa e de toda a sua forma de vida e de produção a que se dedicava nas suas pequenas propriedades voltadas para o seu próprio uso.

O sistema que opera o capitalismo, com os seus recursos tecnológicos de estradas de ferro, comunicação, correios dentre outros, levou não somente as cidades circunvizinhas às ideias deste novo sistema, como alcançou também os espaços mais remotos do campo e de suas populações, inserindo os camponeses cada vez mais neste processo de dependência pelo dinheiro para adquirir não somente coisas e víveres indispensáveis, mas também as supérfluas, dada a nova oferta de produtos que vinham das grandes cidades. Sua terra e sua produção passam a ser ligadas diretamente à necessidade de dinheiro, que dará conta do seu sustento.

Assim, o camponês acabou por ser forçado a torna-se aquilo que hoje se entende por camponês, mas que ao princípio ela não foi de modo algum: um puro agricultor. Mas quanto mais se chegava a esta situação, mais a indústria e a agricultura se separavam uma da outra, e mais a existência do camponês se afastava dessa independência, dessa segurança (...). (KAUTSKY, 1972, p. 27).

Os camponeses passam a depender do mercado diretamente. Eles até podiam debelar as questões de origem climática ou da natureza, mas não conseguiam controlar as demandas surgidas de determinados produtos, que podiam ser mais ou menos necessários para venda ou não, perdendo inclusive a possibilidade de venda direta ao "consumidor", pois a operação agora era via mercado demandante.

Nos anos em que a produção não era vigorosa e efetivamente abundante, os camponeses, sejam produtores de cereais ou vendedores de animais, não tinham suas necessidades de dinheiro supridas. Assim, não lhes restava opção além do acesso ao crédito, quando não, hipotecar sua propriedade, colocando-os num patamar de exploração e de dependência do capital, transformando-os em proletários e os separando definitivamente da terra.

Mas, quanto mais o camponês caía sob a dependência do mercado, quanto mais necessidade tinha de dinheiro, quanto maior era, portanto, o excedente de gêneros que devia produzir e vender, mais necessidade tinha de terra, em proporção com o tamanho da sua família para, as mesmas condições de produção, cobrir as suas necessidades. (KAUTSKY, 1972, p. 29).

Outra questão apontada pelo autor refere-se à dissolução da família camponesa, que, com o avanço da indústria nas grandes cidades, acabou lançando parte dos filhos dos camponeses para atender a indústria, tornando-os proletários urbanos, com serviço de mão-de-obra em outras lavouras, além de se tornarem soldados das Forças Armadas.

A dissolução e o desaparecimento da indústria camponesa, a evolução do capitalismo e o surgimento de uma nova indústria, agora urbana, criaram a necessidade de operários assalariados, transformando camponeses em proletários urbanos, que por sua vez, passaram a ofertar a força de trabalho como mercadoria, acentuando a exploração.

A antiga sociedade da família camponesa, que explorava a sua propriedade exclusivamente, pelo seu próprio trabalho, foi substituída, nas grandes explorações camponesas, por um grupo de operários contratados que, sob as ordens do proprietário, trabalham para ele os seus campos e guardam o seu gado, armazenam a sua colheita. (KAUTSKY, 1972, p. 31).

Lênin é também considerado um dos autores clássicos sobre o capitalismo agrário e a questão camponesa, sua teoria em (1899), visto que se dedicou a estudar e escrever sobre a temática por anos. Em estudos feitos pelo autor são assinalados como foi procedida a formação do mercado para atender ao capitalismo, o modo como se processou a desintegração do campesinato em virtude das relações de produção

estabelecidas com o capitalismo, em que pese as recorrentes mudanças na agricultura por conta deste novo modelo de produção.⁴

Lênin (1982), por sua vez, aduz que o capitalismo na Rússia estava desintegrando a propriedade rural e transformando o camponês em empresário rural, dissolvendo e modificando toda forma de subsistência e empurrando-o para o novo modo de produção, o tornando dependente do capital para a sua sobrevivência. Com o avanço do capitalismo, as propriedades foram sendo vendidas, outras transformadas em empresas rurais ao adquirir implementos, tecnologias, mudança da mão-de-obra, sobretudo pelo assalariamento, além de arrendamentos das terras para a empresa agrícola e, com isso, ocasionando o empobrecimento do camponês.

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LÊNIN, 1982, p.114).

Neste sentido, a inserção do capitalismo no mundo rural provoca o surgimento de diferenciações e distinções das classes sociais, reorganizando-as numa perspectiva de categoria rural. Por um lado, havia uma burguesia completamente rural e, agora, surge o proletário rural, que antes era configurado enquanto um pequeno proprietário de terra.

O capitalismo na Rússia remodelou as relações dos camponeses com a terra. Estes foram transformados em operários, sendo inseridos num padrão de produção que atendesse às demandas industriais, de modo que até as pequenas propriedades foram transformados em empresas agrícolas.

Sobre esta questão Lênin afirma:

Assim que, quanto mais a produção mercantil penetra a agricultura, quanto mais se agudiza a concorrência entre os agricultores, a disputa

⁴ Na concepção de Marx (1974), há uma interdependência entre o dinheiro, o capital e a mais valia. Estão interligados, perfazendo uma espécie de círculo vicioso e contínuo, do qual afirma ser a acumulação "primitiva" ou original, que é, de certa medida, a gênese do modo de produção capitalista e não o resultado deste modo de produção. Neste sentido, o autor ainda afirma ser como uma relação contagiosa, com potencialidade universalizante em quaisquer sociedades que o instaure, tendo como princípio um momento anterior constituído de expropriação, exploração e acúmulo.

pela terra, a luta pela independência econômica, tanto maior é a vigor com que deve manifestar-se essa lei, que conduz à evicção do campesinato pobre e médio pela burguesia camponesa. (LÊNIN, 1982, p. 40).

Outra questão bastante discutida gira em torno das desigualdades provocadas pela inclusão do capitalismo no mundo agrário. Esta inserção acentuou as diferenças, fomentando um fosso entre ricos e pobres e o constante aumento da exploração. Nos estudos feitos em torno da realidade rural russa, constatou-se uma intensa diferença no sistema e no modo de operação de exploração agrária, verificando contestações entre os camponeses pobres e os ricos. Por conta delas, sugere que deva existir em todos os espaços, porque o campesinato rico detém maior parte do gado, propriedades, investimentos e maiores oportunidades de empregar o seu trabalho na melhoria das terras. (LÊNIN, 1982).

O Campesinato mudou completamente com o desenvolvimento do capitalismo. As mudanças se deram em todas as esferas e relações, como vistas na criação de mercado específico para o consumo da produção dos camponeses, que passam a vender a força de trabalho como mercadoria e são transformados em proletários rurais.

(...) a transformação do campesinato em proletariado rural, cria um mercado principalmente para artigos de consumo, e de sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores “do campesinato”, verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. Essa dupla conversão fornece ao processo de formação do mercado interno, que a teoria estabeleceu dos países capitalistas em geral. (LÊNIN, 1982, p. 108).

Lênin também constata que as relações sistemáticas são econômicas ou sociais, diante das questões ligadas ao rural. Apresenta, de modo claro, as contradições próprias de qualquer modelo de economia de caráter mercantil. Quem emprega as minorias proletárias, categoria entendida como operários agrícolas, são os detentores do capital comercial, que possui a terra, seja comprada ou arrendada.

Em outro dos seus livros, Lênin (1980), quando discorre sobre o capitalismo e a agricultura nos Estados Unidos, diz que as mudanças ocorridas na agricultura, que

ganha uma característica mercantil, saindo do modelo escravista, fortaleciam os sentidos do capitalismo amplamente. Mesmo ofertando terras em vastidões imensas, não intimidou a expropriação do pequeno agricultor, ao contrário, o desenvolvimento se deu sob a égide do avanço do capitalismo e as mudanças ocorriam continuamente, ainda que de modo diferenciados nas regiões diversas.

Neste período, houve uma intensa e sólida mecanização e utilização de insumos na produção agrícola. O uso de maquinários e de melhoramento dos equipamentos servia como motivação para acelerar demasiadamente a produção intensiva, que passara a atender mercados específicos, em expansão pujante que dava um contorno favorável à exploração dos pequenos pelos grandes produtores e favorecia grandemente ao avançar do capitalismo pelos Estados Unidos.

As mudanças ocorridas durante o desenvolvimento do capitalismo alteraram significativamente as relações de produção familiares na agricultura, de maneira tal que há detecção de uma diferenciação social em que as características da produção camponesa sucumbissem, dando origem a um novo momento.

O campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis de reprodução e do desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1998, p. 59).

É inegável o envolvimento das atividades camponesas neste processo de inserção do capitalismo no mundo. Ressalte-se que tais atividades são postas em situação visivelmente diferenciada por conta das características peculiares que ganha a empresa capitalista no estabelecimento camponês.

Quanto a esta questão, observemos o fragmento ABRAMOVAY, (1989, p. 61):

Diferenciação de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo.

Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho.

Assim, considera-se que não são as características especiais da agricultura que explicam a existência do campesinato com sua diferenciação, “mas ao contrário, é a existência do mesmo que explicará a maneira como está moldada a estrutura social no campo”. Portanto, o que caracteriza o campesinato é exatamente uma nova característica adquirida: a nítida fusão entre a unidade de produção e a de consumo.

ABRAMOVAY (1989, p. 90) diz que “é perfeitamente possível, portanto que a análise microeconômica se volte para cada um destes aspectos constitutivos do campesinato: o trabalho fornecido pela família e a renda (monetária ou não) daí derivada”.

As transformações sofridas na agricultura com o processo de expansão capitalista no campo aproximou o setor da indústria e trouxe no seu arcabouço incontornáveis prejuízos para os pequenos produtores rurais, embora se reconheça que tenham sido inevitáveis estas situações.

Tratando a partir do pensamento dos clássicos, como Kautsky (1972), Lênin (1985) e Chayanov (1974), estes reconhecem que as mudanças ocorridas da agricultura colocou o homem do campo numa situação desfavorável frente ao novo momento de inserção de novas perspectivas, sobre as quais eles apontam a modernização do campo, o justaposição da indústria e a agricultura, além do surgimento de um novo mercado que expôs o camponês a uma vida de exclusão do seu espaço de trabalho e vida.

As mudanças ocorridas no campo e, sobretudo, na agricultura estiveram no centro das discussões desde o final do Século XIX, apontando para as perspectivas e acontecimentos que ocorreriam no futuro sob esta nova perspectiva de industrialização do rural. Neste sentido, as grandes propriedades seriam muito mais favoráveis ao sistema capitalista, pois, num primeiro momento, se adequariam às possibilidades de produção em maior escala e, assim, eliminaria as pequenas propriedades que não teriam como subsistir ao novo modo de produção, tendo que se submeter aos ditames do capital, que, por hora e em pouco tempo, acaba por subsumir também as pequenas propriedades rurais.

(...) se cria uma integração indústria-agricultura, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista, e deixa de ser camponês tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado e ficando dependente de atributos que antes não o tinha e deixa de ser o ator principal da produção, pois a tecnificação o suprime em grande parte. (ALVES e SILVEIRA, 1997, p.23).

Lênin (1982), por sua vez, aduz que o capitalismo na Rússia estava desintegrando a propriedade rural e transformando o camponês num empresário rural, dissolvendo e modificando toda forma de subsistência e empurrando-o para o novo modo de produção, tornando-o dependente do capital para sua sobrevivência.

Com o avanço do capitalismo, as propriedades foram sendo vendidas, outras transformadas em empresas rurais, adquirindo implementos, tecnologias, mudança da mão-de-obra, sobretudo pelo assalariamento, além dos arrendamentos das terras para a empresa agrícola e, com isso, ocasionou o empobrecimento do camponês.

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LÊNIN, 1982, p.114).

Neste sentido, a inserção do capitalismo no mundo rural provoca o surgimento de diferenciações e distinções destas classes, reorganizando-as numa perspectiva da categoria do rural; aonde havia uma burguesia completamente rural, surge agora o proletário rural, que antes era proprietário.

1.2 Capitalismo e as mudanças ocorridas na agricultura

Quanto ao modo de produção capitalista na agricultura, Gorender (2013) aponta que existem fatores próprios e característicos, dentre eles a terra e a posse da mesma como bem insubstituível, embora limitado, que tem sido sobreposto pelo domínio do

capital na agricultura, promovendo lucro para o proprietário ou empresário rural, diferentemente do excedente que era produzido pelo camponês no feudalismo, em que a sua renda advinha da terra para assegurar a sua vida familiar e comunitária, dada também pela produção de excedentes.

Com relação à formação do capitalismo no campo, aqui no Brasil, o autor afirma que a formação se deu diferente da europeia, pois foi constituído principalmente pelo modelo da produção escravista colonial.

A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na locação da renda da terra, a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais). O outro lado deste processo de gênese é o de adensamento do mercado de mão-de-obra livre, inteiramente despossuída, completamente desenraizada de qualquer economia autônoma, mão-de-obra que pode ser assalariada temporariamente (os chamados volantes). (GORENDER, 2013 p. 22)

Porém, Baiardi (1982) reconhece que a agricultura brasileira tem seu surgimento calcado sob a proteção do capital. Esta visível penetração do capitalismo não acabou com outras formas já existentes de produção. Foi o sistema de "plantation" que, de certo modo, organizou e implantou este caráter capitalista, pois nele comportavam o trabalho escravo e a exploração com vistas ao acúmulo de lucros contínuos. Com a força da mão-de-obra do trabalho escravo, o capital mercantil agiu na colônia visando à produção de mercadorias que fossem levadas para a Metrópole, alcançando o mercado europeu e tendo como destaque principalmente a produção açucareira da época.

Dentre as abordagens sobre a penetração do capitalismo na agricultura, assim como a condução de todo o processo produtivo, Baiardi (1982) aponta a possibilidade de existirem de duas formas, direta e indireta. Afirma o autor:

A condução direta verifica-se quando o capitalista adianta capital e assalaria trabalhadores, responsabilizando-se por todas as etapas do processo produtivo. A empresa capitalista pode ser ou não proprietária da terra, mas no caso brasileiro, o mais comum é ter a unificação do capitalista com o proprietário fundiário. Esta unificação, de por um lado exclui a participação de uma classe social, que recebe renda

territorial, por outro, transmite ao capitalista expectativas de ganhos excessivos com a agricultura [...] (BAIARDI, 1982, p.05)

O autor acima citado aponta que, no caso brasileiro, dentre outras questões que atraiu o capital para a agricultura, se deu principalmente por que o poder de barganha dos trabalhadores rurais ainda é incipiente, deixando uma lacuna que possibilitou a entrada do capital com maior avidez, colocando muitas vezes os trabalhadores sem vínculo empregatício para fora da produção sem a devida remuneração e readmitindo-os somente nos período que convier ao contratante, como, por exemplo, durante o período de colheita, quando a necessidade de força de trabalho é urgente e indispensável.

E ainda, Baiardi (1982) adverte que ações como as que aparecem descritas acima resultaram na formação de um número imenso de trabalhadores que, sem perspectiva de tarefas ou ocupação, acabaram perambulando por diversas regiões, reforçando de algum modo mazelas como o êxodo rural e a migração para cidades ou outras regiões. Tudo isto decorre em nome do grande capital que dita as regras, tornando inflexível o que concerne aos modos de operação na agricultura.

No Brasil há, pois, indícios de duas linhas de segmentos agrícolas diferenciados, interdependentes e com vistas à inserção social, com índices de produtividades diferenciados assim como a eficiência.

[...] uma lavoura empresarial, cuja função é coadjuvar o processo de acumulação capitalista e remunerar o capital e uma lavoura de base familiar, cuja função é reproduzir os baixos custos, a força de trabalho na agricultura e nas atividades industriais urbano-terciárias. (BAIARDI, 1982, p. 08).

Baiardi (1982) assinala ainda que o Estado brasileiro se comportou como ente que viabilizou de modo nítido a penetração do capital na agricultura brasileira, estando em serviço de interesses dos grandes proprietários rurais, que, pelo tom favorável estatal, tornou-os empresários rurais, expulsando o campesinato do mercado de terras. Os interesses de uma classe mais abastada estiveram em evidência, validados pelo Estado, reafirmando sua função como comitê executivo desta classe, deixando à mercê outras que não se tornaram tão evidenciadas.

Diante das discussões apresentadas acima, pode-se inferir que no comportamento da agricultura brasileira fica evidente a dissolução da atividade familiar agrícola. É introduzida uma nova forma de política agrícola e agrária, que comporta a produção em larga escala, atendendo a grandes mercados, prioritariamente produzindo para a exportação, descolando e aumentando o número de migrantes e viajantes que vagam pelo país, colocando em risco a produção de subsistência e sem raciocinar que acaba sendo criado um consumidor potencial sem os meios de produção, ocasionando no momento crises de abastecimento.

1.3 A Questão Agrária: mudanças no Rural Brasileiro

Os assuntos relacionados à questão agrária no Brasil estiveram longe de ter a atenção devida, mesmo sendo identificado que, desde os anos 1930, já existiam manifestações de pleitos surgidas com este enfoque. Graziano da Silva (1993) descreve que os anos que se seguiram à década em questão não tiveram muita notoriedade em princípio, pois esta era considerada como atrasada e não ajudaria no processo de industrialização do país. Isto veio modificar-se somente depois dos anos 60 até meados da década de 1970, pois houve um crescimento acelerado da economia do país, quando se pensava o aprimoramento da produção agrícola materializado em exportações ou consumo.

Mas, ao final do movimento do "milagre econômico", foi percebido que apenas um grupo minúsculo e seletivo tinha sido beneficiado de fato com a questão abundante da produção, chegando-se à conclusão de que os trabalhadores, principalmente aqueles que estavam no campo desenvolvendo atividades rurais, tinham sido penalizados, refletindo, desta forma, nos anos subsequentes, quando puderam ser observados baixos índices de crescimento.

Somente ao final da década de 70, a questão agrária tomou contornos políticos mais relevantes. Esta, então, tornou-se uma temática polêmica, tendo sido inclusive a agricultura considerada como prioridade, dadas as transformações ocorridas no campo da política e economia, além das mudanças que estavam ocorrendo no rural brasileiro.

Sobre este momento, afirma o autor;

Evidentemente não é bem um "ressurgimento da questão agrária", pois ela não foi resolvida anteriormente. De um lado, ela havia sido esquecida ou deixara de ser um tema da moda da grande imprensa. Do outro lado - da parte daqueles que não a podiam esquecer, porque a questão agrária fazia parte da sua vida diária, os trabalhadores rurais - ela fora silenciada. Para isso foi necessário fechar sindicatos, prender e matar líderes camponeses, além de outra série de violência que todos conhecem ou pelo menos imaginam. (GRAZIANO DA SILVA, 1993, p. 10).

O autor acima citado chama atenção para que não haja confusão entre os conceitos sobre a questão agrária e a questão agrícola. Ratifica, ainda, que não exista tentativa de exclusão entre elas, pois não isto não seria possível uma vez que ambas estão interligadas e separadas por linhas tênues.

Rangel (1960) *apud* Graziano da Silva (1993) discorre que os anos 60 alertavam para os avanços dos setores agrário e agrícola. O setor agrícola era responsável pela produção que comportasse a demanda de matérias primas para a indústria, abastecendo a cidade; enquanto o agrário se tornaria uma situação complicada à medida que fosse liberada mão-de-obra requisitada para o processo de industrialização, com possibilidade de causar uma urbanização exagerada.

A questão agrícola está diretamente ligada às mudanças que ocorrem na produção, refletindo principalmente sobre aonde se produz, o que é produzido e ainda verificando acerca do quantitativo do que é produzido. Diferentemente, a questão agrária se reporta diretamente com as mutações e transformações que ocorreram e ocorrem nas relações de produção e sobre toda a complexidade envolvida. Nestes termos, estaria em maior visibilidade a forma como se produz e não a produção final.

Afirma Graziano: "Os princípios indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc.". (GRAZIANO DA SILVA, p. 11).

O ressurgimento das discussões acerca da questão agrária, ultimamente, aparece com maior eficácia, principalmente pela maior liberdade para discussão do assunto e os constates agravos. Estas ainda estão ligadas diretamente à expansão do capitalismo e a interferência nas relações de produção do campo, além de intervir na renda e nas questões relacionadas ao emprego dos trabalhadores rurais.

O deslocamento e a expulsão de grande massa de pequenos camponeses para as grandes cidades causaram transtornos irreparáveis, pois estes foram lançados à falta de trabalho, em uma realidade de subempregos, quando não, restando-lhes a mendicância, prostituição, alcoolismo e a criminalidade. Ainda de acordo com Graziano da Silva (1993), foi nos anos 60 e 70 que ocorreu a maior expansão da empresa capitalista no mundo rural, principalmente na agropecuária brasileira, alcançando o auge principalmente nos anos 70.

E essa expansão destruiu outros milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendiam na cidade. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em boiadeiro, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra. (GRAZIANO DA SILVA, 1993, p.12).

Sob o domínio do capital, toda a produção rural, assim como os processos de produção, é submetida às regras impostas por este modo de produzir. As transformações ocorrem de modo célere para dar conta de demandas dos mercados. Para isto, são inseridas máquinas, adubos químicos com vistas à melhoria da produção, tornando a agricultura industrializada. A demanda por trabalho assalariado no campo aumenta repentinamente, por que a terra passa a ser trabalhada de maneira mais intensiva, aumentando a jornada de trabalho e o ritmo de vida das pessoas envolvidas no processo de maneira que produzisse lucro gradativamente.

Graziano da Silva (1993) aponta como exemplo das transformações ocorridas no campo justamente a avicultura. Se, antes, a galinha ficava livre, ciscando, produzindo ovos, reproduzindo, enfeitando a propriedade e servindo de alimento para seus donos, agora, com o surgimento da indústria avícola, a galinha não é mais livre no terreno. Esta, então, passa a ser condicionada em pequenos espaços para evitar o gasto desnecessário de energia, produz ovos que serão chocados numa chocadeira elétrica, os pintos gerados serão colocados em galpões, alimentados com rações específicas, de modo que atinjam um peso ideal num tempo especial para atender à demanda de um mercado específico.

É importante lembrar que o objetivo das transformações capitalistas na agricultura (como em toda economia) é o de aumentar a produtividade do trabalho. Isto é, fazer com que cada pessoa possa produzir mais durante o tempo em que está trabalhando. No sistema capitalista, quando o trabalhador produz mais, quem ganha é o patrão. Ele é quem aumenta seus lucros. Por isso, o sistema capitalista acumula riqueza de um lado e miséria do outro. (GRAZIANO DA SILVA, 1993, p. 22).

Outro autor que discute o assunto é Stédile (2005), este expõe que o conceito de "questão agrária" pode ser aplicado às diversas áreas de estudos, desde a Geografia, que lida com a questão da ocupação territorial pelas pessoas, passando pela Política, que se interessa por estudos que analisam os problemas causados pela concentração de terra. Nos interessa, sobretudo, a perspectiva sociológica, que, partindo do conceito, propende explicar o modo como são estabelecidas as relações sociais na organização da produção agrícola.

Porém STÉDILE, (2005, p. 13) tem um objetivo traçado ao apresentar seu estudo sobre a temática: (...) "vamos trabalhar o conceito de "questão agrária" como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira". Reconhece que, no Brasil, somente a partir dos anos 1960 começam a rigor os estudos sobre as questões agrárias propriamente. Aponta, ainda, que a dominação colonial sufocou de certo modo o incentivo para expor estas questões por meio de pesquisa ou a formação de um pensamento sobre a temática.

Mas foi apenas na década de 1970 que se publicaram diversos estudos sobre a evolução da questão agrária no Brasil, construindo-se uma interpretação quase consensual do que havia sido a evolução da posse, da propriedade e do uso da terra, desde o início da colonização aos dias atuais, em especial a obra que se transformou em um clássico, O escravismo colonial, de Jacob Gorender (Editora Ática). (STÉDILE, 2005, p. 13).

Alves e Silveira (1997) afirmam que para entender a questão agrária brasileira, devem ser considerados dois aspectos fundamentais, uma delas diz respeito a estrutura

fundiária e o outro está justamente relacionado às questões de modernização e ao modo como se passou a produzir na agricultura

Há uma concentração de terras muito visível no país e isso tem sido um fator complicado, porque exclui uma grande quantidade de pequenos agricultores, refletindo na realidade socioeconômica destas populações. Há uma pequena minoria de grandes proprietários, contrastando com uma grande maioria que é excluída. Se, por um lado, temos grandes fazendeiros, verificamos, por outro, um grupo muito maior e crescente de sem-terra ou de possuidores de uma insuficiente propriedade, que não lhes possibilita uma produção efetiva.

As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial de culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão-de-obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão-de-obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta (ROMEIRO, 1994, p.118 *apud* ALVES e SILVEIRA, p. 24).

Com relação às transformações da agricultura brasileira, os estudos apontam que elas começam a ocorrer desde a metade do século XIX, marcadas principalmente pela acentuada divisão do trabalho social, além da abolição da escravatura que aumentou também as bases industriais na produção agropecuária, que se deu, sobretudo, ao final do século e início até meados do século XX.

Mas é no início da década de 1960 que ficam mais visíveis estas mudanças. Estas são marcadas, principalmente, pelo aumento do acesso a um aparato tecnológico elevado, que culminou numa modernização e mecanização avassaladoras, reorganizando, desta forma, toda a produção agrícola e agrária no país, de modo que o Brasil passou a competir nos mercados externos existentes, além de criar oportunidades exclusivas de atendimentos ao mercado interno e de fornecer matéria prima para a indústria.

Dizem os autores:

Então, o padrão agrícola brasileiro, começa a mudar através de políticas de financiamento para compras de insumos e máquinas, além de uma integração entre os setores primário e secundário. Essas mudanças causaram alguns impactos socioeconômicos para a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores. (ALVES e SILVEIRA 1997, p. 26).

O Estado passou a investir neste momento, principalmente ofertando créditos e subsídios com vistas para aprimoramento da produção, aquisição de tecnologia, promovendo maior integração entre a indústria e a agricultura e incentivando de modo contínuo a produção para competição em mercados exportadores. Contudo, a modernização não impediu o aumento da exclusão de pequenos agricultores, pois continuou a concentração de terra e renda e o acesso ao crédito e financiamento sempre favoreceu os grandes proprietários de terra. Assim, a exclusão foi avalizada pelo Estado, com seu poder concentrador e regulador da economia.

Ressalte-se que é preciso apontar que as mudanças, modernização, acesso a tecnologia dentre outras questões pontuadas pelos autores que discutem acerca da questão agrária não dizem sobre as limitações destas mudanças, haja vista que os processos históricos demonstram que não há universalização em termos regionais ou locais quanto aos avanços e favorecimento ao rural e os seus habitantes.

Pobreza Rural tem sido a forma como tomamos conhecimento do modo discrepante da distribuição destas tecnologias, dos programas e projetos que visam à melhoria da produção, da permanência do homem nas unidades de produção e, assim, muitos permanecem no rural sem a atenção devida e sem mesmo serem visitados por avanços ainda que moderados, que sejam instrumentos de diminuição das desigualdades e da invisibilidade.

É notório que há regiões mais assistidas em detrimento de outras. O Nordeste Brasileiro, e em especial o semiárido, pode ser exemplificado, pois se veem os seus espaços rurais degradados, sem acompanhamentos técnicos, programas de extensão que sejam favoráveis aos pequenos produtores e agricultores, que com o consentimento de uma burocracia desnecessária permanecem produzindo para subsistência das suas famílias e, muitas vezes, são vilipendiados dos direitos à políticas equânimes, em medidas justas e eficientes.

Políticas públicas diversas têm sido criadas, mas não alcançam na mesma medida o Mundo Rural. Os investimentos do PRONAF, a rigor, são muito mais

distribuídos pelas regiões Sul e Sudeste, enquanto as regiões Norte e Nordeste acabam recebendo em atraso, sem o mesmo vigor e não são consideradas as questões de ordem climática e da aridez, que dificultam o acesso a tais investimentos. Desta maneira, não se pode pensar a questão agrária no Brasil como uma situação resolvida e ultrapassada, ao contrário, devem ser consideradas as diferenças para que sejam reparadas as deficiências com vistas a aproximar ao máximo de uma igualdade menos distante.

1.4 O debate do Novo Rural: Mudanças e desafios

Nos últimos anos, tem sido debatido fortemente sobre as questões que envolvem o mundo rural e as mudanças nele ocorridas. Fica evidente que a inserção do capitalismo, o acesso a tecnologias, a expansão dos mercados assim como o redimensionamento da produção agrícola e agrária, resultou em tais mudanças e que ainda não se encontrou um ponto pacífico sobre tal problemática.

Graziano da Silva (1997) discorre sobre o fato de que, ultimamente, não há mais uma alteração tão marcante entre o rural e o urbano. As diferenças ou semelhanças não têm sido tão importantes do ponto de vista geral. Aparentemente, o rural é a continuidade do urbano no que se refere ao espaço organizado e o urbano não mais pode ser visto como o espaço do desenvolver das atividades unicamente industriais, em termos comparativo, o rural não cabe somente a afirmativa da produção agrícola e agropecuária, neste sentido o autor chama a atenção por haver um novo rural.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.01).

Se anteriormente o rural tinha um mercado e trabalho próprios, com suas características e organização interna definidas, agora passa a integrar toda a economia, numa troca constante com aqueles que lhes fornecem insumos e, ao mesmo tempo, fornecendo-lhes de volta os seus produtos. Estas mudanças, ocorridas nos dois sentidos,

resultaram na formação dos Complexos Agroindustriais, que significaram principalmente uma maior acentuação da industrialização da agricultura e acessibilidade a tecnologias que deu suporte a tudo isso.

Ainda de acordo com Graziano da Silva (1997), recorda que o Século XX, principalmente o final deste, ocasionou mudanças diversas nos variados setores, tais como na economia, na política, no social, surgindo inovações, tecnologias, melhoramento nos transportes, nas comunicações, dentre outros, que favoreceram grandemente o processo de globalização, o que culminou na reorganização da sociedade, alterando toda a sua formação, apontando para o surgimento de novas possibilidades de relações sociais e espaciais.

Diz GRAZIANO DA SILVA (1997, p.03):

Apenas reconhecer que tanto na indústria, como na agricultura, essas novas tecnologias já estão alterando profundamente não só as formas de organização do processo de trabalho, conforme mencionado anteriormente, mas também reduzindo a escala mínima necessária da atividade econômica e redefinindo os requisitos fundamentais de sua localização espacial.

Em nossos dias, não há unanimidade sobre a visão do rural e do urbano. Durante parte do século XX, o rural sempre foi visto como um lugar do atraso e de estigma. Daí surgiram muito projetos que objetivavam intervir neste espaço, com vistas a colocar o homem do campo em acesso a tecnologias, principalmente sobre as genéticas, de modo que se melhorasse a produção, estes projetos de intervenção sobre a forma de ações extensionistas, previam mudanças que deveriam ocorrer para transformar a situação de pobreza do campo, claro sobre o olhar do urbano. Atualmente, ainda é preconizada a ideia do rural com o não urbano e não metropolitano.

E que a visão que se tem do mundo rural ainda está completamente vinculada à evolução do mundo agrário, enquanto a indústria e os serviços parecem ser características "naturais" do meio urbano, mas já não se pode falar de mundo rural identificando-o exclusivamente com as atividades agropecuárias por isso é que Menéndez ressalta que "é preciso reconceituar o agrário", pois nesse final de século XX as áreas rurais dos países desenvolvidos começam a exibir formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas à medida que a sociedade

sai fora dos “padrões fordistas”. (*apud* MENÉDEZ, 1985, GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 03).

Nesta perspectiva, o rural não pode ser analisado de modo unidimensional, ao contrário, não se pode reduzir aos aspectos econômicos, sociais ou de produção para o consumo. Deve sim entender a entrada do capital financeiro, além de toda a discussão e prática que orienta o turismo e o meio ambiente, além de maior percepção e novas formas do olhar estatal, como políticas públicas específicas, novos modos de regular o uso do espaço com vistas ao desenvolvimento.

Graziano da Silva (1997) faz ainda uma distinção importante sobre o desenvolvimento e as transformações e organização do mundo rural nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, apontando nitidamente as diferenças e aproximações entre eles. Nos países desenvolvidos, o novo rural, num período que o autor acima citado chama de pós-industrial, os agricultores passam a desenvolver atividades não somente restritas à sua propriedade, mas também fora dela; atividades estas que nem sempre são de natureza agrícola ou agrária, em dinâmicas que envolvem o rural e o urbano no viés de pluriatividade dentro ou fora do seu estabelecimento, este tipo convencionado de *part-time farmer* que vem a ser um agricultor consolidado.

O *part-time* é o elemento fundamental da nova base social da agricultura moderna. Eles atribuem essa possibilidade de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do estabelecimento familiar a um processo de “desdiferenciação” ou “desespecialização” da divisão social do trabalho que tem na sua origem a modificação do próprio processo de trabalho, tanto na agricultura moderna como na indústria de base. (*apud* MIGIONE E PUGLIESE, 1987, GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 05).

Nestes termos, há uma nova forma de procedimento de trabalho e produção no mundo rural, assemelhando em dados momentos com a produção industrial urbana. Estas mudanças são visíveis no trato com as questões de contrato de trabalho, flexibilização de tarefas ou mesmo num encurtamento da jornada de trabalho, além de tender para uma pluriatividade, verificadas quando se percebe que há desenvolvimento

de atividades nos setores de caráter urbano, mesclado, associando-se às atividades rurais e as do trabalho por conta própria.

Contudo, Graziano da Silva (1997) chama a atenção para as questões de natureza negativa neste novo rural dos países desenvolvidos, o que nos motiva a citar:

É evidente que esse novo mundo rural dos países desenvolvidos não é nenhum paraíso: os índices de pobreza e miséria, bem como o isolamento das populações de menores rendas, apesar de terem se reduzido, ainda continuam altos vis-à-vis os das regiões urbanas. Mas também já é evidente que, para uma dada renda monetária, os padrões de vida dos trabalhadores rurais são iguais ou superiores aos dos pobres urbanos. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 07).

Ainda de acordo com o autor citado acima, é possível perceber o *part-time* nos países subdesenvolvidos não é com a mesma intensidade dos países desenvolvidos nem tão concentrados em regiões únicas, mas manifestas de modo distinto. Observa-se que, de certo modo, são os mesmos fenômenos citados e ocorridos nos países desenvolvidos, que vão desde a crescente prestação de serviços, a formação das redes dentro dos complexos agroindustriais, a crescente taxa de emprego rural de caráter não agrícola, além da possibilidade de lazer e as condições de melhorias na qualidade de vida no rural.

Quando pesquisado sobre as Populações Economicamente Ativa (PEA) em atividades agrícolas e rurais até o final dos anos 1990, Graziando da Silva (1997) afirma que se destaca o PEA da população rural. Mostra também que é crescente a população que tendo domicílio rural, migra para o urbano em busca de trabalho. O que demonstra que há uma tendência de adoção de aspectos urbanos para o mundo rural, conforme discute o autor.

Diz GRAZIANO DA SILVA (1997, p. 24):

Já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias.

Há uma nova dinâmica no rural brasileiro, um conjunto de atividades que tem chamado atenção da população rural, estas atividades não possuem classificação agrícola, estão vinculadas ao setor de serviços, indústria ou mesmo o comércio que captura estas populações, no desenvolvimento de tais trabalhos e atividades.

Contudo não podemos afirmar uma total negação do peso do agrário na vida do rural, mas que há uma nova forma de adquirir riquezas, o que redimensiona o seu espaço de modo que este não mais pode ser visto como o lócus da produção de mercadorias agrárias e ofertante de uma mão de obra específica, mas que oferece outros serviços, outras modalidades de atividades que anteriormente não se notava.

A integração da produção agrária nas relações sócio-econômicas do complexo agroindustrial de um lado e nas relações comunitárias locais-regionais de outro, abre oportunidades de encaminhar - não resolve de uma vez - os problemas existentes pelos processos herdados e pelos problemas potenciais oriundos da nova e mais radical modernização do agribusiness. A realização dessas oportunidades requer incentivos econômicos e culturais e políticas inovadoras, que busquem novas formas de gestão política e pública. (MILLER, 1995, apud GRAZIANO DA SILVA, 1997. p. 25).

Outras perspectivas têm surgido sobre a questão do rural no Brasil. Baiardi (1998) descreve que, ao final de um século, as várias áreas de conhecimento se preocuparam em expor as novas perspectivas teóricas, epistemológicas sobre a produção do conhecimento. Sendo assim, o mundo rural não ficou de fora, ao contrário, novas tendências, pensamentos e pesquisas surgem para expor as mudanças ocorridas no rural nos últimos anos, assim como as suas complexas relações, inclusive de produção dada ao acesso a novas tecnologias e, no mesmo ritmo, o surgimento de novos mercados.

Nos anos 60 e 70, toda a produção se baseava em autores clássicos que sustentavam as teses do caráter feudal ou capitalista na agricultura brasileira. Estas teorias tornaram-se motivadoras para a luta política contra o militarismo atuante no país, com vistas em criar uma sociedade onde as mazelas e desigualdades fossem menos

evidentes. Mas é somente nos anos 80 que os textos que anulavam o caráter feudal da agricultura brasileira colocam em relevo que na agricultura brasileira prevalecia o modo de produção capitalista. Ele expõe que, de certo modo, as teses e percursos acadêmicos e as análises sobre o rural mudaram o foco de pensamento.

[...] a partir de um certo momento de evolução histórica da agricultura brasileira, e também diante do estado de desenvolvimento do conhecimento sobre o meio rural, torna-se ocioso discutir se o monopólio da posse da terra, seja ele de caráter feudal ou patronal capitalista, inviabiliza ou não o desenvolvimento da agricultura, da agroindústria e o surgimento, mais à frente, do complexo agroindustrial. (BAIARDI, 1998, p. 04).

Contudo, a expansão não deixou de ocorrer, mesmo a terra estando sob o domínio monopolizado, contando inclusive com financiamento do Estado para a produção de monoculturas com vistas a atender ao mercado que demandava certos produtos. As especulações dos anos 60 determinavam uma linha pela qual a agricultura brasileira tenderia a seguir, como o desaparecimento do estabelecimento rural ou ainda que não subsistiria a atividade de caráter patronal por contas das taxas de lucro.

Baiardi (1998) rememora o fato de ter sido a década de 80 relevante para refletir sobre as transformações ocorridas no campo, principalmente no que tange aos avanços e investimentos em tecnologias, que começa redimensionar a agricultura e a agroindústria, dando visibilidade ao fenômeno de industrialização do campo, envolvendo todas as atividades relacionadas.

Com estas novas mudanças surgem, também, abordagens na academia com vistas a entender o surgimento destas modalidades e modificações que passaram o rural brasileiro, principalmente para dar conta da compreensão dos Sistemas Agroindustriais Complexos e todo o aparato de mudanças causado pela expansão do capitalismo e as faces que outrora tomam.

Contudo, é a partir de meados da década de 80 que fica visível uma nova metodologia e perspectiva para estudos sobre o rural brasileiro e as respectivas transformações.

Os velhos debates sobre o caráter capitalista ou não capitalista, sobre as vias de desenvolvimento, sobre os bloqueios e sobre o papel da agricultura no desenvolvimento econômico – este último como repertório de índole neoclássica e aqui não abordado por falta de espaço - já não tinham sentido. As evidências eram muito fortes no apontar que o impulso de expansão capitalista – o processo de acumulação induzido pelo Estado e articulado com o capital financeiro e com o capital industrial – tinha transformado e modernizado a agricultura brasileira, gerado um departamento de bens de produção e demais fatores de procedência industrial e tinha, também, expandido o segmento de processamento dos derivados primários, a um ponto que nem mesmo os mais otimistas poderiam supor. (BAIARDI, 1989, p. 06).

Contudo o complexo agroindustrial representava o que havia de mais moderno, dinâmico, pretendendo fazer sentido naquele momento, pois incluía todos os processos e estágios relacionados à produção, tanto vegetal quanto mineral. Aparentemente tudo em ordem, pois a associação da agricultura aos Complexos Agroindustriais traria uma nova perspectiva, uma vez que a tecnologia empregada possibilitaria melhores condições e favorecimento ao lucro e ganhos sobre a produção rural. Mas o autor aponta a existência de controvérsias. A modernidade apresentada não apagou ou diminuiu as desigualdades e exploração, ao contrário. Afirma BAIARDI (1989, p. 07):

Tinha, sim, muito de exclusão, pois os vetores de progresso já eram, em si mesmo, excludentes e formavam, em sua generalização pelo espaço, incorporando regiões e deixando outras de fora, verdadeiros bolsões de miséria. Inúmeras pesquisas foram realizadas na segunda metade dos anos oitenta e na primeira metade dos anos noventa sobre a pobreza e a exclusão rural, a exclusão rural, merecendo destaque pelo poder de síntese o trabalho de MARTINE (1990). Contudo, pouco avançou-se no sinalizar alternativas até que a dinâmica dos fatos recolocou a necessidade de uma urgente reforma agrária, não mais como viabilizadora de mercado para a indústria mas como geradora de cidadania e de postos de ocupação para a massa de desempregados e subempregados do campo.

Diante destas questões, eis que a Reforma Agrária tem um papel relevante como promotora de equivalência e democracia. O Surgimento dos Movimentos dos Trabalhadores sem Terra traz no seu arcabouço de discussão o pensar da Reforma como possibilidade distribuidora de renda, além de permitir o crescimento econômico, em que estivessem incluídos princípios sociais, preocupação com o ambiente e a continuada redução das desigualdades sociais e regionais.

O princípio dentro dos Assentamentos deve não somente se preocupar com a partilha de porções de terras para as famílias produzirem, ou apenas o melhoramento do processo produtivo, visando somente a agropecuária, mas, ao contrário, procurar todo o aparato social, educacionais ou tecnológico, tornar o movimento com um viés político e educacional de modo que a qualidade de vida do rural seja equiparado ao urbano ou que pelo menos não seja tão desnivelado.

Como o avanço dos movimentos sociais, especificamente o MST, novas pautas, novos atores sociais, novas modalidades de produção, houve uma reordenação da produção acadêmica, com a missão de atender e contextualizar a investigação. Dentre estas questões, Baiardi (1989) lembra o surgimento do conceito do Novo Rural, que, dentre as mudanças ocorridas, reporta mudanças na modalidade de atividades das famílias, que passam a desenvolver atividades não com tanta vocação agrícola.

Aprofundar este conhecimento e mostrar o potencial da pluriatividade nas várias formas combinantes da atividade agrícola com a pequena indústria, caseira ou não, com o artesanato, com serviços diversos e com o turismo rural compatível com a agricultura sustentável, ou o da tridimensionalidade (eco-agro-turismo), é missão de suma importância. Por meio dela é possível orientar as expectativas de amplos segmentos da população rural – produtores assentados e não assentados, trabalhadores sem terra organizados ou não no MST e uma ampla faixa de agricultores que operam na escala familiar, média e patronal – que veem nesta diversificação rural não agrícola a possibilidade de ascender a estratos de renda mais elevados e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida. (BAIARDI, 1989, p.09).

Porém, Brumer (2003) pondera sobre o fato de que nos últimos anos ocorreram mudanças políticas e econômicas na América Latina. Estas mudanças, aos poucos, obtiveram adesão de muitos países desta região, com vistas à abertura de mercados,

ajustamento das estruturas, além do surgimento de novas perspectivas de fronteiras comerciais. Fora, então, percebido que estas mudanças não conseguiram reduzir as desigualdades sociais em alguns momentos nem, tampouco, eliminaram a pobreza; em alguns casos, até aumentou a dívida externa de alguns países.

Lembra ainda que cada vez mais as tecnologias que visam melhorar a produção na agricultura, inovação tecnológicas, biotecnologias, insumos e os constantes aprimoramentos estão sob o domínio de multinacionais, que ainda controlam o processo de exportação na agricultura, deixando de lado os camponeses e agricultores familiares, que não conseguem competir ou ter acesso ao mercado direto nem manusear as tecnologias que são disponibilizadas.

Estes ficam refém destas empresas, causando diversas situações para o rural, dentre elas a diminuição da possibilidade de emprego rural, além de aumentar o número de pessoas que, mesmo tendo residência no meio, são empurradas para os empregos urbano nos setores industriais e de serviços, causando um movimento de ida e vinda das populações, que buscam se inserir em oportunidades de emprego que garantam o mínimo a subsistência.

Brumer (2003), balizada no pensamento de José Bengoa, discorre sobre o fato de que ocorreram mudanças no rural, principalmente na América Latina. Relembrando que, entre os anos 60 e 70, os estudos focavam o desenvolvimento rural como sinônimo de modernização, principalmente frente ao urbano, que estigmatizou o rural como o atrasado e que somente a reforma agrária possibilitaria os camponeses a adquirir independência frente aos grandes latifundiários.

As reformas que ocorreram em países da América Latina não resolveram as questões relacionadas ao rural, ao contrário, continuou-se a concentração de terras, apareceram novos problemas estruturais sobre a vida rural relacionados às condições de trabalho, além de não diminuir as desigualdades provocadas naquele mundo.

Com relação à produção acadêmica e o pensamento acerca deste universo, seu desenvolvimento e desafios, Buainaim et al (2014) aponta para estudos produzidos a partir dos anos 60, que afirmavam o rural como o local do atraso econômico persistente e que a não distribuição das terras para produção frente aos avanços do capitalismo produziria uma levada de famílias que, deixando o rural, encheria o urbano, carregando a pobreza e desigualdades sociais. Passados meio século, o que se verifica ainda é uma distância entre a teoria e a realidade, mesmo havendo mudanças sobre a questão do rural, ainda são permanentes os debates sem acordos.

Quando se observa o passado e o que fora escrito sobre o rural verificam-se mudanças proeminentes, como melhoramento na produção, aquisição de tecnologia e que, se antes estava limitado a pequenos produtores e a uma produção para exportação, agora atinge uma expressiva visibilidade econômica no cenário nacional e internacional.

De acordo com os autores sobre o rural e a produção nos últimos anos e em comparação com as teses descritas há cinquenta anos:

É a base de cadeias produtivas que, no conjunto, produzem um quarto do PIB nacional e aproximadamente um quinto do emprego total, mas, sobretudo, são extraordinários vetores do desenvolvimento social do interior do País, tanto em territórios da fronteira quanto na reestruturação virtuosa de áreas de ocupação agrícola antigas e estagnadas. Tome-se, por exemplo, a produção da safra 2012–2013, que, embora pontual, oferece uma ideia da riqueza gerada e da importância para a economia brasileira: estima-se que o valor bruto da produção (VBP) dos 20 principais produtos é de 305 bilhões de reais, soma que parece inacreditável. (BUAINAIM et al 2014, 1163).

Em termos proporcionais e em perspectiva, o valor produzido somente pelo milho e soja corresponde à metade do faturamento das 20 maiores empresas públicas ou privadas do país, evidenciando que há muito que se debater sobre a produção agrícola, em termos mais próprios ao rural brasileiro, o que evidencia uma pujante mudança em desenvolvimento, reorganização produtiva e social no Brasil Rural.

No que tange ao histórico da evolução do rural brasileiro e a ascensão ou melhoramento dos níveis de produção, sejam por meio de tecnologias ou incentivos por meios de créditos, financiamentos ou programas de extensão rural, fica claro que o sudeste se manteve no pico deste desenvolvimento. São os sulistas, principalmente, que, sob o discurso da modernização do campo, entraram país à dentro, imprimindo seu modo de produção, levando para estas regiões a ampliação da fronteira agrícola com vistas ao aumento da produtividade e a lucratividade da atividade rural.

Ainda conforme Buainaim et al(2014), ente os anos de 1970 e 1990, com o investimento eficaz em tecnologia apropriada para o setor agrícola, além da maior presença do Estado, sobretudo com a criação e efetivação de políticas públicas e de crédito com vistas a melhorou de modo visível a produção agrícola, formatando um

padrão cambial que possibilitasse a produção competitiva para exportação, com inclusão de alguns produtos com elevada demanda, como no caso da soja exportada para a China.

No entender dos autores, o Brasil tem evidenciado mudanças positivas no que concerne ao Rural, embora o enfoque se dê em torno do aumento da produção agrícola, utilização adequada da tecnologia e capacitação de quem utiliza a terra para produzir, além de colocar a expansão do mercado como um elemento incentivador desta produção e, ainda, incluir as questões ligadas às modificações de políticas e ações governamentais, que asseguraram, de algum modo, investimentos em regiões outrora desprivilegiadas no contexto do desenvolvimento rural e produtivo diverso, marcados pela heterogeneidade nas regiões. O Nordeste Rural, ainda afligido pela pobreza e esvaziamento do campo, a região amazônica que se reserva ao fato de estar protegida pelas questões ambientais, acentuando assim as diferenças do rural pelo país.

Quanto a literatura sobre o assunto, há acordo que na década de 90, principalmente ao final desta, houve mudanças radicais na produção agrícola do país. Anterior a este período, toda a possibilidade e produção de riqueza rural estava ligada à propriedade e domínio da terra.

Neste novo momento de mudanças, são os instrumentos, as inovações tecnológicas, insumos, capacitação da mão-de-obra e maior inserção do capital no rural que redimensionaram a vida e a produção, com enfoque na otimização da terra, graças às novas tecnologias, com vistas a acessar mercados demandantes da produção. Contudo, algumas críticas foram feitas às tecnologias, principalmente sobre riscos, modo de uso e os impactos sobre o rural, como apontam os autores:

Mas a intensificação da produção, apoiada no uso de sementes melhoradas, insumos industriais, máquinas, água e gestão produtiva, submetidos à racionalidade econômica, não foi neutra, do ponto de vista social, e nem inócua, do ponto de vista ambiental. As críticas à agricultura moderna, uma justa reação aos abusos no uso de produtos químicos na agricultura, são feitas em diversos níveis sociais e não se limitam a um país ou região, e ganharam mais força com a emergência dos temas ambientais e o fenômeno global das mudanças climáticas. (BUAINAIM et al, 2014, p. 1170).

Neste sentido, passou-se a ter a necessidade de maior debate sobre as questões que envolvem as querelas que envolvem as inovações, sobretudo com os interessados na questão, que vão desde as questões de ordem sustentável e de uso da terra, a indústria, as populações que vivem da produção da agricultura familiar, além de levar em consideração a importância para a alimentação mundial. Estes diálogos devem ser sem fixação ideológica e política, mas primando pelo desenvolvimento em linhas gerais

1.5. Processo de Trabalho e Modo de Produção no Capitalismo:

Embora envolvidas neste processo de inserção do capitalismo, as atividades camponesas são postas em situação visivelmente diferenciada, por conta das características peculiares que a empresa capitalista ganha no estabelecimento camponês. Antes de tudo, as relações de produção são estabelecidas entre os homens numa dada sociedade, em que está envolvido um conjunto de interações, com vistas a manter relações sociais de produção estabelecidas independentemente do desejo de cada grupo social. Dependendo do nível de desenvolvimento das forças materiais produtivas, pode-se verificar a intensidade com que se dão estas relações de trabalho.

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho (OLIVEIRA, 2007, P.36).

A liberdade no mercado e nos meios de produção, por parte do trabalhador, é para a venda de sua força de trabalho, tendo em vista que é o capitalista quem detém os meios de produção e, por sua vez, “compra” do trabalhador numa perspectiva de exploração a mão-de-obra. Ainda de acordo com OLIVEIRA (2007, p. 36):

O capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos. Só pessoas jurídicas iguais podem romper esse contrato quando quiserem.

O autor pontua esta situação pensando no modo como são estabelecidas as relações entre trabalhador e ofertante do “espaço” para o trabalho, neste caso o capitalista, detentor do capital e dos modos de produção, diferente do trabalhador que entra com sua mão-de-obra e força de trabalho.

Nesta perspectiva, há uma visível relação de troca: um proporciona os meios de produção e outro oferta a força de trabalho, não entrando em jogo os modos anteriores e os níveis de exploração. Esta relação de troca é de algum modo de “livre” escolha, posto que sejam agentes sociais e individuais envolvidos no processo.

A compra da mão-de-obra do trabalhador por parte do capitalista lhe dá a certeza de que este produzirá mais mercadoria. Sendo assim, a força de trabalho é uma mercadoria vista como especial pelo capitalista, que investe na aquisição com vistas ao lucro e à abundante produção.

Como o trabalhador tem a capacidade de produzir mais do que aquilo que necessita para viver, o capitalista faz retornar ao trabalhador, sob a forma de salário, apenas aquela parte do valor produzido (obviamente convertido em dinheiro) para que ele (o trabalhador) adquira no mercado o que precisa para reproduzir-se como trabalhador, ou seja, para que ele continue trabalhador, e assim continue também vendendo sua força de trabalho para o capitalista. Saliente-se que esse salário não é produto de um acordo individual e sim social, e a sua mediação é dada pela taxa de lucro média dos capitalistas em geral. (OLIVEIRA, 2007, p. 37).

É notório que ao final da relação, em que foram observados os comportamentos e como se dá o processo de produção no capitalismo, é o trabalhador quem sempre perde neste “contrato” de compra de força de trabalho, uma vez que este produz além do que é pago para fazer, possibilitando uma lucratividade por meio de uma dependência cristalizada em relação ao capitalista. Este último, principalmente, ganha o que é gerado

pelo trabalhador e não reverte nenhum valor deste ganho para ele, aumentando, assim, a mais valia e a exploração do capitalista sobre a força de trabalho.

1.6 Cenários da Agricultura Brasileira na Segunda Metade do Século XX

De Paula (1993) aponta que, a partir dos anos 60, houve grandes modificações na agricultura brasileira. Nos anos 70 em diante, discutia-se sobre tais mudanças, como a inserção de novas tecnologias, que acabou por inserir novas técnicas e, com isso, resultou numa agricultura com vistas à acumulação de capital.

O processo de modernização da agricultura brasileira, contrariando as expectativas, abarcou também as pequenas áreas de produção, principalmente aquelas que desenvolvem trabalho familiar. A agricultura logo passa a ser compreendida pelo viés contraditório do capital, porque ficou claro o surgimento de diversas discussões teóricas, nas quais se pretendia descobrir como os pequenos agricultores estavam inseridos neste contexto.

Numa visão abrangente da reestruturação produtiva, expondo seu alcance aos vários setores da produção, Previtalli e Fagiane (2011) asseguram que a expansão da agroindústria brasileira tem tido políticas específicas de expansão nos últimos anos. Vale a pena ressaltar que as tomadas de decisões que objetivavam mudanças na economia se deram ainda no governo Vargas, sendo marcadas pela industrialização e sob o domínio da burguesia industrial, que mantinha a agricultura em posição de inferioridade, e da indústria.

Outra intervenção na agricultura brasileira se dá no ano de 1965, quando o governo intervém diretamente nos diversos setores produtivos, inclusive criando linhas de créditos específicas com objetivo que fossem produzidos alimentos e, principalmente, matéria-prima para suprir às necessidades da indústria. Estas intervenções e programas de créditos foram abrangentes, sobretudo, por regiões e estados.

Até então, na década de 1960, predominava no Brasil uma agricultura organizada de maneira mais tradicional, do ponto de vista da base técnica e da divisão e organização do trabalho. PREVITALI e FAGIANE, (2011, p.05): “(...) ou seja, fundamentavam-se no trabalho vivo, dependendo de uma base técnica frágil – movida principalmente pela força humana e animal – que sustentava relações sociais de cunho paternal ou até mesmo servil: o colonato”.

Diversos conflitos foram gerados posteriormente entre proprietários de grandes latifúndios e os respectivos trabalhadores, que recebiam uma parcela mínima pelo seu trabalho enquanto aumentavam a sua produção para darem conta justamente do processo de industrialização da agricultura, reafirmando o espaço rural como sendo de relações frágeis e de condições precárias.

Estas querelas motivaram a criação de ligas, organizações populares, apoio de partidos políticos e frentes combativas, que almejavam a criação de espaços de discussões e diálogos sobre a realidade rural, com vistas a mudanças em médio e longo prazo no trato com as relações de trabalho e produção no mundo rural. (ibidem).

Atualmente, novas formas de organização do trabalho têm atingido um conjunto amplo de trabalhadores que vêm experimentando mudanças tanto de ordem tecnológica quanto nas relações socioculturais de trabalho. As mudanças em curso têm sido significativas nos chamados complexos agroindustriais, particularmente a partir da segunda metade da década de 1980. (PREVITALI & FAGIANE, 2011, p 12).

Ressalte-se que o acesso à mecanização nos processos produtivos, assim como a aderência à tecnologia de ponta, resultou em maior produtividade. Com isso, aumentou a possibilidade de reestruturação no mundo rural.

Embora as inovações possam criar novos empregos e ocupações antes inexistentes no meio rural, as novas tecnologias e mudanças organizacionais introduzidos na agricultura, são altamente seletivas em relação ao uso de força de trabalho, sobretudo quando se trata de

trabalhadores com baixa qualificação profissional. (PREVITALI e FAGIANE, 2011, p.14).

Rei de França (2006), contudo, diz que as tecnologias investidas no agronegócio, as políticas de investimentos no setor avícola, além de políticas públicas para investimento na avicultura de corte favoreceram significativamente o setor de produção animal, dando ênfase à produção avícola, principalmente por absorver uma nova dinâmica na produção.

Desta forma, são observados maiores investimentos de capital na agropecuária brasileira e os investimentos dos setores públicos em esferas estaduais, federais ou municipais, sejam por meio de incentivos fiscais ou de parcelamento dos financiamentos, viabilizaram uma reestruturação da produção da avicultura de corte nas diversas regiões do país, principalmente depois dos anos 2000.

A modernização tecnológica no setor agropecuário, difundido principalmente a partir de inovações provenientes do setor produtor de máquinas e equipamentos, insumos e sementes, tem determinado o novo ritmo geral de produção à atividade agropecuária. Esse padrão geral produtivo é imposto, de um lado, a partir de “pacotes tecnológicos” e, também a partir da agroindústria, que forçam os estabelecimentos agropecuários modernos a adotarem certos padrões de qualidade e de homogeneidade de produto. (REI de FRANÇA, 2006, p. 74).

1.7 Reestruturação Produtiva

As mudanças que ocorreram no Brasil nos últimos anos, principalmente no campo do trabalho, assim como nas relações entre empresas, de organização do trabalho

e as tecnologias foram os principais fatores que puseram em evidência a temática da reestruturação produtiva no Brasil.

De acordo com Gomes (2011), estas discussões perpassam as diversas áreas de conhecimento, motivando pesquisadores e, inclusive, a sociologia do trabalho. Isso se dá pela visível aplicação do modelo japonês no sistema de produção automobilística e que, em meados dos anos de 1970, passou por uma reestruturação produtiva.

Reestruturação como definição etimológica causa diversas controvérsias. Alguns pensam como algo estático, outros pensam como estando suas estruturas dadas em constante movimento. No entanto, fica claro que há uma tendência a entendê-las como algo em movimento e não estático. Justifica-se este entendimento no fato de que as estruturas montadas anteriormente não se desfazem rapidamente. Este processo de reestruturação lida com elementos da teia existente, que perpassa por uma perspectiva dialética, porque, ao mesmo tempo em que é estável, se comporta ainda como algo fixo. (Ibidem).

Há, ainda, aqueles que consideram a reestruturação como ligada às questões sociais e espaciais, resultado das mudanças ocorridas constantemente nos espaços indicados anteriormente. Reestruturação como algo em constante movimento extremamente dialético, caracterizada por constantes continuidades e descontinuidades e também pelas transformações ocorridas, sejam de caráter técnico ou do modo como se vê o trabalho.

Desta forma a diletta autora afirma:

Assim, a reestruturação não quer dizer que uma estrutura se sobrepõe à outra e a primeira deixa de existir. Ela possui resíduos, passando a coexistir elementos pertencentes a primeira e a segunda, formando um amálgama. No caso da reestruturação produtiva, pode se dizer que, o “novo” e o “velho” se misturam, ou seja, do ponto de vista do processo de reestruturação, as empresas industriais apresentam características tradicionais (fordistas) e modernas (flexíveis). (GOMES: 2011, p. 05).

A autora acima citada ainda assinala que a reestruturação produtiva, de certo modo, é uma resposta às crises da estrutura do capitalismo: “a reestruturação acontece como mecanismo de superação das crises do modo de produção capitalista”. Entende

que temporalidade e inovação são elementos que devam ser levados em consideração quando se trata da reestruturação produtiva. Deste modo, algumas empresas ou segmentos podem vivenciar este processo mais rapidamente, enquanto outros poderão entrar tardiamente. Tudo isto depende do modo como se apropriam do capital investido, da inovação e da informação.

GOMES, (2001, p.06), entende a reestruturação produtiva como um "processo de mudança espacial, social, tecnológica e organizacional. Partimos da proposição de que a reestruturação tem ritmos, movimentos e temporalidades". No Brasil, especificamente, a reestruturação produtiva se dá com maior vigor, principalmente a partir dos anos de 1970, em que, ao mesmo tempo, é apresentado um modelo de desenvolvimento motivado pela crise do padrão fordista, que deu lugar a um novo modelo inspirador denominado de toyotismo.

Neste contexto, o processo de reestruturação produtiva no Brasil ocorre *pari passu* aos novos padrões de competitividade internacional e as mudanças econômicas que ocorrem no país, a recessão, o desemprego, a crise do padrão industrial baseado no desenvolvimentismo e, outrossim, a política de abertura econômica, inspirada no neoliberalismo. (GOMES: 2011, p. 07).

Neste sentido, o Brasil aderiu aos novos moldes propostos pela reestruturação produtiva, com vistas a cumprir as novas exigências de mercado externo por conta da dívida do Brasil com outros países e, também, para adequar-se aos padrões internacionais, que exigiam muito mais qualidade nos produtos.

A proposta também incluiu a requalificação dos trabalhadores, adequação à novas técnicas, além de situações que tornassem maior o envolvimento do trabalhador com a empresa, melhorando a qualidade e, conseqüentemente, a produtividade da empresa.

No entanto, este processo de reestruturação vai sendo, aos poucos, implantado no Brasil. Alguns estudiosos afirmam que ele se dá em etapas distintas, compreendendo

a temporalidade entre os anos de 1970 e 1990, havendo destaque para a última década citada.

O processo de reestruturação produtiva intensifica nos anos 1990 por dois fatores: pela crise econômica no mercado interno e pela política de abertura adotada pelo governo Collor. Isto levou as empresas a buscarem inovações mais efetivas, estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional. (GOMES; 2001, p.11).

Diante da questão, as empresas acabaram por investir muito mais em modernização no seu processo de produção ou, caso contrário, não poderiam atender às necessidades impostas pelo mercado. A saída, então, foi a adesão ao programa de qualidade implementado pelo governo brasileiro, visando não afetar a qualidade dos produtos nacionais, principalmente com a vocação que surge neste período para a inserção da produção brasileira nos mercados globalizados.

De acordo com Alves (2007), foram as crises ocorridas no capitalismo mundial, em parte do mundo nos anos de 1970, principalmente no Japão e na Europa Ocidental, que favoreceram o surgimento de uma reestruturação produtiva, especialmente nos setores do trabalho e abrangendo as diversas áreas sociais do mundo.

A reestruturação produtiva do capital promoveu mudanças no sistema fordista e taylorista, principalmente pelas inovações ocorridas nestes sistemas predominantes de produção no Século XX. Os modelos que apresentavam novidades foram sendo apresentados aos poucos, de modo distinto em cada região do mundo, atingindo ainda as várias modalidades dos setores, tanto para indústria ou serviços.

Ainda conforme aponta ALVES, (2007, p.156), sobre a questão da reestruturação, diz que: “foi um longo processo de mudanças sócio organizacionais e tecnológicas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e do comércio”. O resultado mais visível desta reestruturação foi apresentado em um novo modelo de produção.

O que surge hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, o *toyotismo*, é tão-somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo. (ALVES, 2007, p.156).

A compra da mão-de-obra do trabalhador por parte do capitalista lhe dá a certeza de que este produzirá mais mercadoria, sendo assim, a força de trabalho é uma mercadoria vista como especial pelo capitalista, que investe na aquisição com vistas ao lucro e à abundante produção.

No Brasil, a reestruturação produtiva, sob a égide do toyotismo, toma mais impulso, atingindo os empreendimentos capitalistas, principalmente respaldados pelo neoliberalismo durante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. A acentuação da concorrência mercadológica acabou por motivar a tomada de novos modelos de exploração do trabalho, reafirmando assim a produção capitalista no país.

É revelado que as estruturas montadas recentemente são para favorecer a produção avícola. A tecnologia é a grande responsável pelo constante alavancar deste setor de produção de proteína animal, materializado pelos constantes aprimoramentos da genética, da informatização, do controle das doenças que antes assolavam as matrizes e que não apresentavam soluções visíveis, dentre outros fatores.

Cabe afirmar que o apelo à adesão ao modelo de produção da avicultura integrada, balizada por sua própria forma de governança, fomentou a competitividade do setor avícola significativamente, criando uma rede ampla, aonde se inclui toda a agricultura brasileira além da interligação com os setores da economia. (Rei de França, 2006).

1.8 Os Tipos de Contratação Tradicionais e Modernos

Lima (2004) discute que, em fins do século XIX, aconteceram alguns debates em torno da questão do cooperativismo de trabalho e produção. Assim como no

movimento operário sindical, que era marcado por pensamentos opostos ao cooperativismo. Existiam aqueles que entendiam haver possibilidade de revolução e mudanças e, ainda, aqueles que entendiam ser de viés reformista.

Durante o século XX, ocorreu um debate em torno da degeneração das cooperativas e tal acontecimento era associado ao fato do cooperativismo não atentar para as questões dos trabalhadores e para os seus direitos, tirando a atenção dos mesmos sobre as questões que envolviam o capitalismo e convencendo-os a aceitar o que o mercado ditava no período.

Não esgotada a questão, no final do século XX e início do XXI, a discussão é retomada com outra roupagem, principalmente pelo fato da experiência socialista não ter sido exitosa. As mudanças visíveis no mercado, seguidas das transformações promovidas pelo capitalismo, resultaram dentre tantas acontecimentos em mudanças no perfil da classe trabalhadora.

LIMA (2004, p. 01) aponta que:

A crise da sociedade salarial ou do modelo fordista, que agregou direitos sociais à relação de trabalho, rerepresentou a necessidade de buscar formas alternativas de organização do trabalho e de autonomia dos trabalhadores, diante do crescimento do desemprego, da perda dos direitos sociais do período anterior e do enfraquecimento do movimento sindical.

Deste modo, fica claro que o cooperativismo de trabalho, dentre outras ações de caráter associativo e coletivo, tornou-se instrumento importante para qualificar a demanda por uma sociedade onde estejam impressas as lutas, a efetivação por mais igualdade e pela diminuição dos efeitos avassaladores do desenvolvimento do capitalismo.

Sugere, ainda, às cooperativas a possibilidade de diminuir a subordinação ao capital, empreitando uma luta pela democratização do trabalho, em que os meios de trabalho, assim como a sua gestão, estejam em posse dos trabalhadores. Neste sentido, elas se tornam uma alternativa de empresa com características capitalistas e de gestão do trabalho, em que estaria incluída a redução de custos, aumentando, assim, a produtividade. (Lima 2004).

A discussão sobre as cooperativas colocavam-nas numa posição de ameaçadora da democracia. Por estarem embebidas nos mesmos padrões do capitalismo empresarial, estas perderiam sua importância de caráter coletivo. No entanto, a discussão é retomada corroborando a relevância das cooperativas, conforme aponta o texto:

Poderíamos acrescentar que, com a reestruturação produtiva e a formação das redes empresariais, as cooperativas, embora não necessariamente se transformem em empresas comuns, podem terminar integrando essas redes como parceiras terceirizadas numa relação assimétrica, oferecendo força de trabalho a baixo custo e apenas quando necessário. (LIMA, 2004, p. 02).

Assim, o autor acima citado imprime considerações sobre dois tipos de cooperativas no Brasil, orientadas pelas mudanças no capitalismo contemporâneo, sendo cooperativas de trabalho e de produção. A primeira agrupa principalmente cooperativas que, de algum modo, são criadas para atender às empresas de atividades ligadas a órgãos estatais, sem compromisso com as questões ligadas aos movimentos cooperativistas. Na outra categoria, as cooperativas são formadas, geralmente, por trabalhadores pertencentes a grupos de movimentos permanentes que defendem o trabalho e que lutam pela segurança do emprego e, mais, com vistas à manutenção da geração de rendas, principalmente pelas populações menos favorecidas socialmente.

Em ambas, as atividades são marcadas por dependências, sejam por empresas privadas ou órgãos públicos ou, ainda, por instituições que apregoam um modelo de empreendimento solidário, o que não é aconselhável, porque “essa dependência afeta diretamente a percepção dos trabalhadores sobre o trabalho autogestionário e suas perspectivas futuras”.

Historicamente, as cooperativas de trabalho e de produção têm sua gênese com o surgimento do trabalho industrial e são vinculadas ao movimento operário do século XIX. Já o movimento cooperativista surge como ação dos socialistas utópicos e objetivava, fundamentalmente, a gestão autônoma do trabalho, reagindo às questões ligadas ao desemprego e possibilitando melhorias na vida dos trabalhadores da indústria. (LIMA, 2004).

Com o passar dos anos, o movimento cooperativista cresceu significativamente, porém aconteceram mudanças na estrutura de adesão e denúncias de “falsas cooperativas”, articulando-se a empresários que burlavam o pagamento dos trabalhadores.

Embora com diversos entraves, ficou reconhecido por estudiosos da época que o cooperativismo teve uma função precípua dentro da esquerda naquele momento histórico em que se fazia o enfrentamento ao capital avassalador e, de maneira significativa, provocou humanismo nas relações de trabalho e capital. (LIMA, 2004).

O autor sugere que a reorganização e deslocamento dos polos industriais, assim como a reestruturação da economia e a ligação dos mercados, que passou a possuir uma abrangência internacional que culminou no momento conhecido como globalização, favoreceram ao retorno do cooperativismo como opção para enfrentamento ao desemprego, consolidando-se neste novo momento do capitalismo.

A reestruturação econômica também favoreceu ao cooperativismo. De acordo com LIMA (2004, P.04):

A atual onda de empreendimentos cooperativos é resultante de duas situações convergentes. A primeira delas refere-se à reestruturação econômica, à crise do fordismo e ao surgimento do que os economistas da escola regulacionista chamam de acumulação flexível. Esta implicou a reestruturação organizacional das empresas a par de profundas inovações tecnológicas decorrentes da chamada revolução informacional, com a eliminação de barreiras geográficas à produção, a formação de empresas em rede, a terceirização de atividades, a desregulamentação dos mercados, a flexibilização das relações de trabalho com a eliminação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, a partir da segunda metade do século XX.

Ressalte-se que, com a onda de cooperativismo aliada às mudanças estruturais do sistema capitalista, tudo isso acabou por impor várias punições aos trabalhadores, que vão desde o enfraquecimento do sindicalismo ao fechamento de empresas e fábricas, além do constante desemprego.

No caso do Brasil, a experiência com este tipo de cooperativismo de trabalho e de produção só se torna mais visível na segunda metade dos anos de 1980. Antes, as experiências eram somente cooperativas de foco na produção agrícola ou habitação.

Alguns fatores contribuíram para alterar este panorama do cooperativismo no Brasil.

LIMA (2004, P. 06) afirma que:

A sucessão de crises econômicas do final do período militar, as primeiras manifestações internas das mudanças econômicas com a reestruturação produtiva de fábricas e empresas, a adoção de políticas neoliberais no final da década constituem o cenário do incremento do cooperativismo de trabalho no país.

Por não possuir uma cultura do associativismo, algumas empresas foram tomadas pelos trabalhadores e formaram cooperativas, com a finalidade de continuarem funcionando e não perderem os seus empregos, entretanto não conseguiram fazer a manutenção das mesmas, o que foi, aos poucos, sendo precarizadas e fechadas.

Numa perspectiva mais caracteristicamente brasileira de cooperativas e de sindicalismo de economia solidária, Lima (2004, p. 09) aponta que “a cooperativa seria, por excelência, o tipo ideal de empreendimento solidário, voltado aos desempregados, aos trabalhadores em via de perder o emprego e aos pobres”, pois esta trata de promover, de alguma forma, uma distribuição igualada entre os trabalhadores, promovendo o bem comum ante ao capitalismo.

LIMA (2004, p.09) afirma:

A retomada da ideia de cooperativismo considera, igualmente, as mudanças tecnológicas e organizacionais das últimas décadas, a crise do fordismo e do assalariamento e a adoção do trabalho flexível como novo paradigma da organização da produção e do trabalho. A flexibilidade na organização do trabalho é valorizada em seus aspectos positivos, considerando-se a maior participação e autonomia do trabalhador na base, por meio das células de produção e do trabalho em equipe bem como da valorização do conhecimento operário.

Há, contudo, alguns entraves políticos e sociais provocados pela flexibilização, destacando a intensificação da carga horária de trabalho, a exclusão social e o desemprego. Perfazendo um breve histórico, descobre-se que as cooperativas agrícolas no Brasil surgem da união de pequenos camponeses no início do século XX, com vistas a escoarem sua pequena produção. A estratégia de criar as cooperativas trazia como

principal motivação a possibilidade de eliminar os atravessadores na negociação e, com isso, aumentar o ganho pela comercialização dos produtos.

Durante os anos seguidos, muitas lutas foram pleiteadas para regulamentar as cooperativas no país. Somente na década de 1930 que o Estado passa a regulamentar a criação e o funcionamento das cooperativas, inclusive incentivando a criação das mesmas. (STORTI, 2009).

Para garantir autonomia às cooperativas, a Constituição Federal (1988) deixa clara a não interferência estatal na condução e funcionamento das mesmas no país; o contrário do que se viveu na Ditadura Militar, quando subserviente ao estado e às determinações do mercado como regulador, tornando, de certa forma, uma espécie de cooperativismo de viés empresarial, impedindo ações mais ativas dos cooperados.

No capitalismo, as cooperativas agrícolas constituem-se como empresas, devido às exigências do mercado, ou seja, mesmo que comecem pequenas acabam optando pelo crescimento e pela incorporação de tecnologias, o que é exigência do próprio modo de produção capitalista em que estão inseridas. (STORTI, 2009, p. 04).

Embora haja reconhecimento da importância das cooperativas agrícolas, é preciso lutar contra a onda de transformação destas em grandes empresas somente para atender às demandas do capitalismo, mas com foco nas pessoas, entendendo ser o cooperativismo um movimento de cunho social relevante para o país.

Neste sentido, no caso das cooperativas agrícolas, os camponeses associados a elas ora são instrumento de subordinação da renda que precisa produzir para atender às demandas do capital ora reproduzem o mesmo caminho das cooperativas empresariais, demonstrando pouca autonomia ou força política.

Para Storti (2009), no caso específico dos avicultores, é a avicultura integrada um instrumento de promoção da permanência do pequeno agricultor produzindo na terra, contrariando o que estava posto por muitos estudiosos e, até mesmo, aos ditames do capital que, em suma, via a possibilidade de acabar com a categoria. Embora esteja a atividade avícola ligada à expansão do capitalismo e ao atendimento às demandas mercadológicas, esta se justifica pelos constantes investimentos das empresas em várias partes do país.

A avicultura é uma atividade, realizada em médias e pequenas propriedades em que normalmente o agricultor desenvolve outras atividades, sejam elas voltadas para o mercado ou para a subsistência, dificilmente tendo somente a avicultura na propriedade. (STORTI, 2009, p. 11).

A avicultura integrada não favoreceu apenas as empresa e seria tolice pensar deste modo, uma vez que esta atividade também mobiliza forças para a reprodução do pequeno agricultor na sua propriedade, permanecendo em atividade nas suas propriedades.

É importante estabelecer a relação entre cooperativa, campesinato e avicultura para entender o processo de subordinação da agricultura camponesa. Apesar de a avicultura representar a expansão do capitalismo no campo, isso não significa que nas propriedades, onde é realizada, não haja relações ligadas à produção camponesa, como por exemplo: a mão-de-obra familiar, produção de subsistência, dentre outras. (STORTI, 2009, p. 12).

O camponês não perde a sua identidade política ou social ao aderir a este modelo de produção, ainda que atendendo demandas capitalistas. Ao contrário, o fato de utilizar-se de mão-de-obra não assalariada, de certo modo, contraria as expectativas do capital como se sua atividade fosse contrária ao que preconizam as nuances capitalistas, pois mantém o homem na sua terra produzindo.

STORTI, (2009, p. 12) revela que o sistema de integração na agricultura "abre caminho para a produção do capital por meio da definição dos preços da matéria-prima, ou seja, as integradoras estão se apropriando do trabalho contido na produção camponesa".

Há, ainda, outra relevante opinião acerca do cooperativismo no Brasil, sobre o comportamento empresarial, principalmente no que se refere ao setor avícola, inclusive a avicultura industrial brasileira. SORJ Et all (2008) afirma:

Quanto ao cooperativismo, não é difícil entender seu comportamento estritamente empresarial, visto que, no caso da avicultura industrial, trata-se de um setor altamente empresarial e também altamente

seletivo no tocante ao quadro de associados. Praticamente não existe e nem poderia existir diferenças substanciais entre as cooperativas vinculadas a avicultura industrial e as integradoras, pelo menos em relação a mediação de interesses, comportamentos próprios pelas contrapressões de segmentos de produtores.

A avicultura brasileira começou a avançar para níveis industriais no início dos anos de 1950, ultrapassando o modelo anterior existente que era a avicultura comercial e menos incipiente. Este novo período está marcado pela pulverização de tecnologias, pelo surgimento e aprimoramento de métodos importados de manejo do plantel, além do maior controle genético e sanitário, favorecendo o novo momento da avicultura brasileira. (SORJ et al 2008).

Ressalte-se que, aliada a esta nova fase, a criação de associações e cooperativas de avicultores tornaram-se instrumentos relevantes nos avanços necessários que favoreceram esta produção muito mais elevada, de modo a atingir novos mercados e impulsionando a avicultura de corte.

A partir dos anos de 1960, foram trazidas de outros países, principalmente pioneiros como os Estados Unidos, aves para a reprodução aqui no Brasil. Espécies que pudessem ser avós destas que seriam utilizadas como matrizes para a produção de outras que seriam utilizadas nesta modalidade de produção, a integrada. Este investimento foi bastante promissor, o que motivou os produtores, alastrando a avicultura pelas variadas regiões do país.

O cerne da produção avícola industrial, que determina o conjunto de processos posteriores de alimentação e cuidados, está no domínio genético. Essa avicultura se funda na criação de raças que conseguem a máxima capacidade de transformação de cereais em carne, no mínimo de tempo. (SORJ et al. 2008, p. 08).

Ainda de acordo com Sorj et al (2008), os elementos tecnológicos importados, com destaque para os ligados à genética, foram determinantes na formação do moderno complexo avícola no Brasil. Com esta mudança da avicultura brasileira, vários laboratórios se instalaram para pesquisar e dar conta da produção de medicamentos específicos para aves, com vistas a impedir ou controlar possíveis doenças.

Esta esteira de mudanças e aquisição de tecnologias também trazem consigo toda a variação de máquinas que transformassem milho e soja em rações, além dos insumos químicos para suprirem a demanda da nova produção. Fica visível que a modernização no setor avícola no Brasil está intrinsecamente ligada à tecnologia internacional, penetrada em todo o setor agrícola brasileiro, ficando claro que há um intenso processo de transferência de tecnologia aliado a propícias questões ligadas ao clima, ao vasto território e mão-de-obra para a produção.

A avicultura moderna é filha das mais avançadas técnicas de engenharia genética aplicadas à produção industrial de carnes animais. Pelo alto grau de conversão de cereal em carne, é o frango o animal que melhor se adapta à produção maciça de carnes a menores preços. (SORJ et al. 2008, p. 25).

Antes de aderir a este modelo de produção avícola integrada, o pequeno agricultor desenvolvia as suas atividades partindo das suas várias experiências acumuladas e na tradição e técnicas desenvolvidas no dia-a-dia do lidar com as atividades na pequena propriedade, tais como cuidar dos pequenos animais, plantação e colheita de grãos dentre outras atividades com vistas à sua subsistência.

Com a adesão da avicultura integrada, os produtores abrem mão da sua vasta experiência e conhecimento e passam a se adequar às determinações técnicas da empresa. Estas indicações técnicas, que vão desde a abordagem de como preparar e alimentar às formas de manejo, têm como objetivo a obtenção de resultados positivos ao final do ciclo de produtividade.

Não somente o conhecimento é subtraído do produtor, como seu ritmo de trabalho passa a ser determinado pelas prescrições técnicas da agroindústria. O delicado material genético com que ele trabalha, além da racionalização no uso dos insumos (quantidade certa distribuída em períodos prefixados), determina que o ritmo do trabalho e sua distribuição estejam em grande parte fora do controle do produtor. (SORJ et al 2008, p.53).

Aos poucos, o pequeno produtor, que resolve trabalhar na avicultura, vai aderindo às tecnologias e, por conta da sua experiência, de forma intuitiva introduz pequenas adaptações que não interferem na produção, em vista que a adequação às mudanças técnicas são processuais e nunca imediatas.

Particularmente, nas condições de "transição acelerada", de camponês tradicional, com praticamente nenhuma educação formal, para as formas avançadas da agricultura industrial, o produtor não tem condições de acompanhar, de integrar níveis mais abstratos de informação relativos à tecnologia por ele utilizada. (SORJ et al, 2008, p.54).

O trabalhador precisa ritmar suas atividades baseado na proposta da maquinaria. Este perderá parte da sua liberdade sobre o seu horário de trabalho, pois terá que dar conta de muitas outras ações diárias da produção, ficando sobrecarregado.

1.9. Reestruturação Produtiva na Avicultura no Brasil

A reestruturação produtiva é apontada por Mizusaki (2007) como sendo as mudanças que ocorreram na configuração e no modo de entender o processo produtivo, assim como a produção no campo, que incluiu os elementos que fizeram parte da forma de acumulo de capital industrial. A avicultura brasileira tem passado por mudanças diversas nos últimos anos, bastando dizer que a reestruturação ocorrida diretamente na indústria da carne influenciou diretamente o campo, principalmente toda a forma de conduzir a criação dos frangos.

A manutenção da avicultura envolve atividades diversas, que vão desde a produção integrada, quando os avicultores recebem os pintinhos com um dia de nascidos e entregam à indústria com um peso estabelecido para a comercialização, até a aquisição de matéria-prima para a produção de ração para alimentação. Esta última tem peso relevante, porque acaba por influenciar o deslocamento da atividade e ainda as direções para o preço final.

Em se tratando do Mato Grosso do Sul, Mizusaki (2007) aponta que o capital avícola tem a sua maior expansão a partir dos anos 80, pulverizando-se por vários municípios do estado, priorizando essencialmente a agricultura familiar, que possuía limitações diversas sobre o seu processo produtivo. As maiores mudanças vieram após os anos 1990.

Todavia, após a entrada das empresas de maior porte no Estado a partir de meados dos anos de 1990, verificamos que houve um processo de reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul, acentuando a entrada de novas categorias de produtores na avicultura, introduzindo assim, novas relações de trabalho e produção na atividade avícola. (MIZUSAKI, 2007, p. 04).

A liberalização da economia assim como a abertura para uma nova forma de concorrência, quando as grandes empresas passam a diminuir o ritmo da competitividade e baixam os custos de produção, são fatores que favoreceram de modo preponderante estas mudanças.

Estas transformações ocorreram de formas distintas. Uma delas está relacionada ao alto índice de inovações e aquisições de novos equipamentos para os aviários, assim como na reorganização espacial para aumentar a capacidade de armazenamento e troca do aparato que dava suporte a criação, pensando no conforto técnico para as aves, de modo que estas viessem a produzir melhor. (Ibidem)

Outro fator relevante está ligado diretamente aos padrões dos aviários, que passaram a ser adequados à tecnologia da época para atender às exigências das empresas avícolas. As políticas de expansão e investimento na avicultura aumentaram também o número de integrados, desta forma expandindo os investimentos e o constante aumento da produtividade.

Em linhas gerais, de acordo com o pensamento de Mizusaki (2007), o acesso à tecnologia e a remodelagem dos aviários foram acontecendo de forma gradativa e diferenciada, dependendo da empresa e dos avicultores integrados. Enquanto algumas empresas possuíam apenas um terço dos aviários climatizados, outras quase que cinquenta por cento já obedeciam este padrão, refletindo posteriormente na produção final.

Ressaltamos que, no modelo de produção capitalista, as avançadas técnicas de produção refletem em todos os segmentos, inclusive nas relações de trabalho dentro do sistema de produção da avicultura. Segundo MIZUSAKI (2007, p. 09): “verificaremos que as mudanças técnicas ocorridas no sistema de produção na avicultura criaram a possibilidade de se alterar não somente a capacidade produtiva, mas também as relações de trabalho”.

No modelo de produção integrada, foram constatados que os barracões atendiam por meio de mão-de-obra assalariada. Os índices de mortalidade eram muito grandes por períodos de produção, diferentemente dos aviários em que os frangos eram cuidados pela mão-de-obra familiar, nestes os índices de mortalidade eram muito baixos. Desta forma, associamos que a renda da terra está sujeitada diretamente ao capital.

Ainda concernente à reestruturação produtiva verificada também no acesso a tecnologias, fica explícito que a climatização dos aviários diminuiu a dependência climática no interior dos mesmos e, assim, reduziu a mortalidade de aves, o que favoreceu melhorias no processo produtivo em linhas gerais.

As novas técnicas de produção que foram sendo acessadas pela avicultura brasileira, principalmente depois dos anos de 1990, tornaram-se relevantes pelo fato de promoverem o acirramento entre os mercados produtores, criando, assim, novas possibilidades de inserção da carne de frango a outros mercados não nacionais ou regionais e favorecendo as relações de maior ganho para o avicultor e reordenando as relações diversas.

A partir dessas mudanças, ficaram criadas as condições técnicas para que a avicultura passasse a se tornar mais atrativa para produtores capitalistas, que só entram numa atividade na perspectiva do lucro. No processo de trabalho, a introdução dessas novas tecnologias tem permitido a produção cada vez maior de uma mais-valia relativa, em detrimento do trabalho necessário, reduzindo, em certa medida, a importância desse último. (MIZUSAKI, 2007, p. 14).

O trabalho na avicultura tem se tornado cada vez mais importante e necessário, reconhece Mizusaki (2007). Embora haja uma grande automação nos processos, tem aumentado proporcionalmente o número de trabalhadores ao de frangos produzidos. Assegura, ainda, que “apesar de o capital ter recriado novas formas de produção na

avicultura, reforçamos a ideia de que esse processo não deve ser visto como sendo progressivo e linear”.

Mesmo assim, não é possível afirmar uma expansão continuada do capital industrial de modo a substituir a mão de obra familiar pela assalariada nem, tampouco, afirmar que estas mudanças produzidas pela reestruturação sejam alcançadas por toda a produção do país, bastando dizer que nem todos os avicultores sejam integrados ou grandes produtores, pois muitos ainda utilizam a atividade avícola como complementar em várias regiões.

Todas as discussões apresentadas até este ponto, não fazem referência mais nitidamente sobre os processos históricos do rural no Brasil. Salientamos que as mudanças, investimentos, aquisição de tecnologias, aprimoramento genético, expansão dos mercados e desenvolvimentos das regiões produtoras não é linear e universal no país, como muitas vezes parece ser apresentado.

Quando pensamos na penetração do capitalismo na agricultura, precisamos recordar, que em determinadas regiões, sua ação desestabilizadora é mais visível. O Nordeste Brasileiro tem sido abandonado ano após anos, estudiosos das mais diversas áreas da ciência, registram em diversas regiões a desertificação das terras antes produtivas, que são abandonadas pelo poderes públicos, que não emprega os recursos de políticas públicas de modo equânime, além do falível programa de assistência técnica e extensão rural que não ampara e qualifica os trabalhadores.

Por outro lado é visível os investimentos feitos pelas empresas capitalistas, que destinam seus recursos para as regiões que consideram mais promissoras, com possibilidade de facilidades de escoar a produção, regiões mais industrializadas e com perspectivas de lucros altíssimos. As regiões Sul e Sudeste sempre saem à frente. Os campos rurais de produção altamente tecnificados, máquinas de última geração ampliando a produção, melhorando a vida rural e por outro lado provocando distanciamentos e desequilíbrios ambientais e desempregando grandes massas de trabalhadores.

Pobreza rural é uma constatação muito presente, principalmente no Nordeste e especificamente no semiárido baiano, provocada historicamente pela falta de investimentos em estruturas políticas, sociais, econômicas e educacionais no meio rural, falta de diálogo com a realidade de cada "mundo rural". Neste sentido, não podemos aceitar como dado o fato de que as mudanças que ocorreram na agricultura e no mundo rural se tratem de igualdade em todas as regiões.

Quanto à avicultura de corte no Brasil, em termos regionais, as diferenças são imensas, nas entrevistas, ocorreram registros da insatisfação dos avicultores, principalmente os integrados, estes reclamam que diferentemente do Sul do país, na Bahia o Governo não interviu na política de preço mínimo da produção, logo eles não possuem autonomia, deixando que as próprias empresas regulem junto aos mercados qual preço é mais conveniente para pagar aos integrados ao final da produção dos lotes, acentuando os descompassos entre o tempo trabalhado e o que recebem ao fim do trabalho.

Nestes termos, reconhecer as mudanças, avanços, melhorias na agricultura, na aquisição de tecnologias e aprimoramentos, não são suficientes para nos deixar numa situação confortável, é preciso pensar no oposto, no contraditório, que está visível, que precisa ser também pesquisado, mostrado, levando em consideração outros olhares, outras realidades que convivemos no dia-a-dia, no Recôncavo, na Bahia, no Nordeste e no Brasil, sobretudo no mundo rural.

2. AVICULTURA NO BRASIL, NO NORDESTE E NA BAHIA: BREVES NOTAS.

2. 1. Avicultura no Brasil: Entre os dados e a crítica

O século XX foi proeminente para a agricultura brasileira, estendendo-se também para a avicultura, sobretudo a industrial, que passou a tomar dimensões relevantes, atingindo as diversas regiões do país, principalmente nas áreas rurais, motivada especialmente pelos pleitos comerciais e produtivos que precisavam ser atendidos. (BELUSSO e HESPANHOL, 2010).

No entanto, a pesquisadora Palota (2012) descreve que, no Brasil, a avicultura de corte tem se tornado muito mais relevantes desde meados dos anos 1960. A

modernização ocorrida no setor tem favorecido o país, que pontua como o terceiro maior produtor de carne de frango, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China. Sua produção, além de atender o mercado interno, tem sido exportada para mais de 100 países, revelando que esta é uma atividade que tem tomado proporções grandiosas na agropecuária brasileira.

Registra-se, ainda, que, neste período, houve transformações e mudanças significativas no setor agroindustrial que acabaram por atingir todo o processo produtivo deste setor, incluindo a avicultura brasileira, e que foram motivadas pelo acesso a tecnologias e inovações.

A avicultura se constitui numa cadeia produtiva cujos efeitos precisam ser dimensionados do ponto de vista da transição a que os produtores se submeteram para acompanhar a escala e o padrão tecnológico exigidos, de acordo com as estratégias empresariais. (BELUSSO e HESPANHOL, 2010, p.02).

Após os anos de 1970, a agricultura brasileira passou por mudanças relevantes, assim como as questões relacionadas à produção, consumo, mercados e acesso a novas tecnologias. Estas impulsionaram de modo significativo o setor avícola no Brasil, inclusive redimensionando as relações que envolvem os territórios onde estas transformações foram mais pontuais.

A produção avícola ampliou de forma promissora em virtude de investimentos feitos em melhoramento genético das matrizes e qualidade da nutrição disposta aos animais, além da automação da produtividade, que impulsionou a escala de produção, alcançando novos mercados e favorecendo a criação de um sistema complexo que atendessem as necessidades surgidas.

As indústrias de frangos se estabeleceram como um segmento moderno nos anos 1970, graças à política agrícola de crédito subsidiado e a instalação de frigoríficos, além das articulações entre grupos nacionais e empresas estrangeiras produtoras de linhagens. (RIZZI 2003, *apud* BELUSSO e HESPANHOL, 2010, p. 03).

De acordo com Telo e David (2013), é correto afirmar que a avicultura brasileira, principalmente a integrada, foi transformada nos últimos anos, sobretudo, pelo acesso e contínuo processo de modernização. Diferentemente da avicultura independente, pois, esta possui menor nível de acesso aos recursos necessários para se tornar mais evidente, ao contrário, subsumida pelos altos investimentos e transformações que se tem conhecimento. Este processo tem de modo visível respingado em toda forma de organização do campo e as relações de produção e trabalho que, por sua vez, em regiões onde aderiram a este modelo de produção tem passado por mudanças sucessivas.

Neste sentido, entende-se que a avicultura integrada brasileira pode ser exemplificada como atividade que mais aproxima a agricultura aos Complexo Agroindustriais, pois está ligada diretamente a uma agroindústria e possui uma dependência direta e ligada ainda ao sistema de capitalismo em forma geral, causando rompimentos e querelas nas relações com os pequenos avicultores.

Conforme descreve Bem (1991), os Complexos Agroindustriais assim como sua dinâmica começaram a se formar no Brasil depois dos anos 70. Dentre as principais características, podem ser citadas a concentração de capitais, formação de oligopólios para atender aos mercados existentes, fazendo distinção entre pequenos e grandes capitais além da elevada industrialização da agricultura que abre espaço para que grandes empresas atuem diretamente na produção agropecuária.

O Brasil seguiu o mesmo nível de modernização na agropecuária ocorrida em várias partes do mundo, marcada sobretudo pela aquisição de tecnologias e as novas técnicas de produção que foram sendo disseminadas, porém esta realidade de modernização, não pode ser apregoada como unânime e universal, pois há regiões que não se registra o mesmo nível de modernização na agricultura, prevalecendo modos rudimentares. Estes movimentos foram aos poucos retirando a autonomia da agricultura brasileira, passando a ser orientada por demandas mais globais e não apenas local ou regional que é resultado de perspectivas de desenvolvimentos que ocorreram em vários segmentos até chegar também ao mercado abastecido pela agricultura.

Com a agroindustrialização, passa a ser mais evidente a entrada de capital externo no país, com vistas a atender não somente ao mercado interno, deste modo o complexo agroindustrial baliza a relação entre agricultura e indústria, que por sua vez passa a obter dos produtores rurais participação no fornecimento de matérias primas exclusiva

com a finalidade de abastecer as agroindústrias que vão surgindo pelo país. (BEM, 1991).

Por conta da adequação, as inovações tecnológicas e a aderência aos Complexos Agroindustriais, cada vez mais a agricultura brasileira tem estado visivelmente subordinada a indústria nas diversas relações, inclusive no que se refere as questões econômicas, de trabalho e produção, penalizando de maneira visível os trabalhadores, sobretudo os pequenos produtores rurais, que se subordinam a estas relações.

Dentro da proposta de Complexo Agroindustrial, as indústrias têm buscado continuamente adequações e inovações com vistas a melhorar a produção, como na aquisição de novas máquinas, insumos além do aperfeiçoamento no processamento dos produtos. A avicultura no Brasil se adequou rapidamente a todo este aparato tecnológico, visando uma linhagem de matrizes geneticamente resistente, diminuindo o tempo de produção, passando de uma atividade mais incipiente, de características camponesas para uma alta industrialização, tornando a atividade bastante especializada.

A modernização da agricultura é, ao mesmo tempo uma causa e uma consequência da expansão do capitalismo no campo e, nesse sentido, contribui largamente para um processo de produção agrícola voltado principalmente à busca de rentabilidade na forma de dinheiro, através da minimização dos custos e da maximização da produtividade. (TELO e DAVID, 2013, p.02).

Ressalte-se que o setor de carnes foi bastante favorecido pela denominada terceira revolução, porque beneficiou diretamente o modo de como lidar os seus cortes, com a capacitação de pessoal para lidar com manuseio direto das aves, além dos significativos investimentos em melhoramento genético.

Estas atividades melhoradas são acompanhadas fortemente pelo auxílio da informática dentro das agroindústrias, que passam a atender as demandas de um mercado competitivo muito mais global e insere fortemente a avicultura de corte neste processo. (BELUSSO E HESPANHOL, 2010).

O Brasil tem conquistado o mercado internacional de consumo de carne de frango. No ano de 2004, o país ultrapassou os Estados Unidos na exportação deste tipo de carne, inclusive alcançando mercados outrora não acessíveis, como o Mulçumano que, por questões de ordem cultural e religiosa, exigiu que as empresas avícolas

ofertassem um produto diferenciado, atendendo-os conforme os seus preceitos religiosos.

O mercado interno também sofreu mudanças, pois a carne bovina, aos poucos, tem sido substituída por carne de frango, aumentando o consumo *per capita* ano após ano. Dentre as várias ações de incentivos para o consumo do mercado interno. Afirmam BELUSSO e HESPANHOL (2010, p.6) que “é vantajoso pela característica deste tipo de alimento, pois é resultante de uma produção intensiva e apresenta melhor resposta em relação ao tempo e à área ocupada”.

Para atender as demandas do mercado, os pequenos produtores, acabam se submetendo às normas estabelecidas pelo nível de necessidade deste mercado, que exige um produto dentro de padrões tecnológicos e industriais. O que ocorre é um distanciamento do pequeno produtor do seu produto final, que obtém apenas a valorização como mercadoria e não mais uma utilidade para quem o produziu, numa produção a qualquer custo, sem considerar os limites dos avicultores.

Ainda de acordo com Bem (1991), a modernização que ocorreu na agropecuária brasileira, promoveu mudanças visíveis nas relações de produção e de trabalho, ficando evidente um padrão de desenvolvimento de caráter capitalista para as atividades relacionadas ao setor. Observa-se que no Brasil estas mudanças ocorrerem também na avicultura, pondo em evidência o modelo de integração, que se sobressaiu à avicultura tradicional. Neste modelo, o avicultor é responsável por todo o ciclo biológico das aves, obedecendo as regras impostas pela agroindústria a que está ligado.

Entretanto este modelo de produção, quando colocado em funcionamento, tem gerado alguns conflitos. O principal deles é a baixa remuneração que recebem os produtores rurais. Segundo eles, a atividade não oferece lucro, apenas mantém a unidade em funcionando. A indústria por sua vez, acusa problemas que vão do custo da matéria prima (o milho) da integração até os baixos níveis de renda da população. (BEM, 1991, p. 02)

No entanto, o modelo de produção integrada, fomentado pelas agroindústrias na sua base não depende de muitos produtores, pois este exige dos integrados uma criação de frangos bastante densa e intensiva, cada produtor deve produzir um determinado

número de aves exigido pela empresa integradora, que investe quase 90% do recurso para produção do lote que possui um ciclo curto, uma média de 40 dias.

A década de 1990 tornou-se um marco por ter sido o período de maior visibilidade para os produtos brasileiros, principalmente os advindos da agroindústria, com a abertura de novos mercados, o que favoreceu também significativamente a avicultura de corte. BELUSSO e HESPANHOL, (2010, p. 07) asseguram:

Uma maior exposição dos setores produtivos brasileiros à competição internacional ocorreu na década de 1990, período marcado pela abertura comercial brasileira e, do ponto de vista da avicultura industrial, uma ampliação de eficiência forçada pela concorrência e pelas exigências do mercado externo.

A expansão da avicultura de corte brasileira teve seu fortalecimento nos anos de 1970 e permaneceu pujante até a década de 1990, sinalizando como maior potencial da indústria de carnes do país. Para isso, o setor passou a desenvolver estratégias que ampliassem seus segmentos, investindo em novas tecnologias, fundindo empresas avícolas nacionais, o que favoreceu ao grande aumento de sua produção, atingindo, inclusive, outras regiões do país. Em alguns casos, empresas nacionais foram vendidas ao capital estrangeiro, de forma que os mercados internacionais fossem atendidos com o produto brasileiro.

O Brasil, por se tratar de um país produtor de grãos como milho e soja, que são a base da alimentação das aves, de certo modo, possibilitou estas fusões e compras, tendo em vista que a importação destas matérias-primas tão importantes encareceria todo o processo. Quanto à regionalização da avicultura industrial, esta teve a sua gênese no estado de São Paulo e, em seguida, em Santa Catarina, com maior enfoque para a avicultura de abate, onde, ainda, se registrou o surgimento das grandes indústrias como a Sadia e Perdigão. É recente a expansão da avicultura nos Estados do Norte e Nordeste. Nesta trajetória da avicultura se percebe, de forma nítida, as mudanças que ocorreram também em níveis técnicos, sociais e econômicos nas várias regiões.

BELUSSO e HESPANHOL (2010, p. 08) afirmam que “na avicultura foram criadas condições ambientais artificializadas na medida em que o progresso tecnológico propiciou maior controle produtivo, a exemplo da criação adensada de frangos em galpões climatizados”.

Ressalte-se que a expansão da avicultura no Brasil dependeu de um cenário que favoreceu e consolidou esta realidade, como um mercado consumidor interno e externo que demandou a produção avícola, a criação de políticas públicas agrícolas que atendessem ao setor, bem como a aptidão dos avicultores e a oferta continuada da matéria-prima para produção de ração, como soja e milho.

Atualmente encontramos pelo menos três modelos de criação de frango de corte no país, embora haja uma variação de região, são as formas: independente, cooperativa e integrada. O sistema independente de produção na avicultura é caracterizado principalmente por ser do avicultor toda a responsabilidade com o processo produtivo, que vai desde a aquisição dos pintinhos, compra de ração, terceirização da assistência técnica quando não houver empresa pública que ofereça, além de se responsabilizar pela escoação do lote ao final do tempo estabelecido para venda.

Neste sistema o custo de produção é muito elevado em relação a outros sistemas de produção, além que para o produtor os riscos são maiores devido as dificuldades de compra de pintinhos, os elevados preços dos insumos e quando compra é em menor quantidade e a dificuldade de venda do produto final em lote. (PALOTA, 2012, p. 19).

Já no sistema de produção cooperativo, todo o processo de produção ocorre entre a cooperativa e o avicultor cooperado, que já possui terra e galpão para alojar os pintinhos fornecidos pela cooperativa, que também assume toda a assistência técnica, insumos e ração. O avicultor, por sua vez, além de alojar é responsável pela mão-de-obra até que o lote esteja pronto para a comercialização. A divisão dos lucros é proporcional a quantidade de frangos entregues.

O modelo de produção avícola integrada é o mais utilizado nas várias regiões. Neste modelo, as relações entre avicultores e agroindústria são formalizadas por meio de contratos que norteiam as relações de produção e trabalho. Nesta atividade, tem sido observado que prevalece a mão-de-obra familiar. Este tem sido o modelo mais proeminente no país.

No começo, contavam com pequenos avicultores envolvidos, mas, com o passar dos anos e o sucesso do setor, passaram a surgir médios e grandes produtores que aderiram a esta modalidade, pois os envolvidos perceberam uma série de vantagens,

inclusive o fato de haver um mercado consumidor e escoador da produção já consolidado.

Os investimentos desta avicultura regionalizada estão, em sua maioria, concentrados nos estado do Centro Oeste, embora o Norte tenha recebido investimentos recentemente. No Nordeste, os estados da Bahia e de Pernambuco participam em níveis nacionais com uma pequena parte da produção, percebendo-se, através deles, uma visão promissora de crescimento de investimentos em suas regiões. Há, então, uma perspectiva ascendente na visão de BELUSSO e HESPANHOL, (2010, p. 25):

Ao longo dos anos a avicultura industrial passou por mudanças, quais sejam: significativos ganhos de produtividade; melhorias na estrutura física dos galpões, automatização; as aves passaram por melhoramento genético. As permanências, entretanto, também marcaram este segmento produtivo, a exemplo do modelo de integração de produtores.

Outros autores que escrevem sobre a temática da avicultura brasileira são Richetti e Santos (2000). Estes, por sua vez, afirmam que esta atividade não deixa a desejar quando comparada a outras do mercado, tais como a bovinocultura ou suinocultura, por exemplo, pois ela é possuidora de tecnologia de ponta e a sua produtividade é capaz de competir com outras agroindústrias fora do país, considerando-se, ainda, a relevância de sua produção em níveis de exportação.

Em linhas gerais, esta modalidade de produção gera riquezas para o país, além de favorecer a autossuficiência da produção de alimento, neste caso a proteína animal. Há uma série de questões que favoreceu a guinada da avicultura de corte, especificamente, no modelo integrado. Dentre elas, pode ser citado o melhoramento genético, o que aumentou a produtividade, pois beneficiou a criação e engorda das aves em todos os sentidos.

Em se tratando da modalidade de produção avícola integrada, diz-se do processo em que a empresa abatedouro coordena todo o processo da produção, que é iniciado com a entrega dos pintinhos aos avicultores integrados e dos insumos que serão necessários durante o período em que o lote permanecer nos aviários. De mesmo modo, é oferecida a assistência técnica e todo este processo é coordenado pela agroindústria,

que se utiliza do espaço do avicultor para aprimorar a sua produção. (RICHETTI E SANTOS, 2000).

No começo da atividade, existiam algumas determinações por parte da agroindústria para formação do modelo de integração, dentre elas o avicultor deveria ter experiência com a atividade avícola e com tradição na região, ter a disposição de obra familiar e ficando claro que os que aderissem ao modelo não deviam desistir ou mesmo reclamar das condições do desenvolvimento do trabalho ou descontentamento com a atividade.

Ainda conforme Bem (1991), na sua pesquisa ficou manifesto que os produtores entravam para o modelo de integração porque não conseguem financiamento, mas participam de capital fixo, que incluem as instalações, além da mão-de-obra. Os integrados não tinham o custo com a construção dos aviários, ficando a cargo da agroindústria o acesso ao crédito via governo federal.

Já as agroindústrias justificam o fato de não produzirem frango diretamente por não conseguem dar conta do controle dos investimentos que tem que fazer, visto que para a produção intensiva necessitaria certa distância das propriedades e aviários, evitando doenças e prejuízos ao plantel, exigindo um grande investimento na compra de propriedades para construção dos aviários.

A agroindústria tende a ser sempre a maior beneficiária da integração vertical, porque passa a acessar o mercado externo, por meio do produto final em forma de frango inteiro congelado, que é uma *commodity*, tendo seu preço atualizado conforme preço do mercado internacional, por isso há um modelo estabelecido dentro da produção e exigências feitas principalmente sobre o padrão do produto final. Como possuem tecnologia de ponta, as empresas integradoras recebem e aumentam relativamente o lucro das integradoras.

Ainda há uma discussão que aponta para as vantagens e desvantagens da integração, as quais podem ser arroladas aqui: como vantagens, o integrado tem acesso a uma renda média, não possui um grande risco financeiro, dado ao pouco investimento, acesso a tecnologia e aos insumos necessários para produção e treinamento para assistência técnica além de poder elevar a sua produção, em vista que antes não tinha tais condições. Quanto as desvantagens, podem ser citadas: a empresa integradora limita o lucro que este deve ter, o tempo de produção é determinado pela empresa, tornando refém do tempo que o mercado exige, maior ou menor produção, além de ser responsável pelos investimentos de capital fixo, que vem a ser terra, construção e

equipamentos. Outras questões subjacentes são mais desfavoráveis aos integrados, conforme aponta Bem:

[...] Os baixos rendimentos auferidos pelo produtor rural na integração avícola, podem ser comparadas ao salário mínimo. Este integrado, portanto, perde a condição de produtor proprietário, passando a fazer parte de uma categoria de trabalhadores que recebe um salário disfarçado de renda. (BEM, 1991, p. 39).

A avicultura exige grandes investimentos tanto na produção independente quanto na modalidade integrada, que demanda outros ainda maiores. Em ambas, o acesso do pequeno produtor nem sempre foi possível, uma vez que este possui recursos escassos. Põe-se, então, a adesão ao modelo de integração como alternativa. Este se associa a grandes empresas avícolas e estabelece uma relação contratual que, em tese, protege ambas as partes e insere mercadologicamente os pequenos avicultores de algum modo.

Outro estudioso da questão, Filgueiras (2013), aduz que a produção integrada é um modelo que põe o trabalhador submisso a uma única empresa. Este, por sua vez, produz e fornece o produto necessitado por esta empresa, que mantém um controle rígido de todo o processo produtivo. É marcado, sobretudo, pela precarização do trabalho e a utilização de mão-de-obra e carga horária excessiva. Este modelo de integração é predominantemente utilizado na agroindústria, principalmente na avicultura brasileira.

Com a intenção de diminuir os custos com contratação, gastos com a força de trabalho, o capital tem tomado formas diversas, principalmente no que tange à obtenção da mão-de-obra a qualquer custo, utilizando-se de nomenclaturas outras, com o objetivo de disfarçar a não anotação nas carteiras, dando nomes como colaboradores, cooperados, consultores etc.

Ao impor condições precárias de contratação e remuneração ao trabalhador por meio de uma pseudo-autonomia (mas, de fato, responsabilização pelos riscos do negócio), o capital engendra forte pressão sobre ele para atenuar essa mesma precarização. Assim, desesperado para manter o vínculo que lhe permite se reproduzir,

inclusive fisicamente, e concomitantemente premido pela necessidade de elevar seus rendimentos, o trabalhador tende a se dedicar ao máximo aos objetivos do capital, com reduzida propensão ao questionamento individual ou coletivo. (FILGUEIRAS, 2013, p. 232).

A produção integrada tem se apropriado desta nova empreitada do capital financeiro, que, usando de dribles, evidencia a intensificação da exploração do trabalho, contratando pequenos produtores rurais para produção exclusiva, que fornecerá o produto para atender as demandas de um mercado em constante expansão, ainda que a custo de perpetuação da hegemonia do capital financeiro.

As empresas que usam a integração como modelo, detém toda a primazia do processo produtivo, dita as regras, impõe ao integrado o modo como deve ser produzido o produto contratado. São donas dos insumos, dos materiais diversos que serão utilizados. No caso da avicultura, exigem o peso e tamanho das aves, compreendendo um tempo imposto como limite para a entrega do lote. A integração não é novidade, de acordo com o autor:

A “integração” como forma de organização do trabalho não é uma novidade no campo brasileiro, havendo registros de sua adoção por empresa ainda no primeiro quarto do século XX. Entretanto, essa estratégia de organização ganhou força nas últimas décadas, se espalhando por diversos setores da agroindústria, dada a sua pertinência às demandas contemporâneas do capital. (FILGUEIRAS, 2013, p. 233).

A empresa pioneira em utilizar este tipo de produção foi a Souza Cruz, no Sul do país, na cultura fumageira, em seguida outras empresas que lidam com a agroindústria foram aderindo. Os contratos são feitos principalmente por pequenos proprietários de terra, localizados nas regiões que produzem um dado produto. No nosso caso, analisamos a avicultura integrada.

Nesta modalidade, o fornecimento dos insumos e os padrões técnicos de qualidade são determinados pela empresa, que deseja receber o produto de uma forma específica. O pequeno produtor, por sua vez, cumpre com toda a etapa do processo produtivo, que, ao final, recebe um valor pela produção que não é compatível com o

tempo e a dedicação da mão-de-obra utilizados no cuidado do lote produzido na propriedade.

De início (desde a idealização do modelo) fica evidente que o empreendimento no qual se insere a “integração” é o empreendimento da empresa tomadora de serviços, pois, mesmo que a terra seja formalmente propriedade do “integrado”, a demanda e o processo produtivo são do tomador. O “integrado” figura, se muito, como peça da atividade empresarial da tomadora de serviço. (FILGUEIRAS, 2013, P. 234).

Quando se trata de pequenas propriedades, tocadas com pequenos produtores, estes acabam sendo indiretamente comandados pelas empresas integradoras, porque, de certo modo, esta propriedade torna-se uma extensão das atividades industriais, transformando-se num espaço de produção direto, porque tem exclusividade de entrega dos lotes no tempo estimado pela empresa integradora.

RICHETTI e SANTOS (2000, p.34) afirmam que: “o sistema integrado sob contratos, surgiu paralelamente à grande modernização da avicultura como processo de mudanças nas estratégias organizacionais, disseminando-se rapidamente”. No Brasil, a avicultura integrada é a modalidade mais encontrada nas diversas regiões produtoras do país atualmente. Este modelo consiste numa relação balizada por um contrato bilateral, descrito por normativas de atividades e comportamento de ambas as partes, onde, ainda, é pontuada toda a relação de produção.

Reafirmando sobre este sistema de produção, RICHETTI e SANTOS (2000, p.39) expressam:

A avicultura integrada consiste em um relacionamento entre a agroindústria e os produtores rurais em que os produtores de frangos se caracteriza pela utilização da mão de obra familiar, por ser proprietário de pequena extensão de terra e a propriedade ser diversificada.

Conceição (2007) registra que há inúmeros estudos que apontam o setor da avicultura de corte no Brasil e fora dele como promissor. Destacam as inovações

técnicas no setor agroindustrial como as principais responsáveis por este sucesso, que acaba por reconfigurar, inclusive, o meio rural.

Deste modo, é bastante nítida a influência do capitalismo no meio rural. O sinal mais visível talvez esteja nas integrações entre o campo e o urbano, demonstrado pelo amplo crescimento dos complexos agroindustriais no meio rural e isto flui de modo positivo à produção da avicultura de corte.

A atividade avícola industrial brasileira, que tem apresentado constantes crescimentos com perspectivas de se desenvolver ainda mais frente às condições internas e externas existentes, hoje tem sua produção controlada pelas grandes empresas agroindustriais do setor. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 103).

Ressalte-se que na avicultura brasileira, principalmente a de corte, a predominância do sistema de produção é a integração entre avicultores e as grandes empresas avícolas, marcada, sobretudo, pelo exercício do controle de todo o processo produtivo, com vistas a alcançar excelência na produção e eficiência econômica.

O acesso ao aparato tecnológico de ponta e as pesquisas feitas especificamente no setor e para o setor avícola tornaram-se instrumentos relevantes que impulsionaram a produção nos últimos anos no Brasil, além de algumas políticas públicas, como as de crédito, que subsidiaram investimentos para atender a avicultura. Através dos investimentos e da consecutiva melhoria dos índices relacionados à avicultura, em pouco tempo, espera-se o aumento da produção com uma considerável redução dos custos, o que gerará, portanto, ganhos para o setor e para todos os envolvidos no processo de produção, inclusive pondo o país como exportador deste tipo de carne para vários mercados mundiais.

Na verdade, no início de sua implantação no país a avicultura possuía um caráter voltado basicamente para a subsistência, dispondo de escassa tecnologia. Entretanto, a dimensão industrial que caracterizou essa atividade a partir da década de 1960 contribuiu para que desde 1975 o país começasse também a exportar parte de sua produção constituindo atualmente um dos maiores exportadores de carne de frango do mundo. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 109).

Conforme citação acima, o Brasil evoluiu no que se refere à produção avícola, saindo do patamar de produção que visava ofertar a demanda familiar, passando a galgar espaços antes dominados por outros países, indicando, assim, alcances maiores do mercado de aves brasileiro, além de indicar qualidade superior em seus produtos. A industrialização do setor tem sido relevante nesta constatação de movimentação da produção nacional.

As pequenas propriedades rurais aderentes ao modelo de integração usam predominantemente a mão-de-obra familiar. Estrategicamente, no Recôncavo, esta realidade se dá, sobretudo, pelo fato de se tratar de remuneração irregular, não permitindo a contratação de mão-de-obra externa ao seio familiar, porque obrigaria o pequeno produtor pagar as taxas referentes aos direitos trabalhistas e a remuneração recebida ao final de cada lote não lhes permite este procedimento.

Os estudos de caso efetuados pela pesquisa que deu origem ao presente texto detectaram não apenas que a “integração” tem engendrado a precarização intensa do trabalho como consequência dessa modalidade de organização, mas que a precarização do trabalho é instrumental e deliberadamente adotada pelo capital, através da “integração”, como estratégia de aprofundamento da subsunção e exploração do trabalho. (FILGUEIRAS, 2013, p. 240).

Ainda neste estudo, o autor acima citado, informa sobre ações e pesquisas com trabalhadores da avicultura de postura e de corte em duas fazendas de municípios da Bahia, ficando constatado em conversa com os trabalhadores que estes tinham contrato formal de empregado. Mas, a partir dos anos 2000, muitos destes tiveram suas relações de trabalho nestas fazendas desfeitas e aderiram ao sistema de integração destas fazendas, o que em tese lhes tirou a garantia de direitos trabalhistas legais e a eles foram destinados até cinco aviários para cuidar dos plantéis estabelecidos pelas fazendas/empresas.

Desse modo, os trabalhadores são impelidos à intensificação do ritmo e prolongamento do tempo de trabalho, tanto para garantir sua sobrevivência imediata, quanto para manter seu posto de trabalho. Os

próprios advogado e preposto dos empregadores admitiram isso, declarando que a “integração”, por tornar os trabalhadores mais responsáveis pela produção (leia-se, mais instáveis e sem garantias), é um instrumento para tornar os trabalhadores mais dedicados e produtivos. (FILGUEIRAS, 2013, 242).

Nestes termos, os antigos trabalhadores assalariados e agora submetidos à integração são levados a uma nova modalidade de atividade que inclui o trabalho diário, sem descanso, pois precisa atender à demanda existente. Agora são eles os responsáveis diretos para produzir o lote no tempo determinado para escoação do plantel. Neste tipo de integração, o avicultor integrado passa a envolver toda a família na atividade, mulheres e filhos, estes que antes não tinham a obrigação de trabalhar por ter um esposo ou pai com relação formal de trabalho na fazenda.

A atividade avícola é de certo modo insalubre. Durante o estudo, Filgueiras (2013) aponta que ficou constatado não haver uma política de segurança, não há prática do uso de equipamentos que evite o contato com os cadáveres e fezes dos animais ou inalação do mau cheiro. O contato direto pode causar danos à saúde dos trabalhadores, contudo não há preocupação com estes aspectos. Foi ainda verificado que as casas dos avicultores ficam muito próximas aos aviários, o que aumenta o risco de problemas de saúde para a família avicultora.

Dentre as conclusões que foram expressas pelo autor do texto, ficou evidente que a atividade avícola integrada nesta região da Bahia apresenta todas as características negativas que pode se qualificar a atividade como exploração, desrespeito às leis do trabalho, às normas de segurança, além de um apelo incisivo aos ditames do capital controlando o trabalho precário.

Atualmente, os índices que indicam a produção de carne de frango num patamar mundial apontam o Brasil numa posição vigorosa e pujante, ocupando o terceiro lugar. Em 2013, produziu 12,308 milhões de toneladas, ficando logo após os Estados Unidos e a China, reafirmando a posição importante no mercado internacional no que concerne a produção total da avicultura, principalmente a de corte. (ABPA, 2013).

Tabela 1. Produção Brasileira de Frango (milhões de Toneladas)

Ano	Toneladas Produzidas
2000	5,98
2001	6,74
2002	7,52
2003	7,84
2004	8,49
2005	8,95
2006	9,34
2007	10,31
2008	10,94
2009	10,98
2010	12,23
2011	13,05
2012	12,65
2013	12,30

Fonte: ABPA. Organização própria

Conforme vemos na tabela, existe coerência sobre o que foi apresentado na discussão do tópico acima, referente à crescente produção de carne de frango no Brasil. Vale apenas notar que, na última década, o destaque se deu principalmente para o ano de 2010, em que houve maior aumento, se compararmos a escala ano após ano e uma diminuição ainda que pequena entre os anos de 2012 e 2013.

2.2 Avicultura no Nordeste e os desafios encontrados

A avicultura no Nordeste tem se destacado nos últimos anos. Em Pernambuco, ela tem sido uma atividade geradora de emprego e renda principalmente no meio rural,

ocupando um lugar de destaque na produção nacional de carne de frango e sobressaindo-se, ainda, pela produção de ovos. Estas mudanças se dão, principalmente, pela aceitação e pelo aumento do consumo deste tipo de carne na região do nordeste brasileiro, o que, de certa forma, aguçou o mercado de produção avícola. O Estado responde por quase metade da produção de frango do nordeste, seguido pela produção do estado da Bahia. (VITAL et al, 2008).

A Avicultura Pernambucana teve o seu aprimoramento com viés empresarial a partir dos anos de 1970, adequando-se, então, aos moldes da avicultura brasileira, tornando-se relevante no desenvolvimento econômico no Nordeste do Brasil, movimentando, assim, valores significativos com uma perspectiva crescente ano após ano.

A produção avícola de Pernambuco é suficiente para a população do estado. O excedente é, na maioria, transferido para o nordeste, dando conta da demanda existente por estes mercados regionalizados. Este setor também tem se adequadado às normas sanitárias internacionais de modo que possa exportar parte da sua produção, atendendo a mercados específicos. O montante de recursos investidos na produção é provindo de bancos públicos como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil. Constata-se, ainda, que o modo de produção que sobressai é a produção integrada.

O desenvolvimento da avicultura de corte tem contado com importante contribuição de empresas que possuem abatedouros e fazem uma produção descentralizada com a participação grupos de pequenos e médios avicultores. Os avicultores constroem os galpões e recebem dessas empresas, o pinto, a ração e a assistência técnica para a produção do frango de corte que é entregue a essas unidades industriais. Esse sistema é conhecido como produção integrada. Para entender a sobrevivência e expansão dessas empresas avícolas, cabe observar as estratégias empresariais adotadas e, sobretudo as de mercado. (VITAL et al, 2008, p. 05).

Um dos entraves enfrentados pelas empresas avícolas no nordeste diz respeito à questão da falta de matéria prima para a alimentação das aves, sendo necessário buscar em outros estados, mobilizando toda uma equipe de logística, que vai desde a recepção da matéria no Porto de Suape até a distribuição pelas regiões produtoras. (VITAL et al, 2008).

As compras são quase sempre individualizadas, havendo registro de compras coletivas quando necessitam importar milho. As empresas envolvidas na produção vertical produzem a sua própria ração, dão conta do abate, da embalagem final do frango e são responsáveis por escoar a produção final dos abatedores, que possuem uma produção de grande volume diário para assistir aos mercados do nordeste, principalmente as capitais e regiões metropolitanas.

Há, contudo, um rigoroso sistema de fiscalização do governo com vistas à manutenção e aprimoramento sanitário das empresas, que objetiva diminuir as infecções e os surtos de doenças como a influenza, que pôs o mercado nacional em quarentena, em anos anteriores, com a explosão da gripe aviária.

No nordeste há registro de constante expansão do setor avícola, principalmente na modalidade integrada. Em Pernambuco, empresas que mantinham as suas atividades produtivas no Sul e Sudeste passaram a implantar unidades industriais em regiões outrora inacessíveis, deslocando tecnologia de outras regiões para o nordeste brasileiro, com a finalidade de melhorar a produção e distribuição dos produtos. Estas empresas são bastante aderentes a tecnologias e capacitação de pessoal, mantendo uma visão ampla de melhoria contínua da produção.

A empresa investe em tecnologia de ponta, tem uma equipe técnica qualificada e estável e executa um forte programa de capacitação de seus funcionários, incluindo treinamentos, cursos, participação em eventos como feiras, congressos, simpósios e visitas a empresas no exterior. A capacidade empreendedora do proprietário é citada como elemento importante do sucesso dessa empresa. A mesma encontra-se em fase de expansão tendo construído uma outra unidade industrial em município do cerrado baiano, onde se produz milho e soja. Essa nova unidade industrial, vai abater 150.000 aves/dia, e terá 500 avicultores integrados, a produção será destinada ao mercado externo. (VITAL et al, 2008, p,11).

Em pesquisas empreendidas por Vital et al (2008), verificou-se, também, que cada um destas empresas visa conquistar uma parte da região aonde o mercado está em expansão. No que diz respeito à propensão a cooperar, fica visível que estas empresas, em dado momento, se articulam principalmente para buscar a consolidação de políticas públicas específicas que contemplem o setor avícola. Uma das questões que precisam

ser revistas está no fato de existir pesquisa e desenvolvimento somente em empresas maiores e consolidadas.

Ademais, a modalidade de produção vertical no nordeste tornou-se um instrumento de ocupação, de criação de oportunidade de empregos diversos, de melhoria na renda e, por sua vez, articulando os pequenos avicultores para a troca de experiências entre estados vizinhos.

VITAL et al,(2008, p.15) considera que “o cenário interno é de crescimento da economia nacional e de aumento de consumo carne de frango no país e na região. A situação atual também é favorável para as exportações da carne de frango brasileira, indicando um mercado em expansão”.

Ainda sobre a avicultura integrada nordestina, Evangelista et al (2008) diz que os entraves encontrados dizem respeito ao acesso à matéria-prima (milho e soja) para a produção de ração. Ressalte-se que o cultivo destes grãos nos cerrados nordestinos, principalmente na Bahia, Maranhão e Piauí tem favorecido a redução deste problema. No entanto, a questão relacionada à infraestrutura e transporte ainda impedem os avanços de crescimento do setor, uma vez que os insumos necessários não chegam em tempo hábil para o atendimento da demanda, atrasando toda a produção.

Diferentemente de outras regiões, o nordeste ainda é bastante marcado pela produção independente. A adesão ao modelo de integração tem se mostrado eficaz principalmente na Bahia, que tem a região do Recôncavo como a mais promissora. (EVANGELISTA et al, 2008).

Registra ainda que há um aumento considerável da produção de carne de frango, seja congelado ou resfriado, atendendo aos mercados regionais, com foco nas principais cidades⁵. Evangelista et al (2008, p.02) afirmam com relação à avicultura no Nordeste:

A avicultura consolidou-se como uma das mais importantes e eficientes atividades da agropecuária brasileira, o que levou o Brasil a transformar-se no maior exportador mundial de carne de frango. Inicialmente concentrada nas regiões Sul e Sudeste, a atividade vem se espalhando pelo território nacional, aproximando-se não só das regiões produtoras de matérias-primas – como é o caso do deslocamento de criatórios e abatedouros para a região Centro-Oeste –

⁵ O frango congelado destina-se à comercialização em regiões mais distantes, aonde se localiza a unidade de abate, diferentemente do frango resfriado, que geralmente é comercializado na própria região de abate para atender aos pequenos comércios.

mas também das regiões consumidoras, o que explica em parte o seu crescimento na Região Nordeste. (EVANGELISTA et al, 2008, p.02).

A avicultura no Nordeste, aos poucos, tem dado passos relevantes, ficando visivelmente conhecida no cenário nacional, se destacando como fonte empregadora e geradora de renda e, igualmente, tem alcançado mercados externos, ainda que de modo tímido.

Em pesquisa realizada por Evangelista et al (2008) foi apontado que, em linhas gerais, houve uma certa estagnação da produção avícola no Nordeste, embora haja uma exceção para a produção da Bahia, que tem sido favorecida pela crescente safra baiana de grãos produzidos no Cerrado.

Pernambuco é o maior produtor de aves de corte do Nordeste, embora a Bahia possua o maior plantel. Nele, existem cerca de 20 empresas avícolas atuantes no seu parque industrial, além da produção integrada, que abarca em torno de mil pequenos avicultores, contando, ainda, o Estado com inúmeros produtores independentes.

O Ceará também tem sua relevância na produção avícola nordestina. A produção tem valor significativo no PIB estadual, além de ser fonte geradora de emprego e renda no meio rural. A produção destina-se grande parte ao próprio estado e regiões metropolitanas, principalmente com o comércio de frangos abatidos na hora. Destaca-se, ainda, pela venda de aves vivas para abates em casa. (EVANGELISTA et al, 2008).

A avicultura no Nordeste possui dois segmentos distintos: postura e avicultura de corte. Além disso, sua dinâmica abarca três modelos de exploração da atividade: independente, integrado e verticalizado. Os produtores independentes são responsáveis por todo o processo de produção, inclusive para escoar a produção.

No modelo verticalizado, as fases de produção estão ligadas a uma mesma empresa. Já o modelo integrado da produção avícola é o mais prevalente na Bahia e em Pernambuco, mas há presença deste sistema em outros estados do Nordeste, tais como o Ceará e o Piauí. O sistema de produção integrado possui características diferenciadas:

O modelo integrado apresenta algumas características diferenciais de acordo com a integradora. Tradicionalmente, a integradora dispõe de frigorífico e fábrica de rações, fornecendo insumos e assistência técnica aos produtores integrados, que produzem em suas próprias

áreas e entregam a produção à empresa integradora. (EVANGELISTA et al, 2008, p.13).

Em alguns casos, a empresa aluga o galpão aos pequenos avicultores que lhe pagam pelo uso dos mesmos. A configuração de integrado se dá quando estes alojam os pintinhos da empresa integradora. De acordo com Evangelista et al (2008), para o integrador, esse sistema reduz problemas trabalhistas e aumenta a responsabilidade dos produtores com o processo produtivo.

Os integrados têm criado associações de forma a se protegerem melhor das empresas integradoras. Há registro de insatisfação do sistema em diversas regiões do nordeste, contudo ainda é vista de modo positivo pelos avicultores integrados, pois estes reconhecem, dentre tantas vantagens, o fato de não haver preocupação com o escoamento da produção.

A atividade avícola no Nordeste tem sido promissora por uma série de questões, dentre elas, EVANGELISTA, et al (2008, p. 18) afirmam:

Inicialmente, cabe ressaltar que o Nordeste oferece condições ambientais que estimulam a atividade. O clima, com temperaturas que apresentam pequena variação, bastante luminosidade solar e ventilação adequada, constitui-se em um elemento redutor de custos, no que se refere às instalações de criação, se as compararmos com aquelas necessárias em regiões mais frias e de maior variação térmica.(EVANGELISTA et al, 2008, p. 18).

2.3 Avicultura na Bahia

Na Bahia, a avicultura teve seu maior impulso após 1990, passando a focar a sua produção no modelo de integração, tornando-se um dos principais produtores do Nordeste. A produção, que antes era destinada basicamente ao consumo do Estado, com

a vinda de empresas e a implantação de abatedouros e frigoríficos, foi impulsionada de modo explosivo, sendo predominante o sistema de produção integrado.

A Bahia tem vivido momentos de significativas mudanças, graças ao aumento constante da produção, que a põe entre os líderes produtores do nordeste. Neste sentido, destacam-se os municípios de Conceição da Feira, Vitória da Conquista, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos. É destaque também por possuir o maior plantel de galinhas para postura, o que alimenta o sistema de produção dos pintinhos.

Segundo Informações da ABA (2015), a Bahia aloja uma média de quase 10 milhões de aves por mês; abatidas resultam em torno de quase 250.000 toneladas. A produção total abastece 60% do mercado consumidor do estado, tendo que importar 40% para cobrir o mercado baiano. Em termos de percentuais de modelos em que se divide a produção, 85% destes frangos são do sistema de integração e somente 15% vêm da produção independente, reafirmando o que os autores têm identificado, sendo o modelo de integração o mais predominante no Recôncavo da Bahia.

Em 1999, a produção baiana de frangos alcançava apenas 49 mil toneladas. Em 2005, totalizava 177 mil toneladas, superando a produção cearense e colocando-se como o segundo produtor do Nordeste, inferior apenas a Pernambuco, que produzira, então, 199 mil toneladas. O consumo estadual é atendido em 65% pela produção local e 35% da proveniente dos demais estados brasileiros. (EVANGELISTA et al, 2008, p.10).

Carmo (1999), sobre a produção na Bahia, perfaz uma abordagem inicial discorrendo sobre a realidade da avicultura de corte no Brasil. Esta modalidade, principalmente, não pontuava bem nos rankings de produção de proteína animal, de maneira que era considerada como produção notadamente de subsistência. Considera-se este cenário nacional aplicado também à realidade baiana, que, por vários anos, não possuía relevância.

As questões que envolviam a permanência nesta posição estavam na falta efetiva de investimentos em tecnologias, nos poucos recursos investidos na produção, bem como da falta de visão empresarial dada para a atividade. (CARMO, 1999).

Esta realidade mudou após o início dos anos de 1960, quando foram investidos recursos em tecnologia de ponta para o aperfeiçoamento na genética das matrizes, no uso adequado dos espaços para a criação e engorda das aves e na melhoria da qualidade

da alimentação. Porém, o que veio a efetivar este avanço na produção de aves foi, principalmente, a parceria montada entre os empresários do segmento, materializados nas empresas avícolas, com capacidade de receber grandes quantidades de frangos.

Outro elemento fundante na esteira das mudanças ocorridas foi o surgimento da avicultura integrada. Esta modalidade de “parcerias” formalizadas por meio de contratos entre empresas do setor e os pequenos produtores rurais possibilitou saltos qualitativos e quantitativos, tornando a produção mais competitiva a ponto de despontar na produção que, além de abastecer o mercado interno, também possibilitou a exportação principalmente para os países do Oriente Médio, competindo com outros que já eram campeões, como os Estados Unidos da América.

Na década de 80, o parque industrial das empresas exportadoras encontrava-se concentrado no Sul e Sudeste do país, apresentava-se sedimentado, utilizava equipamentos e uma tecnologia avançada no abate, evisceração, corte, desossa das aves, que permitiam economia de escala e redução de custos, objetivando atingir novos mercados que consomem cortes de frango com maior valor agregado, com a garantia na regularidade do fornecimento e a especialização no atendimento às exigências dos consumidores, como forma de se contrapor ao protecionismo dos países exportadores. (CARMO, 1999, p. 03).

Concernente à atividade avícola na Bahia, esta tem seu maior impulso nos anos de 1980, mas o auge acontece em meados da década de 1990, com o aumento de mais de cinquenta por cento na produção de frangos, com destaque para a região do Paraguaçu e para o município de Conceição da Feira, que se tornou referência nesta esteira de produção.

Anteriormente, a produção era independente por não haver abatedouros que beneficiassem os plantéis, que eram tidos como de excelente qualidade, porque, em linhas gerais, atingiam os níveis de peso recomendado, com um consumo de ração dentro da expectativa e perfazendo toda a produção em torno de 45 dias. (CARMO, 1999).

Uma das razões da evolução tardia da avicultura baiana é decorrente da não existência de empresas avícolas que atuassem numa escala industrial. Somente no final da década de noventa que se instalaram as primeiras unidades, proporcionando o

desenvolvimento e a saída da produção avícola do quase anonimato e invisibilidade, pondo a avicultura baiana no cenário nacional.

A implantação desse complexo agroindustrial avícola promoverá mudanças no meio rural da região, contribuirá para a diminuição do êxodo rural, para a melhoria do emprego e da renda e alterará a forma de produção, cuja predominância tenderá para o sistema de integração vertical através de contratos de parcerias com os pequenos e médios produtores, os quais desempenham um papel de fundamental relevância a montante da cadeia produtiva de frango (CARMO, 1999, p. 05).

Dadas às situações favoráveis, o complexo agroindustrial avícola desta região da Bahia tem se tornando um polo de importante desenvolvimento, a ponto de ser equiparada a outras regiões produtoras do país, como as regiões Sul e Sudeste. Sua demasiada produção tem abastecido o mercado interno e alcançado outros países com a exportação de carne de qualidade. Com isso, modificando os aspectos econômicos e sociais, inclusive influenciando na melhoria da qualidade de vida dos integrados, transferindo renda de outras regiões.

Há que citar que a avicultura da Bahia, especificamente a do Recôncavo, tem se desenvolvido por encontrar em seus entornos mão-de-obra qualificada, espaços rurais apropriados para a criação, capacitação para o manejo adequado das aves, deslocando empresas que anteriormente concentravam suas atividades no Sul e Sudeste para esta região produtora.

O sistema de integração apresenta eficiência em relação à produção independente, porque as operações são desenvolvidas em termos de logística e de coordenação do processo produtivo como um todo, o que permite um ajustamento mais ágil da produção às crises de mercado. (CARMO, 1999, p. 07).

Conceição (2007) considera que as transformações ocorridas na avicultura baiana favoreceram continuamente a expansão do setor. Sendo assim, o capital comercial não dita mais as regras, o mercado local perde força, ganha, então, um ar de novidade na produção avícola e passa a produzir numa escala industrial, dando maior evidência à atividade. Dentre os fatores que favorecerem o sucesso da atividade avícola

na Bahia, em particular em municípios do Recôncavo, estão a aquisição de tecnologias na área da genética e a implantação da grande indústria.

A instalação das unidades de abatedouros frigoríficos tem representado, em grande medida, a forma que o capital industrial (as grandes empresas) encontrou para comandarem a produção avícola. Com o uso de técnica e instrumentos modernos, os abatedouros/frigoríficos constituem o “centro de comando” das grandes empresas avícolas e têm caracterizado o elevado grau de modernização ao qual foi submetida a avicultura de corte. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 129).

A produção avícola tem se mostrado mais eficiente, principalmente, pela automação no processo produtivo, o que, conseqüentemente, reduz os custos das empresas do complexo agroindustrial. Ressalte-se que o modelo de produção integrado de corte, tem sido um divisor para a avicultura baiana, que, de certo modo, tem posto o Estado em páreo juntamente com outros estados produtores, quer seja no Nordeste ou em outras regiões do país.

Há, também nessa nova fase da avicultura baiana, uma evidente concentração dessa atividade na área polarizada por Conceição da Feira, onde os municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana concentram grande parte das agroindústrias avícolas do estado. Entretanto, a divisão territorial do trabalho na avicultura de corte baiana tem revelado a adoção, por parte dessas empresas avícolas, de práticas espaciais que expressam os mecanismos de sua organização espacial. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 130).

A implantação dos frigoríficos ocorreu de modo organizado, considerando, sobretudo, a localização do território e as dinâmicas envolvidas, observando se este ou aquele município é propício para a atividade. Neste elenco de observações, priorizam-se a facilidade de acesso aos insumos básicos para impulsionar a produção, incluindo a soja e o milho, principais itens para a produção de ração; a solução de questões relacionadas à logística para o escoamento da produção, além do acesso aos mercados

próximos e distanciados, com vistas a avançar com a avicultura de corte em todo o estado da Bahia.

3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ONDE FOI REALIZADO O ESTUDO

Os municípios de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, aonde aplicamos a pesquisa, não fazem parte do Território de Identidade do Recôncavo, mas ao Portal do Sertão, conforme aponta a SEI (2014) e somente Cachoeira pertence ao Recôncavo. Nós nos valemos das informações prestadas pela ABA (2015), que aponta o Recôncavo da Bahia como o maior destaque no estado para a produção de frango de corte, embora indique outras regiões produtoras tais como a do Portal do Sertão, Oeste, Extremo Sul e Vitória da Conquista. Neste sentido, fazemos um breve histórico do Território de Identidade Recôncavo, conforme prescreve o Governo do Estado da Bahia no Decreto nº 12.354/04, criando os Territórios de Identidades como Unidades de Planejamento e Identidade.

Recôncavo traz em sua etimologia o retratar de qualquer extensão de terra rodeada por alguma Baía. O nosso Recôncavo da Bahia tem o nome propício pelo fato desta região estar rodeada em torno da Baía de Todos os Santos. Este foi colonizado efetivamente pelos portugueses; durante a ocupação do território que se tornaria o Brasil. O Recôncavo de certo modo é considerado a primeira região colonizada sistematicamente pelos portugueses, dentro do que se denomina de América Portuguesa. (LINS, 2010).

Quando fundaram a cidade de Salvador, especificamente em 1549, os colonizadores pretendiam construir outras cidades que auxiliassem principalmente no processo de ocupação das áreas ribeirinhas, principalmente no entorno dos rios com maior possibilidade de navegação, pois desta forma facilitaria o processo de desbravamento do imenso território.

Esta região da Bahia era habitada por grandes populações indígenas, principalmente pela etnia tupinambá. Com a intensiva ocupação colonial, foram trazidos outros grupos indígenas do sertão para habitar nesta localidade, bem como para desenvolver a recém-surgida lavoura de cana-de-açúcar, como os escravos.

Embora tenham sido explorados em demasia, é sabido que os povos indígenas grandes influenciadores na formação dos aspectos culturais e religiosos desta região imprimiram os seus costumes mais diversos, sendo presentes nos dias atuais e revividos pelas populações que atualmente habitam a região.

Constata-se ainda que, posteriormente, africanos provenientes de várias regiões da África foram trazidos para a região do Recôncavo com Tomé de Souza quando da construção de Salvador e também foram escravizados para trabalhar na produção da cana-de-açúcar. (LINS, 2010).

No Recôncavo, o encontro destes povos de distintas etnias, favoreceu a ampliação e a integração do todo cultural e religioso, trazidos por eles, uma vez que “no Recôncavo eles criaram novas alianças e estabeleceram novas trocas culturais que moldaram as formas de viver e sentir das populações locais” (LINS, 2010, p. 05).

Constata-se nesta região remanescentes de dois tipos básicos de vegetação primitiva: a ombrófila densa e a estacional decidual. Todos estes recursos naturais encontram-se sobre formações geológicas do tipo bacias sedimentares, menos de 20%, e terrenos graníticos, mais de 80%. Em termos de recursos hídricos, a região é banhada pela bacia do Paraguaçu.

No período colonial, o território do Recôncavo da Bahia foi incorporado ao circuito internacional de comércio devido a atividades extrativistas, denominadas também de economia de saque. Estas atividades se desenvolveram principalmente na Mata Atlântica e há registros de extração de Pau Brasil e de outros produtos vegetais, além de minerais e animais.

O extrativismo é parte da participação das regiões periféricas no movimento mundial de acumulação de capital, mediante formas predatórias de captação de recursos naturais que são estabelecidas por agentes econômicos financiados e ligados ao comércio internacional e sem compromissos com a economia futura. (PEDRÃO, 1998).

Ao extrativismo, segundo Tavares (2001), segue-se a partir do século XVI a produção de açúcar, atividade que combinava a agricultura com o processamento industrial da cana, constituindo o denominado complexo açucareiro. Por muitos anos quando se pensava em Recôncavo, era logo associada a imagem de uma região movida a partir da lavoura de cana e a contínua fabricação de açúcar, o que de tudo foi verdade por muito tempo, marcado principalmente por instalações de usinas como substitutas dos engenhos que ali haviam se instalados no início da colonização na região.

Ressalte-se que o aparato tecnológico trazido pelas usinas reorganizou a produção açucareira do Recôncavo, que contribuiu para dar um novo sentido e uma nova significação de capacidade de produção industrial, uma vez que em determinado período cumpria mais de 50% da produção de açúcar de todo Estado.

Nas primeiras fases da evolução desse sistema, a usina representou no Recôncavo, o agente renovador e pioneiro, até alcançar a posição de monopólio que finalmente obteve, quando o controle absoluto do mercado açucareiro regional, a sua limitação e o seu contingenciamento em quotas de produção, praticamente eliminariam a concorrência e estagnariam as usinas no ponto em que estavam ao tempo da regulamentação da produção do mercado. (COSTA PINTO, 1998, p.142).

Conforme aponta a autora citada acima, o Recôncavo aos poucos, e como ocorreu com a maioria das regiões, foi pulverizado por uma revolução de caráter social, econômico e tecnológico, surgindo assim outros ciclos importantes como o do petróleo nesta região. COSTA PINTO (1998, p.143) assegura:

O início do ciclo do Petróleo parece representar o momento final desse processo que já vinha de longe, jogando na mesma área um novo elemento de contraste, que nos permite comparar o quadro social da usina não apenas como um pano de fundo dos engenhos e banguês, mas como o pano de boca que o petróleo está erguendo para dar começo a um novo capítulo da saga do Recôncavo.

O novo ciclo representado pelo petróleo no Recôncavo advém de terras mais antigas no que se a sua ocupação, além de serem consideradas mais ricas em nutrientes, localizadas no Bahia de Todos os Santos, perfazendo assim um novo momento para, uma nova etapa que envolve os diversos setores do Recôncavo.

Costa Pinto (1998, p. 146) indica que “a atitude da população local em face do pessoal do petróleo, nos primeiros tempos da prospecção, era, confessadamente, de descrença quanto à duração ou permanência do empreendimento”. Foi somente com a construção da Refinaria de Mataripe que os habitantes da região começaram a dar crédito ao acontecimento do petróleo, que agora é visto como possibilidade estável

instalada na região. Este estranhamento inicial foi legítimo, pois foi necessário um período para a adaptação e reconfiguração nas relações da estrutura regional econômica e social já existente frente ao novo, ao moderno.

As demais atividades econômicas nesta fase colonial da história regional eram subsidiárias à produção açucareira, entre elas a criação extensiva de bovinos, que se estendia pela zona de transição para o semiárido, a mata fina ou agreste e entrava no semiárido.

O extrativismo vegetal integrava o elenco de atividades econômicas da região, através do cultivo de raízes e tubérculos, a exemplo da mandioca, de frutas e posteriormente, do fumo e do algodão (estes últimos também sendo comercializado no mercado internacional). O extrativismo na região, cuja acumulação era primitiva, utilizava mão-de-obra escrava e de pequenos produtores independentes.

Estas outras atividades secundárias não chegaram, contudo, a ter o peso da cana-de-açúcar, que, pela sua hegemonia, moldou no Nordeste brasileiro relações de produção e uma sociedade que viria a ser a marca do Brasil, influenciando a construção do conjunto de instituições, de mentalidades e de valores.

Ainda no Brasil Colonial, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII, parte do Baixo Paraguaçu, sobretudo o trecho navegável do Rio Paraguaçu e o povoado (vila) de Cachoeira, teve um papel especial nas rotas de comércio em direção ao *hinterland*, Sertão do São Francisco e Minas Gerais, e em direção à Europa, constituindo-se em um entreposto do que se produzia para exportar e do que se importava da metrópole.

Como a região era pródiga em termos de recursos naturais, inclusive pastagens, foram desenvolvidas neste local, várias atividades produtivo-primárias e também produtivo-secundárias, como a fabricação de açúcar e de charutos. A sociedade rural atual ainda guarda marcas deste período, segundo (JANCSÓ, 1996).

Toda a produção do Recôncavo, numa área que se estendia desde Salvador até a Baía de Camamu e seus respectivos municípios, abastecia os mercados internacionais. Salvador era neste período o principal centro político que organizava as questões de ordem econômicas e regional, principalmente para distribuir e escoar a produção desta região entre os séculos XVI e XVII, de acordo com Queiroz e Souza (2009).

Cunha (2004) aponta que tentativas de uma nova escravidão, de servilismo e de controle racial com baixos salários foram as condutas mais comuns tomadas pela classe de senhores de engenho e pelos empresários de outros setores, não lhes ocorrendo

buscar a viabilidade econômica na modernização produtiva, gerencial e em relações de produção estritamente capitalistas.

Contrariando as perspectivas hegemônicas de um Recôncavo único, contraído e limitado, Brandão (2007) aborda o Recôncavo múltiplo, diverso estendido, com uma proposta socioeconômica distinta baseada nos cenários que perfizeram sua história até os nossos dias, incluindo as transições e mudanças.

Desde o final dos anos quarenta do último século, chegaram ali pela primeira vez a energia produzida pela Companhia Hidroelétrica do S. Francisco – CHESF – e as ações inicialmente do Ministério da Agricultura, depois do Conselho Nacional do Petróleo e finalmente do Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Com seus campos de pesquisa e lavra, a Petrobras esvaziou matas, roças e fazendas e cortou o Recôncavo com estradas que ignoraram seus velhos caminhos. Criou uma riqueza inquestionável, elevou a renda pública de alguns municípios, mas não revitalizou a região no seu conjunto. (BRANDÃO, 2007 p, 03)

No momento ainda se percebe na sociedade rural traços da sociedade patriarcal escravista, sobretudo no distanciamento de uma mentalidade mais próxima à burguesa, em termos de assunção de riscos capitalistas e de menor dependência do Estado. Os trabalhadores rurais desta região são compostos por uma categoria ampla que engloba pouco assalariados, pequenos e médios agricultores, parceiros, arrendatários, meeiros e pescadores artesanais ainda exibem em termos de padrões culturais certas heranças desse passado.

Ressalte-se que esta é uma região bastante rica no que diz respeito aos recursos naturais, apresentando um ótimo potencial para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo ecológico, rural e principalmente o turismo náutico, incluindo a pesca desportiva. PEDRÃO (2013, p. 03) assegura:

Finalmente, já começado o século XXI, se reconhece que o Recôncavo é uma região onde se concentram relações econômicas e políticas conflitivas, que surgem das novas formas de concentração de poder econômico: a predominância indiscutida da influência da produção de petróleo e derivados e a renovação da produção canavieira.

Contudo, há uma visível preocupação com esta importante região da Bahia, no que tange às questões econômicas, sociais e culturais, por o Recôncavo ser um celeiro da cultura e das transformações históricas e econômicas, repaginando a vida e as práticas cotidianas desta terra.

3.1 Dados Sobre os Municípios do Recôncavo onde foi Aplicada a Pesquisa

CACHOEIRA.

Fica à margem esquerda do Rio Paraguaçu e possui uma área territorial de 395 km². A população do município é estimada em 32.026, conforme dados do senso demográfico do IBGE (2010), deste total compreendendo uma população rural de 15.639.

Conforme a SEI (2010), o solo é composto por terrenos⁶, chernossolos, verti solos, latos solos, alissolos, neossolos e gleissolos A vegetação é formada por floresta ombrófila densa e floresta estacional.

Quanto à geomorfologia, apresenta baixada litorânea, tabuleiros do Recôncavo, tabuleiros interioranos e tabuleiros pré-litorâneos. A geologia compreende Arenitos, Depósitos Fluviais, Folhelhos, gnaisses charnockíticos e siltitos.

Sua bacia hidrográfica compõe-se das bacias do Rio Paraguaçu e Bacias do Recôncavo Norte, cujos rios principais são: Rio Paraguaçu, Rio da Pitanga, Riacho Manguinho, Riacho Caquende e Rio do Acu, além de possuir a Barragem de Pedra do Cavallo.

Com relação à produção agropecuária, destaca-se a produção de cana-de-açúcar, seguida da produção de mandioca. É possível observar, que o quantitativo de rebanho de animais e a produção avícola sobressaem às demais, seguidas pela bovinocultura. Bastante conhecida por seu valor histórico, a cidade de Cachoeira tem como principal

⁶ As informações geomorfológicas descritas neste trabalho são relevantes por indicar que a atividade avícola depende diretamente destes aspectos.

característica seus antigos casarões e suas principais atividades, além do turismo, são a pecuária e agricultura.

SÃO GONÇALO DOS CAMPOS.

O município fica localizado mais ao norte do Recôncavo da Bahia e distante 112 Km da capital Salvador. Possui um território de 300.734 Km². A população é estimada em 33.283, conforme dados do senso demográfico do IBGE (2010). Deste total, identifica-se uma população rural de 16.778.

Conforme a SEI (2010), o solo é composto por terrenos, latos solos e ali solos. A Vegetação é composta por Floresta Estacional Decidual, Floresta Estacional Semidecidual e contato Caatinga_Floresta Estacional. Quanto à geomorfologia, é formada por Baixada Litorânea, Tabuleiros Interioranos e Tabuleiros Pré-Litoraneosesta. Já a geologia da região compreende Conglomerados/Brechas e Gnaisses. Sua Bacia Hidrográfica é pertencente ao Rio Paraguaçu, é composta pelos rios principais: Rio Paraguaçu, Rio Jacuípe, Rio do Ingaí.

Com relação à produção agropecuária, destaca-se a produção de mandioca seguida da produção de feijão e milho. É possível observar que quanto ao quantitativo de rebanho de animais, a produção avícola sobressai às demais, seguida pela bovinocultura.

CONCEIÇÃO DA FEIRA.

Está localizada na região Recôncavo da Bahia, mais precisamente no centro norte baiano, distante 119 km da capital Salvador e possui uma área territorial de 163 km². Segundo o censo IBGE (2010), Conceição de Feira tem população geral composta por 20.391 habitantes com população rural de 7.254. Ainda de acordo com o senso a densidade demográfica é de 125,18 (hab/km²).

De acordo com informações da SEI (2010), o solo é composto por terrenos, ali solos, latos solos e verti solos. A vegetação é composta por Floresta Estacional semidecidual e floresta estacional decidual. Quanto à geomorfologia, esta apresenta Tabuleiros Interioranos e Tabuleiros pré-litorâneos. A geologia apresenta Conglomerados/Brechas e Gnaisses charnockíticos. Sua bacia hidrográfica é composta pelas Bacias do Rio Paraguaçu e Bacias do Recôncavo Norte. Os principais rios são: Rio Paraguaçu, Rio Jacuípe, Rio da Murutuba, Riacho do Manguinho e Rio do Saco. Possui ainda como espelho d'água a Barragem da Pedra do Cavalo.

Com relação à produção agropecuária, destaca-se a produção de mandioca seguida da produção de laranja. É possível observar que quanto ao quantitativo de rebanho de animais, a produção avícola sobressai às demais, seguida pela bovinocultura.

4. SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa é composta por dois grupos específicos. O primeiro grupo são os avicultores integrados às empresas avícolas instaladas no Recôncavo da Bahia, que produzem somente para atender as demandas destas empresas as quais, fornecem todos os elementos durante todo o processo produtivo. O segundo grupo, são em menor número em toda a região, produzem por conta própria, fazem a gestão das unidades produtivas e diferentemente do modelo de integração e são responsáveis por todo o processo produtivo, que vai desde a aquisição dos pintinhos até a entrega para o mercado avulso.

Tabela 2. Avicultores Integrados

Nome	Idade	Cor declarada	Anos de estudos	Estado civil	Número de filhos
Antonio	44 anos	Negro	11 anos	Casado	02
Rosa Maria	37 anos	Morena	10 anos	Casada	03
Alberto	40 anos	Negro	00 anos	Casado	03
Maria José	39 anos	Branca	04 anos	Casada	06

Ana Maria	40 anos	Morena	04 anos	Casada	03
Sandra	42 anos	Parda	07 anos	Casada	02
Maria					
João	47 anos	Negro	11 anos	Casado	00
Edna	30 anos	morena	07 anos	Casada	04
Maria					
Pedro	33 anos	Pardo	05 anos	Casado	01
Nívea	29 anos	Negra	06 anos	Casada	02
Maria					

Fonte: Pesquisa de Campo 2012/2013

Conforme aponta a tabela, percorrendo para as entrevistas com o objetivo de entender as relações de produção e trabalho da avicultura integrada, tivemos muitas dificuldades em obter um número mais expressivo de entrevistados. Além da distância entre as propriedades, percorrê-las não foi uma tarefa fácil. Encontramos ainda muitos avicultores que por timidez ou orientação das empresas que estão ligados pela integração, que não prestassem informações, em vista que esta fase da pesquisa já era resultado de um trabalho mais abrangente que fizemos para o Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica da UFRB, logo ficamos conhecidos na Região.

Porém estes dez entrevistados estão identificados com nomes fictícios para que não os expuséssemos em situações vexatórias, os nossos informantes, estes aceitaram fornecer as informações no processo de construção dos dados por meio das entrevistas com esta condição.

A maioria é formada por mulheres com idade entre 29 e 42 anos e os homens com idades entre 30 e 47 anos. Estas avicultoras ajudam seus esposos no cuidado com todo o processo de criação até a entrega do lote à empresa integradora. Durante a conversa, verificamos que elas trabalham principalmente no turno diurno, pois há maior alternância no que se refere aos cuidados com as aves, que não dormem por causa da claridade nos aviários. Observamos ainda que elas desenvolvem outras tarefas paralelas, cuidam da casa, dos filhos, de pequenos animais domésticos e dos afazeres, mesmo havendo um registro maior que o dos homens, não houve registro de que estas fossem as gestoras diretas da propriedade ou aviário.

A maioria dos entrevistados declara ser composta por negros, pardos ou similares, há somente um registro de uma mulher branca. Atualmente, o Brasil possui

51% da sua população negra, a Bahia possui 76,3% da população autodeclarados pretos e pardos, de acordo com dados do IBGE (2010). Neste sentido, o Recôncavo da Bahia, também possui uma grande maioria da sua população negra, por exemplo o município de Cachoeira tem 88% da população declarada negra ou parda.

Quando se refere ao número de anos estudados, verificamos que a grande maioria não concluiu o Ensino Fundamental, apenas dois entrevistados concluíram o Ensino Médio. Mesmo havendo investimentos, incentivos e cursos específicos para o público fora da idade escolar, ainda há dificuldade em acesso à educação formal, muitas vezes pelas distâncias, mas neste caso ficou explícito que o excesso de atividades não motiva o retorno às salas de aula para continuarem a formação e justificaram que quando jovens ajudavam seus pais na roça e o tempo não era favorável para dividir entre estudos e trabalho.

Todos os entrevistados são casados. Na somatória do número de filhos, ficou evidente que ao dividir pelo número de pessoas, perfaz uma média de 2,6 filhos, não fugindo da média da taxa de natalidade do Nordeste Brasileiro, de acordo com o IBGE (2014), embora também aponte o aumento de famílias que optam por não ter filhos, o que não se aplica neste caso com os avicultores integrados no Recôncavo da Bahia.

Tabela 3. Avicultores Independentes

Nome	Idade	Cor declarada	Anos de estudos	Estado Civil	Número de Filhos
Flávio	36 anos	Preto	11 anos	Casado	01
Gilberto	44 anos	Negro	08 anos	Casado	02
Luciel	32 anos	Branco	10 anos	Casado	02
Eunice	36 anos	Negra	07 anos	Casada	03
Amadeu	43 anos	Moreno	04 anos	Casado	01
Jorge	38 anos	Moreno	11 anos	divorciado	01
Manoel	56 anos	Vermelho	02 anos	Casado	03

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Quanto a este grupo de entrevistados os avicultores independentes, a maior dificuldade em acessar as propriedades se deu pelas distâncias a serem percorridas. Estes são em número menor, não sendo possível uma constatação real quantitativa dos que se mantêm neste modelo de produção a revelia diante do desafio imposto pela agroindústria que instalou e sustenta o modelo vertical integrado.

Afirmam ser difícil persistir perante a luta desigual travada pela estrutura das agroindústrias instaladas nas últimas décadas no Recôncavo da Bahia. A maioria dos avicultores que produz de forma independente deixou a atividade, migrou para outras atividades; outros locaram suas propriedades e galpões para pequenos produtores rurais para servir à modalidade integrada, que tem sido fortalecida na região e, ao mesmo, tempo enfraquecendo e colocando os pequenos produtores independentes na invisibilidade de mercados maiores.

Diferentemente dos integrados, a maioria absoluta dos entrevistados são homens com idades entre 32 e 56 anos. Apenas um divorciado, os demais são casados. Sobre o número de filhos, em média um 1,7 filhos por entrevistados, compondo famílias pequenas que, na maioria, trabalham juntos na atividade avícola.

Encontramos no percurso apenas uma mulher avicultora. Esta é a gestora da propriedade, do aviário e, segundo ela, o marido desenvolve outra atividade fora da propriedade. Ela cuida juntamente com os filhos da produção de aves de corte.

Concernente a autodeclaração, prevalece o negro e suas vertentes, coincidindo com os resultados e dados do Senso IBGE (2010), demonstrando uma reversão no que tange aos autodeclarados, um aumento de quase 2,5% na última década. Nestes termos, a Bahia e o Recôncavo se enquadram e reforçam a sustentação dos dados. Em que pese ser Cachoeira uma das cidades mais conhecidas do Recôncavo e possuir 88% da sua população negra e parda.

Com relação aos níveis educacionais, uma pequena minoria concluiu o Ensino Médio, os demais estão entre 2 e 10 anos de estudos. A alegação gira em torno da falta de tempo para retomar os estudos atualmente, pois a atividade avícola requer tempo e dedicação, ainda mais no modelo independente, que, dentre tantos entraves e desafios, são eles mesmos que buscam o mercado para escoar a produção.

Questionados sobre a posse da terra e dos aviários, verificaram-se três situações distintas: a primeira, um único entrevistado que tem posse da terra e do aviário, embora tenha herdado do pai, ele beneficiou a propriedade e construiu o aviário; a segunda, uma maioria afirmou que as terras pertencem aos pais ou a família, são terras partilhadas

entre os irmãos, os aviários não são partilhados e cada um construiu o seu, eles apenas usam a terra, que em todos os casos, é dada por herança; e a terceira situação é justamente da única mulher entrevistada, a terra e o aviário pertencem ao sogro, do mesmo modo que a casa em que ela vive com o esposo e os filhos.

No caso dos avicultores integrados à agroindústria, a maioria dos entrevistados não é de proprietários da terra e nem dos aviários, o que denota certa instabilidade no sistema integrado. São na maioria das vezes arrendatários, meeiros ou parceiros das terras das empresas avícolas ou de estabelecimento pertencente a proprietários que repassam ou alugam as propriedades.

Expõe Lima (2010), no Recôncavo da Bahia ainda é prevacente as modalidades de trabalhadores rurais que se denominam meeiros, parceiros ou arrendatários, poucos são proprietários das terras onde desenvolvem suas atividades laborais, deste modo, não há um cenário diferente na avicultura integrada.

Somente dois entrevistados possuem a terra e os aviários, os demais trabalham em terras alugadas ou são meeiros. A empresa Avigro é a única empresa que foi constatada praticar o aluguel de terras, casas e aviários para os pequenos avicultores. Tanto os avicultores independentes quanto os integrados nasceram na região aonde desenvolvem as atividades, muitos nasceram e vivem na unidade produtiva. Alguns, no entanto, chegaram depois, se casaram, mas não vivem há menos de dez anos na região.

Os avicultores independentes moram na sua maioria na Zona Rural, somente um dos entrevistados que vive na cidade e vai todos os dias para a propriedade rural onde tem uma casa cuidar do plantel. Relatou ainda que divide o tempo entre os dois espaços, mas que no período em que as aves estão prontas para o abate ele fica mais na Zona Rural, porque precisa esperar o comprador da produção e não deseja delegar a atividade de negociação à outra pessoa da família.

Com relação às residências, os avicultores integrados vivem a maioria absoluta na Zona Rural, apenas dois casos que possuem casa nos povoados ou cidades próximas do local de trabalho. Além de viverem numa região rural, o modelo de integração, requer muito mais dedicação e cuidado com o plantel, visto que cada lote deve ser devolvido à empresa integradora com um período médio de 40 dias. Alguns avicultores moram em casas vizinhas dos aviários para assim acompanhar melhor todo o processo de criação das aves.

De acordo com Graziano da Silva (1997), as últimas décadas e em comparação com a primeira metade do Século XX, ocorreram mudanças reais e visíveis no Mundo

Rural. Se antes o rural apresentava um mercado e trabalho próprios, com suas características de organização interna definidas, agora passa a integrar toda a economia, que tem sido abrangente, numa troca constante com aqueles que lhes fornecem insumos e ao mesmo tempo fornecendo seus produtos.

Entende-se que tais mudanças têm ocorrido em dois sentidos e resultaram na formação dos Complexos Agroindustriais, que significou principalmente uma maior acentuação da industrialização da agricultura e acessibilidade a tecnologias que deram suporte a tudo isso. A avicultura, seja de integração ou independente, tem se apoiado na divulgação e efetivação de tecnologias que foram sendo trazidas para o rural. Nestes termos os avicultores vivem nesta transição contínua do rural e urbano para darem conta destas mudanças.

Porém Wanderley (2011) reconhece estas mudanças ocorridas no Brasil e faz uma crítica à questão produtivista e a modernização da agricultura, sobretudo pelos discursos de que afirmação sobre ser esta a única forma de promover o progresso da agricultura e o mundo rural. Mas, aos poucos, foram sendo revelados problemas incontornáveis, principalmente relacionados à predação e a destruição do meio ambiente, aumento da exploração do trabalho e a marginalização efetiva dos pequenos produtores rurais.

Assim, não podemos sustentar que seja o rural ou urbano como espaços distintos, onde caberia esta ou aquela forma ou tipo de produção. Além do mais, não se pode fixar de modo sistemático que as atividades agrícolas ou agrárias sejam somente desenvolvidas por que vive ali no rural, por exemplo, tentando fazer a manutenção do estigma do rural como o local do atraso e o urbano como modelo de desenvolvimento e de riquezas. Na avicultura não se aplica conceitos tão fixos.

É necessário levar em consideração o rural como o espaço de vivência de um povo, num espaço de vida, de trabalho e ainda de lazer, além de ser um espaço da pluriatividade. O maior equívoco neste sentido é tentar reduzir e engessar o rural a um entendimento sedimentado, sem possibilidade de outros olhares mais amplos e menos deterministas.

Endlich (2010) nos informa que, se tratando dos avanços e reestruturação do capitalismo, considerando as mudanças técnicas, registra-se o fato de haver mudanças nos espaços de desenvolvimento econômico, produtivo e de investimentos de recursos públicos. Neste sentido, o rural e/ou ainda as pequenas cidades e povoados maiores dos grandes municípios, mas com características rurais, passam a ser alvo direto de tais

investimentos e mudanças, que têm gerado emprego, renda e quebrado o paradigma imposto como atrasados aqueles locais mais distantes dos grandes e médios centros urbanos.

Atualmente, pensar e qualificar o rural e o urbano não é tão simples. É preciso considerar inclusive as diversas atividades que antes eram apenas dotadas de características urbanas e hoje têm se diluído. Do mesmo modo, no rural têm ocorrido situações marcantes, principalmente no que tange à incorporação de serviços, produtos, demandas e atividades gerais e produtivas, que carecem de maior rigor acadêmico, estudos específicos e científicos que, ao final, sirvam para definir estes espaços com mais coerência no trato com as mudanças ocorridas em ambos. Percebemos que os avicultores integrados ou independentes não fogem às regras do que se discute sobre as mudanças no Rural e nestes termos o lugar de identificação de apropriação da atividade, das relações que se estabelecem entre si e outros.

4.1 Avicultores e a relação com a atividade avícola e o trabalho

No que tange a escolha pelo trabalho com a avicultura nos dias atuais, sobre a trajetória de vida pessoal e de trabalho, a maioria afirmou que sempre trabalhou com atividades ligadas a agricultura, na roça da família, aprendendo com os pais na juventude e seguindo posteriormente com a criação de animais domésticos, plantio de cereais, como milho, feijão, amendoim além do plantio de mandioca. Esta produção segundo a maioria deles não tinha fins comerciais, na maioria das vezes era para a manutenção da casa e o que excedia era vendido ou guardado para que não faltasse.

Alguns dos entrevistados já tiveram desde cedo experiência com a criação de aves, inclusive como funcionário de empresas avícolas da região que foram se estabelecendo a partir dos anos 1990, com a implantação das grandes empresas integradoras.

Quanto ao tempo de trabalho nas atividades agrícolas, constatou-se que estiveram em ação, sempre acima de 10 anos consecutivos na atividade, para aqueles que responderam positivamente à questão. Outros ainda afirmaram trabalhar com a avicultura há mais 30 anos, que desde os 06 anos já ajudavam o pai nas atividades rurais, na manutenção da família e que na maioria absoluta tem origem pobre.

Conforme afirma o entrevistado abaixo:

Eu sempre trabalhei no campo mesmo, tomei conta de fazenda, por um período eu trabalhei na Globo Aves no incubatório. Logo em seguida, voltei e comecei com a criação de frangos por conta própria, há 10 anos estou na atividade. (Luciel⁷, 32 anos).

Trabalhei com frango, depois com a construção civil, depois voltei, trabalhei numa fábrica de ração para frangos, saí e voltei a criar frangos novamente. Na primeira vez que trabalhei com frango era empregado da empresa. (Jorge⁸, 38 anos).

Outros entrevistados além de trabalharem com a avicultura exerceram outras atividades não agrícolas ou agrárias, tais como comércio, construção civil e serviços diversos, totalizando uma gama de experiências em atividades trabalhistas. O rural nem sempre foi o local do trabalho, a cidade também tornou-se em certo momento lócus de aprendizado e de desenvolvimento de tarefas e experiências. Por motivos diversos e por, inclusive, o retorno para a região, motivaram a retomada do trabalho e atualmente estão envolvidos com a criação de aves.

Assim, consertei bicicleta em oficina; plantei capim em fazenda dos outros; já ensinei num Colégio Estadual em Cachoeira; numa distribuidora de gás; já trabalhei de segurança; já trabalhei de jogo do bicho. Na roça sempre trabalhei para gente mesmo, destocando pasto, fazendo cerca, cortar capim, amansar burro, meu pai negociava com animais, já vendi bode, trabalhava com candomblé vendia para o pessoal, trazia de Santa Bárbara, Santaluz, aí eu trazia e negociava aqui. (Flávio,⁹ 36 anos).

Quanto aos avicultores integrados, não muito diferente dos independentes, asseguraram que desenvolviam, sobretudo, atividades ligadas à agricultura familiar de subsistência. As principais atividades eram a plantação de milho, feijão, amendoim,

⁷ Luciel, 32 anos, branco, casado e pai de dois filhos.

⁸ Jorge, 38 anos, se declarou moreno, divorciado e tem um filho.

⁹ Flávio, 36 anos, se declarou preto, casado e tem um filho.

fumo, mas a plantação de mandioca aparece como sendo a atividade mais presente na vida dos avicultores.

Acerca do tempo de trabalho nas atividades agrícolas, constatou-se que estiveram fazendo trabalhos e ocupações neste segmento. Muitos reconhecem que trabalham há mais de 10 anos consecutivos na atividade, para aqueles que responderam positivamente à questão. Outros ainda afirmaram trabalhar “na roça” desde os 05 anos de idade.

Conforme descreve o entrevistado abaixo:

Foi na agricultura que eu trabalhei, mais ou menos, uns 25 anos. Plantava mandioca, fazia farinha, plantava roça de milho, amendoim, feijão e o forte mesmo era mandioca. Plantava fumo, mas sobrevivia mesmo da mandioca. (João¹⁰, 47 anos).

Algumas pessoas se deslocaram de outras regiões da Bahia, foram atraídas para a avicultura. Muitos vieram por indicação de familiares ou amigos que estão morando na região aonde se aplicou a pesquisa, mas a maior motivação se deu principalmente pelo enfraquecimento de atividades outrora desenvolvidas na região de origem.

Rapaz eu trabalhava lá com agricultura, em Juazeiro, com todo tipo de agricultura. Aí, eu vim pra cá e agora estou trabalhando com esta especialidade avicultura. (Pedro¹¹, 33 anos).

Outras ainda relataram que trabalhavam em diferentes atividades, não apenas aquelas que estão diretamente ligadas a atividades rurais. Um dos entrevistos é um pedreiro de profissão, deixou a atividade para se dedicar à avicultura integrada, mas atualmente questiona o modelo de integração.

Rapaz é tomar conta de criança, saí muito para longe e, agora, que eu peguei a granja aí para trabalhar. (Nívea Maria¹², 29 anos).

¹⁰ João 47 anos, casado e não tem filhos. Perguntado sobre a cor, ele diz ser negro.

¹¹ Pedro tem 33 anos, é casado com três filhos. Considera-se pardo.

¹² Nívea Maria 29 anos, casada, com dois filhos. Considera-se negra.

Ainda outra entrevistada afirmou:

Já trabalhei na roça, já trabalhei com gente deficiente, já levei quase dois anos e depois vim trabalhar na granja mesmo. (Rosa Maria¹³, 37 anos).

Os entrevistados afirmaram ser o trabalho essencial para a vida em todos os momentos. Entendem o trabalho como necessário para prover as necessidades familiares, manutenção da vida e que deve ser encarado como algo prazeroso, principalmente se for algo que motiva e provoca prazer em fazer e tem conhecimento. Neste sentido, muitos indicaram ainda que é uma das formas de crescer, ganhar experiência e de se manterem no local aonde vivem. O rural para eles é um espaço importante para desenvolver a vida no trabalho, passando isto para outras pessoas, dando continuidade e acumulando saberes.

Um caso interessante acontece com a avicultura, até mesmo a forragem aonde pisam os frangos durante o processo de engorda pode ser vendida, gerando altos valores com a venda, pois existem empresas e pessoas que compram para usar como adubo. Um dos entrevistados afirmou que o trabalho é muito importante, porque é capaz de eliminar a mendicância, afirmando que é inadmissível o sujeito dizer que não encontra meios e locais para trabalhar, já que com, a avicultura, até as fezes geram recurso e podem prover as necessidades de muitas famílias.

Conforme fala dos entrevistados abaixo:

O trabalho é muito importante na nossa vida, sem o trabalho não é nada não é. Não se pode viver sem o trabalho, é essencial para viver. (Amadeu¹⁴, 43 anos).

Coisa boa, tudo em nossa vida, a gente tem que trabalhar para valorizar o que tem. (Jorge¹⁵, 38 anos).

¹³ Rosa Maria, 37 anos, morena, casada e tem três filhos.

¹⁴ Amadeu tem 43 anos, se considera moreno, é casado e possui um filho.

Assim, o que meu pai me ensinou foi que você só tem tudo através do trabalho. Você quer? Vá trabalhar que você consegue (...) (Flávio¹⁶, 36 anos).

Não é diferente a compreensão dos avicultores integrados acerca da representação do trabalho nas suas vidas, indicando que para estes o trabalho sempre foi marcador e entendem como essencial para manter a vida e condicional para adquirir bens e sustentar a família.

Quando perguntados sobre a representação do trabalho nas suas vidas, são unânimes em reconhecer sendo essencial na vida humana, pois além de promover uma vida melhor, os põe em condição de cidadãos dignos de suas vidas.

Para mim é tudo, não é, cara? Porque sem trabalho acho que ninguém vive, não é? Não importa qual é o tipo de trabalho. Todo tipo de trabalho é digno. O que importa é estar sustentando a família e garantindo o pão de cada dia. (Pedro¹⁷, 33 anos).

Não vou dizer tudo, mas oitenta por cento de importância é o trabalho. Porque tudo que eu faço é do trabalho, se eu compro alimento é do trabalho, se eu compro roupa para meus filhos é do trabalho, tudo é do trabalho. (Edna Maria¹⁸, 30 anos).

Rapaz é tudo. Porque se eu sou o que sou, agradeço ao trabalho. Através do trabalho que a gente consegue as coisas boas da vida, então para mim o trabalho é tudo. (Antonio¹⁹, 44 anos).

¹⁵ Jorge atualmente tem 38 anos, se considera moreno, divorciado com um filho.

¹⁶ Flávio, 36 anos, se afirma como preto, é casado e pai de um filho.

¹⁷ Pedro tem 33 anos, é casado, com um filho. Considera-se pardo.

¹⁸ Edna Maria tem 30 anos. Sobre seu estado civil, ela disse ser casada e tem quatro filhos. Declarou-se morena, quando perguntada sobre a sua cor.

¹⁹ Antonio, 44 anos, casado e tem dois filhos. Quanto à sua cor, ele diz ser negro.

O trabalho em Marx (2011) é categoria central, notado como ação histórica em todos os tempos. Apontado inclusive como primeiro ato histórico do homem e elemento capacitante na criação e emancipação do homem. E ainda que o trabalho é necessariamente uma exclusividade humana elaborada de maneira racional.

O autor acima citado aponta ainda para a interdependência entre trabalho e sociedade, de modo que as existências de ambos se complementam, embora reconheça que o lucro do trabalho é sempre desigual, proporcionando ao patrão a glória e a riqueza e ao trabalhador a degradação e as mazelas, resultados da exploração.

No trabalho, o homem exerce as funções orgânicas e corporais, utilizando seus membros com a finalidade de modificação, de forma que haja sincronia, de modo que a natureza humana também seja modificada ante a sua própria ação, perfazendo a harmonia entre homem e natureza. Além disso, o homem também imprime sua vontade, conteúdo e sua capacidade intelectual neste processo.

MARX, (2011, p.211) afirma sobre o trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defrontando-se com a natureza como uma de suas forças.

Pensar sobre a vida sem trabalho ou impossibilidade de trabalhar é vista como algo ruim pelos avicultores independentes. Por unanimidade, afirmam ser perverso e vergonhoso se o trabalhador rural ou na cidade não tem a possibilidade de desenvolver atividades que, além de torna-lo importante, podem suprir às suas necessidades. O trabalho é muito importante e, sem o trabalho, não seria possível viver.

Para a única mulher que nos concedeu entrevista, a ausência de trabalho não permitiria a independência financeira e não ajudaria ao esposo no sustento da casa.

Eu acho que passaria dificuldade. Tudo é conseguido pelo trabalho. Trabalho para ter a coisas. Graças a Deus, eu tenho meu marido, mas a

gente não pode depender só de homem, a gente quer ser independente também. (Eunice²⁰, 36 anos).

Sobre a ausência de trabalho, os entrevistados são enfáticos nas respostas, reafirmando a importância do mesmo nas suas vidas e dos seus familiares e associam a falta deste com possíveis dificuldades na vida. Conforme apontam depoimentos abaixo:

Ai, era ruim para mim, acho que eu até adoecia, porque já sou acostumada a trabalhar. Se eu ficar sem trabalho, acho que eu adoço. (Maria José²¹, 39 anos).

Ah! A ausência de trabalho é um pesadelo, porque aí o camarada ia mendigar ou fazer coisas erradas. Então, a ausência do trabalho é um pesadelo. (Antonio²², 44 anos).

Para compreendermos bem todo o processo de trabalho na avicultura, pedimos que descrevessem as atividades desenvolvidas diariamente enquanto cuidam da permanência do lote no aviário. A ideia central é entender a produção, todas as ações e tarefas desde a chegada dos pintainhos até o momento de abater ou entregar vivos para frigoríficos, mercados e feiras livres da região.

Diferente dos avicultores integrados à agroindústria, o mercado de escoação da produção dos avicultores independentes varia muito. São realizadas negociações diretas ou indiretas, dependendo da época e do tamanho do frango produzido, o que determina maior ou menor intensidade no desenvolvimento das atividades diárias no processo produtivo.

Sobre a rotina da atividade vejam o que dizem os avicultores:

Primeiro, a gente vai e roda os comedouros. Depois, é sacudir a comida para estimular eles; vira a cama; se não tiver comida, põe mais comida; fazer o manejo da cortina; ver a temperatura; se tiver frio,

²⁰ Eunice, 36 anos, se considera negra é casada e mãe de três filhos

²¹ Maria José tem 39 anos, casada e tem seis filhos. Sobre sua cor, ela afirma ser branca.

²² Antonio, 44 anos, casado e tem dois filhos. Quanto à sua cor, ele diz ser negro.

baixar, se tiver calor, suspender. Eles não podem nem passar frio nem muito calor. Tem que virar a cama, porque não pode empastar muito, se não dá calo no pé, diarreia, dá problema respiratório, come, mas não atinge o peso. Eu faço isso todos os dias. (Eunice²³, 36 anos).

Eu, primeiramente, rodo os comedouros; lavo os bebedouros; regulo os bebedouros e comedouros; revirar a cama umas duas vezes na semana, enquanto tiver no período com os animais no ciclo, 50 dias para os frangos brancos e 100 dias para os caipiras. (Gilberto²⁴, 44 anos).

Rapaz, durante o dia é tanta coisa não é? Amanheceu o dia, já sabe?! Trabalho na abertura, lavo bebedouro, manejo, sacode comedouro, mais tarde põe a ração, água enquanto é dia. Durante a noite é mais aliviado, é só o manejo das cortinas. (Amadeu²⁵, 43 anos).

A partir das falas verificamos que há uma repetição das atividades. Também podemos perceber que são as mesmas as demandas de tempo e dedicação. Percebemos, ainda, que cada avicultor investe um tempo relativo para atender às necessidades e cuidados que exige o seu lote de aves, mesmo não tendo um prazo determinado para entrega do lote, como no caso dos avicultores integrados. Estes levam a sério a produção, ainda que não seja a única atividade que auferir lucro.

De acordo com Carmo, (1999, p.10) “a avicultura de corte nos últimos anos vem obtendo excelentes resultados em relação ao manejo dos seus plantéis, principalmente no tocante à permanência das aves no galpão, em torno de 45 dias e com um índice de conversão média de 2,3 kg de ração por kg de carne”.

Esta constatação serve tanto para a avicultura no modelo de produção independente, que possui um mercado específico, com regras e normas criadas e chanceladas pela categoria e, ao mesmo tempo, para a avicultura de integração. O que faz o diferencial é o tempo ideal em que se espera a ave pronta para a comercialização, que varia para menos tempo, principalmente pelas exigências da agroindústria em relação aos seus integrados. Contudo não há preocupação em evidenciar a atividade dos

²³ Eunice, 36 anos, é uma mulher casada mãe de três filhos e se declarou negra.

²⁴ Gilberto tem 44 anos, se considera negro, é casado e tem dois filhos.

²⁵ Amadeu, 43 anos, se considera moreno, é casado e tem um filho.

trabalhadores, que são visivelmente encarregados de excessivas cargas de atividades na lida com o lote de aves.

Os avicultores independentes trabalham somente com o cuidado das aves, em média cinco horas por dia, mesmo havendo oscilações de tempo e cuidado específico em cada fase da criação, principalmente quando os pintinhos têm menos de 10 dias de nascidos ou quando estão próximos de serem abatidos. Não ultrapassam seis horas consecutivas ou interrompidas de trabalho.

Com relação ao que conseguem ganhar, seja ao final do lote, por semana ou ainda por mês, eles afirmaram que conseguem ter uma noção ao final de cada lote. Vai depender da quantidade de aves alojadas e do preço praticado pelo mercado no momento de retirada, porque o preço do frango oscila muito, havendo subida e descida de preço contínuo, depende da demanda e, no estado, não há tabela de preços como no caso de outros animais alojados ao final do processo de criação.

Quando consultados, os avicultores integrados revelaram que possuem uma excessiva carga horária de trabalho dentro dos aviários. Os cuidados e os processos necessários para atender aos padrões de peso e qualidade dos frangos exigidos pela agroindústria exigem muitas horas de serviço. Segundo declarações abaixo:

Rapaz, não tem como eu definir o tanto de hora não, porque a gente trabalha, passa um tempo parado, aí vai lá. Rapaz, juntando com noite e tudo dá umas 18 horas para lá por dia. Passar a noite no galpão vigiando bujão, a noite todinha, os 'bujão' são para aquecer os pintos. (Pedro²⁶, 33 anos).

É difícil saber também, porque a gente trabalha o dia e noite. À noite, mais ou menos, umas seis horas. Durante o dia, o dia inteiro, umas dezoito horas por dia. (Ana Maria²⁷, 40 anos).

Para calcular a hora aí fica difícil, porque a gente começa de manhã cedo. Quando estão novinhos assim, a gente vai direto de dia à noite. Tem uma horinha que a gente tem que descansar e meio dia dá uma paradinha para almoçar e continua direto, umas quinze vinte horas. (Sandra Maria²⁸, 42 anos).

²⁶ Pedro tem 33 anos, é casado com um filho. Considera-se pardo.

²⁷ Ana Maria, 40 anos, casada, tem três filhos e se declara morena.

²⁸ Sandra Maria 42, anos, casada, declarou-se parda e tem dois filhos.

Um dos grandes diferenciais entre as categorias integradas e independentes se dá em torno do tempo de trabalho e o valor obtido ao final da produção. Enquanto os independentes trabalham uma média de cinco horas por dia com a atividade, os integrados trabalham 12 horas a mais e ao fim da entrega do lote, obtém um retorno não muito positivo, ficando evidente que a atividade para os integrados não é favorável neste quesito.

Nestes termos, podemos dizer que de algum modo há a compra da mão-de-obra do trabalhador por parte do capitalista. As empresas avícolas lhe dão a certeza de que este produzirá mais mercadoria, sendo assim vende a sua força de trabalho, pois esta é uma mercadoria vista como especial pelo capitalista, que investe na aquisição com vistas ao lucro e a abundante produção.

Para Marx (2010) ocorre nesta relação a subsunção formal do trabalho no capital, que, na sua concepção, se dá na ação de autovalorização do capital durante o processo de trabalho, que acaba produzindo a mais valia absoluta na relação de produção da mercadoria. Neste processo, o capitalista participa de maneira direta, caracterizada principalmente pelo excessivo artifício de exploração do trabalho alheio, que ao final é subsumido pelo capital.

Na avicultura de corte, principalmente a de integração, fica nítido o estabelecimento desta relação na produção da mercadoria. As aves são produzidas com a finalidade de atender a um mercado amplo e direcionado, obedecendo as determinações das empresas integradoras, que possuem o capital e estabelece junto aos trabalhadores o modo como se dará todo o processo de trabalho para que a mercadoria esteja pronta dentro do tempo estabelecido.

É evidente que ao final da relação, em que forem observados os comportamentos e como se dá o processo de produção no capitalismo, quem sempre perde neste contrato de compra de força de trabalho é o trabalhador, que produz além do que é pago para fazer, possibilitando uma lucratividade em demasia por parte do capitalista. Não são observadas ou valorizadas as mais de 18 horas em média intensivamente dedicadas à atividade avícola.

O capitalista ganha principalmente o que é gerado pelo trabalhador e isto não é revertido para ele, aumentando a mais valia e exploração do capitalista sobre a força de trabalho. Tal discrepância entre as horas trabalhadas e o rendimento em dinheiro sugere que a atividade é pouco rentável. Vale destacar que este indicativo de receita diz

respeito ao período de engorda do lote de aves, que compreende a um período médio de 45 a 50 dias.

4.2 Relação Avicultores com a atividade avícola

Quando perguntados sobre as pessoas que trabalham com os respectivos avicultores independentes nas suas unidades produtivas, ficou claro que a grande maioria utiliza predominantemente a mão-de-obra familiar. Geralmente são seus filhos e filhas, além dos cônjuges, alguns casos de irmãos ou parentes próximos também dividem a terra e as atividades. Na avicultura independente não foi registrado situação de contrato formal de trabalho. O único registro de participação fora do núcleo familiar foi de um diarista contratado em dias que demandam mais trabalho e cumprimento de tarefas.

Não ficaram constatadas diferenças sobre esta questão com os avicultores integrados. Quando perguntados sobre quantas e quais pessoas estão envolvidas diretamente na atividade, ficou claro que a avicultura integrada no Recôncavo da Bahia utiliza predominantemente mão-de-obra familiar.

A avicultura no Recôncavo possui as características que afirmamos pertencer a categoria da agricultura familiar, que, conforme diz Schneider (2009), este grupo, assim como as várias formas de produção de modalidade familiar, passou a ter maior atenção na agenda das pesquisas e, por conseguinte, publicações que incluem na sua forma de estudo e pensamento estudos rurais, inserindo as mudanças e aprimoramentos, sejam técnicos ou produtivos recentes. Estas publicações e maior visibilidade à temática se dão principalmente no início da década de 1990 e segue até os dias atuais. Nestas mudanças ocorrem inclusão e novidade, a agricultura familiar certamente teve maior interesse não por ser um tema novo, mas sempre existiu enquanto forma produtiva, sociais e de organização com outras nomenclaturas.

Nos últimos anos temos assistido investimentos com vistas a melhorar e enriquecer a atividade familiar. O processo de modernização da agricultura brasileira, por exemplo, contrariando as expectativas abarcou também as pequenas áreas de

produção, principalmente aquelas que desenvolvem trabalho familiar na agricultura. A avicultura, por sua vez, tem sido inserida neste contexto fortemente.

Observa Conceição (2007), tem sido ressaltado que a modernização tecnológica que aos poucos chega e atinge fortemente o meio rural brasileiro provocou, sem dúvida, a exclusão e a expulsão expressiva e considerável de pequenos produtores que não conseguiram se adequar ou acompanhar este processo ou ainda esta modernização, não passou de rumores em determinadas regiões do país, o que poderia ser abrangente, é restrito e limitado.

Sobre a avicultura na região aonde aplicamos a pesquisa, ficou evidente que muitos deixaram a atividade e o campo. Mas não é generalizada esta expulsão. Há o contraditório, os que conseguiram se adequar, ainda que em longo prazo houvesse conflitos, principalmente no modelo de integração. "Entretanto, uma outra parcela destes produtores foi, de certa forma, "incorporada" à dinâmica do modo de produção capitalista no campo, seguindo uma nova lógica, pautada no processo de reprodução capitalista". (CONCEIÇÃO, 2007, p.223).

A agricultura logo passa a ser compreendida pelo viés contraditório do capital, por que ficou claro o surgimento de diversas discussões teóricas, nas quais se pretendia descobrir como os pequenos agricultores estavam inseridos neste contexto de modernização e o trabalho em família, conforme (DE PAULA, 1993).

A atividade avícola tem crescido notadamente em várias regiões do país, surpreendendo inclusive pelo fato de regiões que antigamente não eram tão receptoras desta modalidade de produção agrícola, aos poucos tem sido receptiva, modificando as estruturas familiares, territoriais, econômicas e as trabalhistas. Em que pese ainda se constate que é predominante o desenvolver das atividades entre a família, seja na modalidade independente ou integrada.

Os estudos mais recentes que se preocupam em analisar os complexos agroindustriais têm no seu bojo a intenção de compreender juntamente estas formações complexas, que tem um olhar no setor industrial, mas montado sobre base agrária. (CONCEIÇÃO, 2007).

No caso da Avicultura de Corte, fica visível o desenvolvimento capitalista encontrando espaço favorável de maneira que ocorra certa unificação entre a agricultura e a indústria. Nestes termos toda uma lógica de produção em serviço do monopólio capitalista, que passa a determinar as ações da produção como um todo. "Há, portanto, o estabelecimento de uma lógica onde o capital, neste caso, representado pelas empresas

agroindustriais, operam mecanismos que lhes permitem o comando sobre a dinâmica da produção e, também, da circulação." (CONCEIÇÃO, 2007, p.222).

Neste cenário modificado, nota-se que geralmente quando são casados, esposos, esposas e filhos se ajudam mutuamente no cuidado com as aves. Apontaram também, que, em alguns casos, há uma ação coletiva na atividade, principalmente quando os galpões são próximos uns dos outros. Estas famílias estão nitidamente levadas a observar além dos contratos verticalizados, pois são subordinados. Sob estes aspectos de mão-de-obra com alta carga de trabalho, ainda permanecem no campo e utilizando o trabalho das suas famílias para proceder com as ações da produção avícola. Seguem depoimentos:

Rapaz, ela me ajuda em tudo. É o braço direito. A gente trabalha junto nesta área, o que a gente faz, faz tudo. (Márcio²⁹, 30 anos).
'É' eu e meus meninos, dois filhos meus. Um menino e uma menina. (Alberto³⁰, 40 anos).

Eu e meu esposo e minhas filhas que, as vezes, vem me ajudar. (Rosa Maria³¹, 37 anos).

Para entendermos o nível de satisfação sobre a modalidade que escolheu seguir dentro da avicultura, perguntamos sobre a opção pela avicultura independente em vista que na região do Recôncavo é predominante a avicultura de integração, modelo que tem encolhido ou desmotivado a permanência dos avicultores independentes, pois enfrentam dificuldades quase insuperáveis para permanecerem no mercado e no desenvolvimento das atividades.

Na concepção dos avicultores independentes aqui entrevistados, a integração não valoriza devidamente os pequenos proprietários de terra, não respeita os acordos firmados e a região onde se estabeleceu o sistema. Eles mantêm um discreto, mas visível poder nas decisões regionais. Inclusive interferem em decisões políticas locais de modo que sejam beneficiados em detrimento do sufocamento dos pequenos

²⁹ Márcio tem 30 anos, casado, possui um filho, declarou ser pardo.

³⁰ Alberto tem 40 anos, é um homem casado e possui três filhos. No tocante á sua cor, se reconhece como negro.

³¹ Rosa Maria, 37 anos, casada e tem três filhos. Quanto a sua cor, ela se diz morena.

avicultores. Seguir a avicultura com produção independente para eles é a melhor opção, ainda que enfrentem dificuldades e constantes desafios para permanecerem na atividade.

De acordo com CONCEIÇÃO (2007, p. 220) ao se constituir e estabelecer o sistema de avicultura integrada nos municípios do Recôncavo, grande parte dos produtores independentes migrou e passou a operar dentro do modelo de integração, "tornando-se, de certa forma, subordinado técnica e produtivamente à empresa integradora".

Para alguns dos entrevistados, em especial o município de Conceição da Feira por ser uma cidade onde se concentra a maioria do registro destas empresas integradoras, deveria ter um Sindicato de Avicultura, pois fortaleceria e favoreceria a pequenos criadores e não só os pequenos criadores, como também aos empregados deles e integrados, que passariam a ter maior poder perante a agroindústria com seu modelo integrado vertical. Eles não têm valor, só trabalham para enriquecer muito mais as grandes empresas. Neste sentido, para eles, o melhor é serem independentes e alguns são decididos a nunca serem cooptados pela integração, não havendo pretensão alguma de mudar de categoria.

Fica claro nas declarações que fazem quando indagados:

Rapaz, eu acho que independente você trabalha mais a vontade. É livre: manda e não é mandado. Ser independente é melhor. O que você conseguir é seu; integração as contas 'é' dos homens. Aqui o que você faz é seu, quando dá é seu, quando não dá você tem que se conformar. (Amadeu³², 43 anos).

Porque acho que independente é melhor, porque você não tem que dar conta a ninguém. Integrado é mais problema. É um entra e sai, é uma coisa e outra. Eu nunca gostei, sempre fui independente. (Manoel³³, 56 anos).

Para o pequeno hoje, o integrado, desde quando você tenha o aviário, você tendo o aviário, você terá certeza que, ao final do lote, você vai ganhar alguma coisa. É aquela coisa: você trabalha no escuro. É uma conta que você não sabe como é feita. Para um leigo é difícil, você não sabe como a conta é feita. O cara entra ali e trabalha para tirar

³² Amadeu, 43 anos. Casado, pai de um filho. Se declarou moreno.

³³ Manoel, 56 anos, casado e pai de três filhos. Sobre a sua cor declarada, se considera vermelho.

com 40 dias, mas o processo todo demora em torno de 60 dias. Aí, você pega e quando vai ver o resultado, vê que não ganhou nada. As vezes, fica devendo para integradora. O cara da um pau danado, tipo mora dentro da granja com a família e no final fica devendo. Tem seu valor ser independente, se o cara tiver a atividade como uma fonte extra de renda e não uma fonte única. (Flávio³⁴, 36 anos).

Na percepção do entrevistado Flávio, quando o pequeno avicultor é proprietário da terra e do aviário, a integração é a melhor alternativa. Por sua vez, observa ainda que para surtir o efeito econômico, social ou produtivo na avicultura independente, esta deve ser uma atividade secundária e nunca a única fonte de renda, evocando de algum modo a pluriatividade nas propriedades rurais. Em pesquisa recente sobre a avicultura integrada no Recôncavo da Bahia e as relações de produção, Lima et al (2014) evidencia que a maioria dos avicultores integrados não tem posse da terra nem dos aviários, demonstrando haver certa instabilidade no sistema de integração. Ficou manifesto que são na maioria das vezes arrendatários, meeiros ou parceiros das terras das empresas avícolas ou de estabelecimento pertencente a proprietários que repassam as propriedades.

A Avicultura integrada é aquela que todo o sistema produtivo ocorre numa relação verticalizada entre a agroindústria (empresas integradoras) e o avicultor. Este segue estritamente todos os comandos especificados neste contrato desde o recebimento das aves até a entrega do lote para o abate. A implantação deste sistema inclui parcerias diversas entre Estado e Instituições Financeiras, além de trazer consigo todo um pacote de tecnologias e inovações que serão utilizados, desde os melhoramentos genéticos até o processo de abate e escoamento da produção.

CONCEIÇÃO (2007, p. 216), afirma: "Evidentemente que a adoção desse modelo de produção tem provocado, entre outras transformações, uma expansão da atividade avícola em moldes industriais possibilitando um aumento expressivo da produtividade dessa atividade." Lembrando que as empresas que se instalaram nos municípios aonde se aplicou a pesquisa se preocupam somente com o elevar da produção, colocando sempre num patamar de visibilidade nacional e internacional, competindo com outros mercados, nunca priorizando as questões relacionadas ao trabalho e as relações aproximadas entre avicultores e empresa.

³⁴ Flávio, 36 anos, se considera negro, é casado e pai de um filho.

Os avicultores integrados também foram consultados acerca das motivações que os levaram a aderir ao sistema de avicultura integrada. Apresentaram vários motivos, porém o que sobressaiu foi justamente o fato da região não oferecer a estes homens e mulheres possibilidades outras de ganharem dinheiro para sustentar suas famílias, tendo como uma das únicas oportunidades de continuar em atividade no campo.

Indicaram também que a agricultura familiar de subsistência, embora relevante e praticada na região não oferta muitas condições de permanência na atividade como única fonte de renda e subsistência, dada a competição com outras modalidades de produção regional. Além das mudanças ocorridas na região nos últimos anos no que tange a implantação de um polo avícola, com a chegada das empresas avícolas na região, houve uma atração imediata para que alguns aderissem ao modelo, viam como escapatória para melhorar a vida produtiva nas propriedades, porém, aos poucos, estes mesmos expressam a insatisfação ao modelo integrado.

Rapaz, porque a gente viver da agricultura está difícil, porque a agricultura umas vezes dá e muitas vezes não dá, então a gente achou este fio de escape que era trabalhar com a avicultura, então a gente pintou para o outro lado. (João³⁵, 47 anos).

A precisão, porque lá onde a gente mora é difícil. Eu já tenho problema de coluna e não aguentava mais arrastar enxada, já caindo na idade, aí entrei aqui, gostei, achei mais fácil e até hoje estou aqui. (Maria José³⁶, 39 anos).

Os avicultores integrados também expressaram opinião sobre a empresa a que estão integrados, nelas expressam certas insatisfações, indicando que a atividade embora traga de algum modo “benefícios”, contudo não está isenta de insatisfação e discórdias, principalmente por não considerar questões contratuais, além de pagar muito pouco pelo produto final.

Rapaz, a empresa é mais ou menos, porque quando a empresa chegou, ela fez uma reunião conosco e ela prometeu de nos auxiliar mais no que diz respeito ao manejo de frango, manutenção dos aviários, ajuda

³⁵João, 47 anos, casado e não tem filhos. Perguntado sobre a cor, ele diz ser negro.

³⁶Maria José tem 39 anos, casada e tem 06 filhos. Sobre sua cor, ela afirma ser branca.

de custo pra a valorização da mão-de-obra, uma ajuda de custo para comprar a cama de frango, auxílio gás para aquecer os pintinhos, então isso ela ficou meio a desejar, então só fez oferecer, nesse caso aí, hoje eu olho ela com um olho aberto e outro fechado. (Antonio³⁷, 44 anos).

A minha opinião é que a gente trabalha de domingo a domingo, de feriado a feriado, neste tempo aí que tá miudinho, trabalha de dia à noite, aí era para ser melhor. (Sandra³⁸, 40 anos).

As empresas agroindustriais são as controladoras das ações durante todo o processo de produção.

As empresas integradoras atuam na coordenação das transações contratuais do sistema de integração, estabelecendo um total controle da produção de frangos de corte, o que determina a natureza das relações que se verificam no sistema. E estabelecem regras que elevem a produtividade e a qualidade da produção avícola. (RICHETTI; SANTOS, 2000, p. 07).

Investigados acerca do que entendiam como mais interessante, ser avicultor integrado ou independente, houve dissenso. Os que responderam favoráveis diziam, sobretudo, o fato de não haver preocupação com a escoação da produção. Outros, no entanto, querem de algum modo não depender das empresas da forma como são subservientes ao modelo.

Conforme os depoimentos:

Rapaz, integrado é melhor, porque independente tem mais dor de cabeça. A gente não se preocupa. A preocupação da gente aqui é chegar os pintinhos e a gente cuidar e a gente ser independente tem que se preocupar em escoar. Vai se preocupar que o bicho está comendo demais, vai se preocupar que aquele medicamento que veio não está sendo adequado. A gente já vai ter que procurar um veterinário, e aí a gente criando como integrado, a gente não se

³⁷Antonio, 44 anos, casado e tem 02 filhos. Quanto à sua cor, ele diz ser negro.

³⁸Sandra Maria, 42 anos, casada, declarou-se parda e tem 02 filhos.

preocupa com nada disso, a gente só se preocupa que os pintinhos ‘vai’ chegar aqui e a gente vai cuidar. (João³⁹, 47 anos).

Independente é melhor, por que, dependendo da situação, tudo é melhor. Por que a gente vai fazer. ‘Tá’ fazendo como dizem o que vai fazer e aqui você vai fazer, depois dizem que não está certo. Independente é melhor. (Alberto⁴⁰, 40 anos).

Há ainda opiniões que demonstram conformidade, por não ter perspectiva de sair deste modelo, apenas se conformam. Ao que indica, em havendo possibilidade de mudança, se tornaria independente. As motivações para pensar em deixar o sistema de integração são muitas, mas se destacam as muitas horas trabalhadas e a pouca remuneração final, além das limitações impostas pelo contrato, deixando o integrado muitas vezes refém de uma única atividade agrícola.

Uma das possibilidades de apego ou adesão ao sistema integrado se dá por haver maior investimento em tecnologia por parte da indústria avícola. Na concepção dos integrados, diminuem as incertezas e riscos no processo de produção além dos avicultores não se preocuparem com um mercado para escoar a produção, tendo em vista que é a empresa integradora a responsável pela distribuição final dos produtos derivados do frango, conforme Gomes e Gomes (2008).

CONCEIÇÃO (2007, p 246) informa que no sistema integrado, mesmo o trabalhador possuindo os meios de produção, existem alguns impedimentos que precisam ser seguidos e observados pelos integrados. Conforme citação abaixo:

Isto significa que quanto maior o cuidado e empenho do integrado com as aves, melhor será seu rendimento ao final do lote. Logo, para que consiga atingir melhores índices de eficiência produtiva, o produtor é levado a atender as orientações técnicas da empresa que chegam, por exemplo, a proibir a criação de outras aves (a exemplo do frango caipira) no interior das propriedades integradas.

³⁹ João, 47 anos, casado e não tem filhos. Perguntado sobre a cor, ele diz ser negro.

⁴⁰ Alberto tem 40 anos, é um homem casado e possui três filhos. No tocante a sua cor, se reconhece como negro.

Os avicultores cientes das limitações e destes critérios, tendo sido impedidos de desenvolver outras atividades nas suas pequenas propriedades, pensam em determinados momentos na possibilidade de deixar o sistema integrado, migrando para a produção independente. Mesmo tendo ciência da sua subordinação ao capital industrial se submetem por ser uma forma de permanecer na propriedade produzindo. Esta manifestação de desejo ficou visível nas entrevistas, conforme fala descrita logo abaixo:

Se eu pudesse ser independente era melhor, mas como eu não posso, assim também está bom. (Rosa Maria⁴¹, 37 anos).

O independente seria bom, por que não dependia de outros, o integrado depende de resultados, mas para ser independente tem muitos custos. (Ana Maria⁴², 42 anos).

A expansão da avicultura de corte principalmente no sistema integrado tem sido dada de modo contínuo, mesmo com as contradições encontradas e expressas pelos estudos neste setor. As propriedades que praticam a atividade avícola no sistema independente têm sido aos poucos eliminadas, dada as dificuldades de competição com o sistema integrado que possui maior estrutura e capital para investimentos além da preocupação com o escoamento da produção final. Contudo, os avicultores independentes possuem um mercado específico, negociação que independe da agroindústria e os mercados mais distantes.

De acordo com os avicultores independentes, a responsabilidade é pessoal pela negociação e venda do produto final. Não se preocupam com a possibilidade de perda da produção, por que existem clientes fixos com uma demanda semanal, mensal ou períodos separados durante o ano e quando colocam os pintos nos aviários fazem os contatos ante e indicando que, em determinado período, estarão prontos para a comercialização. Assim, se sentem mais seguros em produzir, porque é certo que haverá saída para as aves.

⁴¹ Rosa Maria, 37 anos, casada e tem três filhos. Quanto a sua cor, ela se diz morena.

⁴² Ana Maria, 42 anos, casada, tem 02 filhos e se declara parda.

A maioria comercializa as aves vivas. Alguns abatem quando são solicitados por clientes específicos. Os compradores são das cidades circunvizinhas, sua grande maioria são mercadinhos, restaurantes, mercearias e pequenos distribuidores que são os responsáveis pela logística e buscam os frangos na unidade produtiva, principalmente pelas grandes quantidades, geralmente acima de 500 aves.

Outra opção apresentada por eles é a venda direta nas feiras livres. Neste caso, são frangos abatidos e refrigerados sem conservantes e em número reduzido, em vista que não possuem ambientes ou imóveis disponibilizados para o comércio. Geralmente, as aves são levadas em caixas térmicas ou similares.

Quando arguidos sobre a satisfação com a produção avícola e o valor que recebe ao final do processo demonstram satisfação com a atividade e os rendimentos auferidos. Os questionamentos que eles fazem giram em torno do preço do quilo da ave, como uma variação entre R\$ 2,80 e 3,00 (dois reais e oitenta centavos e três reais, respectivamente) o quilo vivo. Nos meses que antecedem a Páscoa e os festejos natalinos eles conseguem vender por um preço maior. Consideram justo o que recebem, mas indicando que a oscilação de preço é ruim, por que não conseguem se estabilizar e prever o quanto conseguirão ganhar.

Sobre a comercialização do produto, várias estratégias e formas foram sendo pensadas com a finalidade de escoar a produção, conforme depoimento:

Primeiro, eu comecei vendendo em Cachoeira e Conceição, tipo aos vizinhos, ao pessoal de restaurante e, hoje, eu já tenho uma clientela boa. Eu vendia viva, mas quando eu chegava em Cachoeira, tinha aquela coisa de ir para frigorífico, aí os abatedouros resolveram não abater mais. Então, o pessoal não compra, por que não tem quem abata. Antes todo mundo abatia. Eu comecei a abater. Depois tem aquelas pessoas que não tratam, aí você começa a perceber que a pessoa não trata, mas paga para tratar. Eu me especializei, faço tudo e já entrego pronto para alguns, agrego o preço ao produto. (Flávio⁴³, 36 anos).

No geral há satisfação dos independentes pelo que recebem. A questão do preço é sempre colocada em questionamento, com a esperança de que houvesse estabilidade no preço, aliado à questão reconhecem ser difícil competir com os grandes produtores,

⁴³ Flávio, 36 anos. Casado pai de um filho, sobre a sua cor, declara ser preto.

neste caso as agroindústrias. Muitos dos avicultores insistiram dizendo que há uma visível falta de motivação e união em torno da organização para lutar por um tabelamento, não tabelando, todos perdem e o preço não se fixa.

Hoje, não tanto, porque ela regrediu muito. Ela tem muito altos e baixos, não é uma coisa que está padronizado, entendeu? Tem muitas oscilações no mercado de frango. Tem deixado muito a desejar, pelo fato de que existe muito uma desunião do grande com o pequeno. Na verdade, é que o grande quer esmagar o pequeno, como se só ele que tem que vender o produto, tanto que eu diminuí muito meu alojamento por este fato, mas até hoje tem dado para a gente sobreviver. A gente tem trabalhado não para construir riqueza, mas para sobreviver. (Luciel⁴⁴, 32 anos).

Os avicultores independentes, por sua vez, demonstraram nas entrevistas plena satisfação com a produção e afirmam que mudaram o padrão de vida e consumo depois da avicultura. Alguns relatos afirmam que parte do que recebem beneficia as suas propriedades, adquirindo equipamentos ou acessórios que visam melhorar tanto a qualidade de vida da família quanto da unidade de produção. Outros ainda reconhecem que nos últimos 10 ou 20 anos a avicultura de corte no sistema independente provocou mudanças bruscas nas suas vidas. Seria injusto afirmar o contrário, pois o cenário anterior era de uma vida muito difícil, principalmente porque muitos começaram em momentos em que não havia um cenário favorável e construíram suas vidas na região, no rural e com a avicultura.

Rapaz eu não falo mal do frango não, pelo menos tenho alguma coisa. Depois do frango, eu comprei um pedacinho de terra, estou fazendo um barraquinho, um barzinho ali na entrada do monte, uma granjinha. Eu trabalhava com meu irmão, através da união, da irmandade eu fiz minha granjinha ali, estou vivendo com o pouquinho que Deus deu e sempre. (Amadeu⁴⁵, 43 anos).

Melhorou, por exemplo, antes a gente tinha dificuldade de água, agora fez o poço artesiano, agora a gente não tem mais problema de água. A gente cria alguns porcos, ai um resto de comida, uma galinha que

⁴⁴ Luciel, 32 anos, casado, dois filhos e se considera branco.

⁴⁵ Amadeu, 43 anos, casado e pai de um filho. Quando perguntado sobre sua cor, declarou ser moreno.

morre, um pé de comida que fica já joga para os porcos, então estas coisas melhorou. (Eunice⁴⁶, 36 anos).

Melhorou sem sombras de duvidas. Assim, esta moto aí eu comprei, o pagamento dela é dia 22, quem recebe salário dia 01, dia 22 já não tem mais dinheiro. Esta moto aí foi pago com dinheiro das aves e fora as outras coisas. Por causa das galinhas, a gente resolveu murar o terreno para proteger a propriedade e as aves murou uma parte, 100 metros de comprimento. Já muramos uma parte, melhorou bastante. (Flávio⁴⁷, 36 anos).

Concernente aos avicultores do sistema de integração, estes demonstraram insatisfação no que tange ao preço recebido pela produção final. A reclamação é unânime. O preço é muito baixo e não tem sido válido tanto trabalho para receber tão pouco. Não estão satisfeitos, por que, segundo eles, na atividade se dedicam ao máximo para que produza um lote de qualidade e nem sempre são remunerados dignamente pelo trabalho.

Neste sentido, não concordam que as empresas integradoras paguem tão pouco e ainda denunciam o fato destas empresas não dialogarem de maneira aberta sobre preços da produção final, tornando os avicultores refém. Para além destas questões, eles reforçam que trabalham muito, dia e noite, pois a atividade exige um cuidado excessivo, no entanto não há diferenciação sobre trabalhar muito ou não. Eles sugeriram que houvesse ajustes nos preços de acordo com o peso e tipo de frango entregue para o abate.

Em termos de carga horária, os avicultores independentes trabalham em média 10 horas a menos que os avicultores do sistema de integração. Verificamos a ação do capital financeiro, impondo teias e limites, monopolizando o trabalho, baseado numa lógica de dominação e exploração subjugada ao capitalista (empresas) que são detentoras das duas formas elementares do capital, dinheiro e mercadoria, como bem afirma MARX, (2010).

Não, porque a gente aqui dá o máximo para que produza um lote de qualidade e nem sempre a gente 'somos' remunerados pelo nosso

⁴⁶ Eunice, 36 anos, é casada, mãe de três filhos e se autodeclarou negra.

⁴⁷ Flávio, 36 anos, casado, pai de um filho e se declarou preto.

trabalho. Então, nesse ponto aí eu acho, que ela não está agindo com a gente de acordo. (Antonio⁴⁸, 44 anos)

Não. Por que é pouco. (Maria José⁴⁹, 39 anos).

Não. Por que às vezes a gente trabalhava em 05, para você ganhar menos de um salário mínimo, durante o que? Dois meses. Aí fica difícil. A gente 'estamos' correndo atrás porque precisamos. Não tendo outro trabalho é esse mesmo. Tem que correr atrás para conseguir manter a família e dar dignidade aos filhos e um bom ensino, só isso. (Sandra Maria⁵⁰, 40 anos).

O que parece ser contraditório, no entanto surpreende na afirmativa das repostas positivas sobre a melhoria no padrão de vida e consumo, principalmente pela aquisição de bens permanentes e de consumo imediato. Como eles mesmos relatam não têm acesso a outras formas de ocupação ou trabalho que lhes rendam o suficiente para manter as necessidades básicas e das suas famílias. Mesmo com o considerável descontentamento apresentando anteriormente, alguns dos avicultores afirmam que mudaram de vida após a inserção neste modelo de produção, melhorando relativamente os padrões de vida e consumo, inclusive adquirindo bens que antes não poderiam adquirir.

Melhorou coisas que eu não tinha antes. Depois, que eu comecei a trabalhar, comecei a construir muitas coisas. (Rosa Maria⁵¹, 37 anos).

Melhorou, porque lá meus filhos pediam as coisas, eu passava 3 ou 4 meses sem ter condições de dar e aqui eles pedem eu digo, meus filhos tenham paciência, aí eu vou indo, vou indo até quando eu consigo dar. Aqui para mim é melhor. (Maria José⁵², 39 anos).

⁴⁸ Antonio, 44 anos, casado e tem dois filhos. Quanto à sua cor, ele diz ser negro.

⁴⁹ Maria José tem 39 anos, casada e tem seis filhos. Sobre sua cor, ela afirma ser branca.

⁵⁰ Sandra Maria, 40 anos, casada, declarou-se morena, tem 06 filhos.

⁵¹ Rosa Maria, 37 anos, casada e tem 03 filhos. Quanto a sua cor, ela se diz morena.

⁵² João, 47 anos, casado e não tem filhos. Perguntado sobre a cor, ele diz ser negro.

Rapaz melhorou muito graças a Deus. Deixa eu até tirar o chapéu, porque depois que a gente se envolveu com avicultura as coisas tudo se melhorou, uma estabilidade melhor. Você sabe que se você produzir vai adquirir resultado, porque na lavoura você trabalha e nem sempre é bem recompensado, mas na avicultura é diferente (João⁵³, 47 anos).

Diante do observado, a avicultura no sistema integrado tem sido importante no que tange a melhoria de vida dos produtores, porque embora contraditório como eles mesmo apontam a região apresenta poucas possibilidades de renda, sendo a avicultura a principal fonte. Com aponta Richetti e Santos (2000, p, 09). “Para muitos produtores, a produção de frangos de corte via integração se constitui na principal fonte de renda, passando a empresa integradora a determinar o nível de vida do avicultor.”

Neste sentido, acabam sendo reféns do sistema de integração, visto que não conseguem se tornar independentes, por conta dos contratos e condições de manter um aviário ou a produção. Lembrando que, conforme diz Conceição (2007), com o avanço do sistema de integração no Recôncavo da Bahia, muitos produtores independentes migraram para a novidade. Agora mesmo não havendo clareza sobre a satisfação, submetem-se ao sistema e não conseguem mais retornar a produzir de maneira independente.

Outras questões abordadas nas entrevistas dizem respeito à possibilidade de mudarem de atividade caso fosse oferecido uma oportunidade de emprego formal com carteira assinada ou com contrato dentro das normas vigentes, em espaço urbano ou rural. Consultamos ainda sobre a possibilidade de pluriatividade ou outras atividades desenvolvidas paralelamente com a avicultura.

Com os avicultores independentes, as resposta não foram positivas sobre deixar a atividade. Alguns dizem que já se acostumaram com a vida "na roça", que não deixaria jamais para ir morar na cidade, pois têm tudo que precisam para viver e sabem que na Zona Rural dificilmente encontrariam emprego ou outra atividade com carteira assinada. Outros dizem que só aceitariam empregos ou propostas fixas se fosse possível aliar a atividade avícola, pois entendem que é uma atividade fundamental para permanecerem no campo, além de tudo podem fazer outras tantas atividades agrícolas.

⁵³ Maria José tem 39 anos, casada e tem 06 filhos. Sobre sua cor, ela afirma ser branca.

Afirmam ainda que enquanto produzir frango ofertar oportunidade de sobreviver na propriedade não sairá à procura de outra atividade. A maioria não desenvolve outras atividades remuneradas fora da propriedade, criando também pequenos animais, outros praticando a suinocultura, plantando feijão, milho, amendoim dentre outras culturas, somente dois avicultores desenvolvem atividade diferenciada, sendo um deles comerciante de bovinos e outro é funcionário público concursado.

Hoje não. Porque eu não me vejo fazendo outra coisa. Apesar da dificuldade, a gente ainda criou um prazer muito grande dentro do frango, mesmo com toda a dificuldade e todo este processo de altos e baixos, mas a gente cria amor por aquilo que a gente trabalha. Então hoje ainda não penso em deixar. (Luciel⁵⁴, 32 anos).

Embora eu seja funcionário público, ainda que eu quisesse arrumar outro emprego ou concurso eu pesaria na balança. Eu só deixaria de ser, se eu pudesse conciliar as coisas, ao contrário. Trabalho 40 horas semanais com concursado. Quando eu passei no concurso, eu trabalhava e só retornava para casa a noite, mas mesmo assim eu já criava, nunca parei de criar, mas agora com a moto facilita. Carrego uma ração, entrego ao cliente. (Flávio⁵⁵, 36 anos).

Os avicultores integrados também não pretendem deixar a atividade, revelam que abandonariam somente por alguma atividade que garantisse segurança para eles e os familiares. Com relação aos ganhos, afirmam que somente se forem maiores do que o conseguido com a atividade, mesmo reconhecendo que trabalham com carga horária absurda. Alguns também se apegaram ao fato da surpresa sobre o que viria ser o trabalho, dizendo que não se sentem preparados para fazer outra atividade, afirmando que a atividade rural é o que melhor lhes favorece, pela experiência e dominação das técnicas de produção.

Quase sempre se reportam ao fato da dificuldade em encontrar outra forma de trabalho ou ocupação que lhes rendam um bom ganho. Consideram pouco o que ganham com a avicultura de integração, mas não se aventurariam para deixar por algo sem retorno fixo e que traga confiança. Trabalho fixo é uma expressão repetida em

⁵⁴ Luciel tem 32 anos, é casado, dois filhos e se declara branco.

⁵⁵ Flávio, 36 anos, casado e pai de um filho. Se declarou preto.

várias entrevistas, demonstrando inseguranças do sistema de integração vertical, que ficou detalhado nas falas expressas no decorrer do texto.

Ressalte-se, que a maioria absoluta não desenvolve outra atividade remunerada, somente uma entrevistada que vende cosméticos nos horários vagos. A justificativa gira em torno do tempo escasso que lhes sobra para fazer outra atividade que lhes renda melhorias financeiras. Deixando esclarecido que a avicultura integrada é uma atividade que demanda muito tempo para cuidar da produção das aves.

Se fosse para melhor sim, porque era melhor mil vezes, pelo que a gente recebe hoje é muito péssimo. (Alberto⁵⁶, 40 anos).

Rapaz por enquanto não quero mudar, agora como eu não sei como é que vem atividades outras, então eu ainda estou trabalhando, então até o momento não quero. (João⁵⁷, 47 anos).

4.3 Avicultor como Cidadão

Durante a pesquisa, intentamos em saber o nível de envolvimento e participação dos avicultores acerca da propensão ao cooperativismo e associativismo, visto que nos interessa verificar o quanto são ou não organizados e se esta organização favorece a categoria e o desenvolvimento das atividades. No Brasil, ocorre principalmente no sul do país a avicultura cooperada, modalidade que tem sido experimentada na tentativa de enfrentar a força avassaladora do capital e das grandes empresas avícolas e abatedouros.

Entre os avicultores independentes, a maioria absoluta não participa de associações, cooperativas ou sindicatos; intentaram a participação, mas não se sentiram motivados a participar, outros ainda disseram que pagam as mensalidades ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no entanto não participam das decisões ou reuniões. As associações existente na região, principalmente a ABA, com sede em Conceição da Feira, não atrai os avicultores, estes não se sentem à vontade em participar, segundo alguns, a entidade congrega avicultores independentes, mas que são ricos e grandes

⁵⁶ Alberto tem 40 anos, se considera negro é casado e pai de três filhos.

⁵⁷ João tem 47 anos, é casado, se considera negro e não tem filhos.

empresários, eles não tem motivação nem tampouco ouvidos devidamente, os que se associaram, logo desistiram, chamam de "a associação dos ricos".

Percebemos no depoimento abaixo desencanto com as ações da associação:

A associação ela já existe, só que ela existe e hoje não nos beneficia em nada, por que os associados eles pagam, eles entram, eu até uso entre aspas a associação para gerar boleto, fazer pagamento ou pagar alguma coisa, porém é ela que estabelece o preço do frango. Ela que reúne toda semana, toda terça-feira para discutir sobre o preço do frango e chega a um denominador comum que é o preço. Só que lá dentro é um preço e na prática não obedece. Se eu tenho um frango hoje para tirar e ele está com uma média alta de preço, o preço do meu frango é 3,00 reais, o do vizinho ali tira de 2,90 ou eu obedeço ou eu fico com meu produto ai dentro. Eles combinam lá na associação o preço, mas quando sai cada um pensa em si. (Luciel⁵⁸, 32 anos).

Os que responderam negativamente deixaram os grupos porque se desiludiram. Não perceberam organização o suficiente para desenvolverem projetos com vistas a melhorar a vida dos associados, promover desenvolvimento, buscar recursos públicos para investirem nas propriedades, além de acusarem o envolvimento da associação com determinados grupos políticos partidários nos municípios.

Somente dois dos entrevistados participam de associação. Eunice, que paga as mensalidades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além de participar mensalmente das reuniões é ainda membro da associação comunitária por ficar próxima da sua casa, sempre priorizando e motivando pessoas a comparecerem nas reuniões. Flávio é membro da diretoria da Associação da comunidade, participa ativamente e lamenta o fato de não poder ser sindicalizado rural, por ser servidor público municipal e o estatuto ao qual está subordinado o impede, mas afirmou que sempre vai ao sindicato, indica, sugere e tem consciência que pelo sindicato e associações pode objetivamente obter projetos importante para a categoria de avicultores independentes.

Quanto aos avicultores integrados, o resultado foi visivelmente negativo. Quando indagados sobre possuir alguma experiência de sindicalização, cooperação ou associativa junto aos outros participantes deste sistema de produção, a maioria respondeu negativamente. Não se sentem motivados em participar. Todos afirmaram não fazer parte de associações, que em algum momento fizeram parte, mas desde a

⁵⁸ Luciel, 32 anos, se considera branco é casado e pai de dois filhos

entrada no sistema de integração não têm tempo ou não veem uma associação ou sindicato que os representem. Vive cada um na sua labuta diária apenas.

Foram indagados ainda sobre as ações governamentais, acesso a políticas públicas e sociais dos Governos Federal e Estadual. Os avicultores independentes reclamam que não têm acesso a nenhuma política pública de investimento na propriedade para a atividade que desenvolvem. Descrevem que a burocracia é desmedida quando tentam acessar crédito de investimento, mesmo com o PRONAF encontram considerável dificuldade, acabam se desmotivando e não persistem. Os investimentos são das rendas proporcionadas pela atividade avícola e o que produzem nas unidades de produção.

Retomando a discussão em que afirmamos ser a avicultura no Recôncavo, atividade pertencente a Agricultura Familiar, deveria haver mais investimentos e menor rigor ou complicações no que tange a financiamentos e acesso a créditos, pois este quesito sempre esteve presente na luta da categoria de agricultores familiares, desde a retomada de reivindicações.

Vejamos o que diz Schneider:

Do ponto de vista social, a categoria emergiu como resultante das mobilizações patrocinadas pelo movimento sindical, no início da década de 1990. (Especialmente a CONTAG), que levemente vai deixando de lado o discurso de representações dos trabalhadores rurais, até o surgimento de formas de representações que reivindicam especificamente a identidade da agricultura familiar como é o caso da FETRAF. (SCHNEIDER 2009, p. 09)

Referente a termos políticos, a agricultura familiar passa a ter maior legitimação com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, período em que políticas públicas foram pensadas e criadas especificamente para atender a esta categoria existente e que, antes, não era visibilizada. Por conseguinte, havia poucos investimentos públicos implementados por meio do Estado Brasileiro. Tais políticas ou programas são operados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Outra questão que deve ser considerada é o fato de que, partindo destas datas e períodos, passa a ocorrer a preocupação, sobretudo, em catalogar os estabelecimento que usam ou não o contrato de força de trabalho. Nestes termos, estudos de viés

acadêmicos e científicos se encarregaram de identificar a diferença dos estabelecimentos familiares dos que essencialmente tem caráter patronal.

Desta forma a agricultura familiar passa a ser marcada como elemento de interesse na agenda de estudos, principalmente a partir dos anos 1990, com as características de gestão e propriedade familiar e com articulação própria sobre as divisões do trabalho. No Brasil, a agricultura familiar toma proporções relevantes, de modo a mobilizar forças, ações, protestos, requisições e lutas empreitadas pelos próprios agricultores e agricultoras, que se mobilizaram no sentido de que houvesse efetivação de políticas e ações dos governos que levassem em conta as demandas da categoria, implementando novidades nos investimentos, garantindo ampliação do que estava sendo operado.

Um dos entrevistados, que possui formação em Técnico Agrícola, asseverou que não conseguem comprar ou fazer o pedido do milho da CONAB, que em tese é a matéria-prima para as rações. A demora em chegar aqui na Bahia e especificamente na região onde se aplicou a pesquisa gira em torno de dez meses a um ano. Não é possível esperar tanto, pois perderiam as aves ou seriam aos poucos esquecidos pelo mercado.

Na visão dos avicultores independentes, os governos precisam investir muito mais nas pequenas propriedades e isto não vem ocorrendo como deveria, pelo menos não há registro de recursos significativos para a categoria. Os produtores sentem-se preparados e experientes o suficiente com o manejar das aves. Conseguiram construir aviários específicos, criar de certo modo um caminho para escoar a produção, enfrentar os desafios da sufocante avicultura de integração e um olhar mais apurado pelos Órgãos financiadores seria somente favorável à todos os avicultores.

Mesmo possuindo DAP, para obter recursos do PRONAF, apontam que nos municípios aonde residem, a burocracia é muito grande para ter acesso ao crédito. Por se relacionarem bem com outros avicultores, dizem que conhecem casos de empresários da avicultura independente que acessam os recursos, inclusive com valores altos com mais facilidade para liberação. O que causa indignação nos pequenos avicultores que enfrentam o desafio de produzirem sozinhos investindo o pouco recurso na produção.

Dentre as falas, esta chama a atenção, representa os demais pelo relato de morosidade e a negativa do acesso ao crédito.

Já eu paguei um projeto particular para conseguir um financiamento do Banco do Nordeste; assim, para ampliar a criação, tipo no valor de 15 mil, vai fazer 4 anos em dezembro e até o momento não tive resposta. (Flávio⁵⁹, 36 anos).

O registro encontrado sobre acesso a políticas públicas faz menção somente aos beneficiários do PBF. Esta afirmativa aparece entre os dois grupos, com maior incidência entre as avicultoras integradas, que afirmam ser um dinheiro essencial pois completa a renda da família.

Entre os avicultores integrados não houve também registro de acesso a política públicas ou investimentos derivados de programas do Governo Federal ou Estadual. Sobre o financiamento ou investimentos na avicultura e nas propriedades, não causa estranheza justamente pelo fato da ampla maioria dos entrevistados afirmarem serem financiados com recursos das empresas a que estão integrados, pois estas são detentoras do capital financeiro e tecnológico, que por sua vez investe e emprega na produção nos aviários, com a finalidade de impulsionar a melhoria da produção dos seus integrados.

Por fim, investigamos os entrevistados sobre a possibilidade de por meio do cooperativismo, associativismo e em parceria com instituições públicas e privadas, a construção de um abatedouro industrial, com a finalidade principal de enfrentar a agroindústria, o peso do capital tecnológico, evitando a submissão aos ditames dos mercados ou adequação forçada imposta pelo sistema de integração. Aos integrados esta também seria uma oportunidade de repensar o retorno para a avicultura independente e a diminuição do investimento da força de trabalho em cargas horárias descompassadas com o que normalmente se tem como norma nos direitos dos trabalhadores.

Na visão dos avicultores independentes, esta é uma das esperanças que eles têm, que em algum momento consigam implantar um abatedouro com estas características, por que deste modo, ao retirarem os lotes de frangos, não ficariam a mercê do preço estabelecido pelo comprador e teriam a oportunidade de vender abatido, com cortes especiais, o que agregaria maior valor à produção. De maneira geral, eles dizem que sairiam fortalecidos, poderiam se organizar melhor e certamente valorizaria mais a atividade, o que acabaria por fortalecer a vida no campo.

Segundo os entrevistados, existe projeto para implantação de um Abatedouro Coletivo, projeto este que foi discutido amplamente entre os avicultores e levaram a

⁵⁹ Flávio 36 anos, casado e pai de um filho. Se declarou preto.

demanda para a Governadoria do Estado. Quem motivou as discussões foi justamente a ABA, que, segundo alguns informantes, não teve força política e coletiva o suficiente para executar o projeto, que em tese seria construído no município de Conceição da Feira. Ocorreu a mobilização, foram convocados pela ABA, buscaram força política, mas de acordo com um dos entrevistados não tiveram força o suficiente para enfrentar e vencer as grandes indústrias que se instalaram na região.

A gente comprou uma briga dessas aí que vinha até para aqui. A gente foi para o CAB, teve uma reunião lá no CAB, a gente participou, teve assinatura do contrato lá também, só que, assim, por sermos uma minoria e não ser do interesse dos grandes; por dois motivos, a gente sabe que nestas grandes granjas eles não querem outras aves criadas por perto, eles teriam uma concorrência e o valor ia beneficiar o pequeno avicultor. (Flávio⁶⁰, 36 anos).

Neste quesito, os avicultores independentes demonstram ter feito um esforço significativo para conseguirem o abatedouro coletivo, já havia um terreno doado por um dos avicultores, local estratégico, pois ficava próximo da rede de energia elétrica com capacidade para atender a uma indústria, além de próximo ao abastecimento de água e de ficar a poucos metros da BR 101, o que facilitaria escoar a produção. Mas, pouco tempo depois, por questões políticas e partidárias, além da força das agroindústrias estabelecidas, o abatedouro foi construído no município de Iará, em que pese ser um município onde se identifica uma incipiente criação de aves, não tem ainda as mesmas demandas de um abatedouro com a estrutura que foi demandada pelos avicultores.

Os avicultores mais uma vez se reportam ao poder financeiro e político que tem a avicultura integrada a ponto de intervir e mudar de modo sorrateiro um processo demandado por produtores de uma região em que a avicultura de corte expande continuamente. Reiteraram, ainda, que para a categoria independente é um desafio diário se manter na atividade. De um lado, a dificuldade de acesso ao crédito e, por outro, a frustração de um projeto que poderia ser viável e atenuar os problemas enfrentados, ter sido de maneira capciosa interrompido e desviado pelas forças do capital financeiro que sucumbe os pequenos avicultores.

⁶⁰ Flávio, 36 anos. Casado e pai de um filho. Sobre sua cor, se considera preto.

Os avicultores integrados arguidos sobre a possibilidade de substituição das grandes empresas avícolas pela construção de um frigorífico industrial, por meio de associativismo e cooperativismo, uma grande maioria disse que apoiaria a criação de uma cooperativa para abate coletivo, indicando que, sendo motivados, podem melhorar o capital social e as ações coletivas. Contudo, mesmo instigados foram sucintos nas respostas. Confirmam ainda o item sobre as experiências anteriores com associativismo, o que pode vir a ser um elemento motivador.

5. BREVES CONSIDERAÇÕES

As transformações na agricultura ao longo dos anos e a penetração do capitalismo no mundo rural provocaram nitidamente um desarranjo em todos os sentidos, atingindo diretamente a organização familiar, que antes sobrevivia da atividade agrícola e agrária, sem necessariamente produzir para um mercado específico, criado com esta finalidade, obtenção da produção em media ou grande escala.

A produção que anteriormente era principalmente para fins de segurança alimentar, troca de excedente e fonte de permanência na propriedade, nas atividades laborais e de subsistência foram tomando formas mais abrangentes. Com o surgimento da indústria camponesa, resultante da inserção do capitalismo no mundo rural, esta trouxe consigo as contradições e desagregações provocadas pelo sistema de produção capitalista, que ora passa a exigir muito mais destas famílias, inseridas numa nova realidade de consumo, aquisições de produtos, passando a depender do mercado e das novidades apresentadas.

No Brasil, estas modificações são vistas desde o nascimento da agricultura. A empresa capitalista criada nos estabelecimentos camponeses objetivou e priorizou o critério de maximização da lucratividade, modificando as relações, pois antes o que era apenas unidade de produção e consumo agora as propriedades rurais também produzem

matérias-primas e maior oferta de mão-de-obra assalariada, com vistas à comercialização para fortalecimento da indústria.

As mudanças advindas da penetração do capitalismo no mundo rural favorecem muito mais a indústria e o capital do que os trabalhadores rurais e pequenos produtores. Estes são desagradados, jogados para fora das suas pequenas propriedades ou substituídos por máquinas e todo um aparato tecnológico indicando um novo momento para as relações de produção, trabalho e consumo no rural.

A agricultura brasileira foi sendo modificada no seio do modo como se produzia e se organizava. O avanço do capitalismo, as novas técnicas e as tecnologias para produção resultaram na introdução de uma nova forma de política agrícola e agrária que passou também a comportar a produção em larga escala, atendendo a grandes mercados, prioritariamente produzindo para exportação, descolando e aumentando o número daqueles que passam a migrar e viajar sem destino pelo país, colocando em risco a produção de subsistência, pois desagregou a pequena propriedade e sem raciocinar que acabam criando um consumidor potencial sem os meios de produção, ocasionando no momento crises de abastecimento.

A avicultura brasileira a partir dos anos 1960 deixa de ser atividade de subsistência para alcançar novos patamares, dada a imposição de mercados, principalmente o de carnes em nível mundial. O Brasil passa a ser além de consumidor um dos grandes exportadores deste tipo de proteína. A busca por aprimoramento genético das matrizes impulsionou a vinda de aves com um padrão genético superior aos tipos nacionais, mas por trás desta qualificação, girava a potente industrialização e produção em larga escala, com vistas ao favorecimento ao capitalista, que investe na aquisição destas matrizes com vistas ao lucro e à abundante produção, apresentando como novidade o desenvolvimento de uma cadeia produtiva de aves com um padrão internacional.

Por sua vez, os pequenos produtores e suas propriedades foram sendo tomadas por uma leva intensa de construção de galpões, tecnologia de ponta, investimentos regionais e locais para montar um cenário com perfeição para receber esta carga de milhões de aves, que darão resultado em pouco tempo, para atender a tais demandas.

Aos poucos e de maneira avassaladora, as grandes empresas apresentam o modelo de produção vertical integrada, que coloca pequenos proprietários rurais a serviço dos seus projetos de ampliação produtiva, em nome do capital industrial e tecnológico, não deixando dúvidas que aquela seria uma oportunidade destes

agricultores retomarem a vida produtiva, por terem experiência com a lida no campo e ganharem para sobreviver na sua propriedade.

Aos poucos, o eixo escolhido como promissor para a avicultura começa a mudar. O Nordeste e a Bahia recebem este tipo de produção como perspectiva de desenvolver bem e regionalmente a avicultura integrada. Ora, o Recôncavo produz aves desde os anos 1970, mas a característica sempre foi em pequenas propriedades e para abastecimento mais localizado, sem muita ambição. Mas, aos poucos, recepciona a modalidade integrada, que montada sob os aspectos de subordinação do trabalho ao capital, conforme descreve Marx (2010), se estabelece nesta região, subsumindo outros modelos, como o independente, que aos poucos vai sendo sugado para o serviço da agroindústria do frango de corte nesta região.

Acreditamos que os resultados da pesquisa contribuirão para uma reflexão sobre a montagem deste cenário supostamente favorável, levantando e suscitando questões que nos ponham a pensar sobre as mudanças provocadas em níveis locais, regionais e por fim a desintegração das pequenas propriedades e a diversificação produtiva, colocando muitos pequenos proprietários rurais numa especialização, a de criação de aves, em patamares grandiosos, embora com inúmeras insatisfações, como acompanhamos nos resultados, sobretudo no olhar dos integrados.

Diante da discussão e dos resultados que descrevemos, fica nítido que a implantação de um *cluster*⁶¹ avícola no Estado da Bahia, especificamente no Recôncavo, se deu pelo fato desta região ter sido contemplada com investimentos que resultaram em aquisição de elementos e aparato tecnológico que modificou e favoreceu a produção de aves de cortes em larga escala.

Podemos citar como favoráveis os melhoramentos genéticos das aves, viabilização de um sistema de assistência técnica com profissionais capacitados, o melhoramento sanitário nos espaços de circulação e criação das aves por meio de produtos adequados dentre outros aspectos que beneficiaram assim a implantação de todo o sistema produtivo em questão.

A Bahia, por sua vez, não ficou aquém dos processos de aprimoramento e das mudanças estruturais e investimentos ocorridos na agricultura brasileira, que passaram a ser mais pontuais depois dos anos 1970. Sem dúvidas, ocorreu também com foco na

⁶¹ Segundo afirma Haddad (1999), *cluster* consiste no entrelaçamento de indústrias e instituições, compreendendo empresas de abate ou frigoríficos, empresas fornecedoras, empresas prestadoras de serviços, avicultores, instituições de pesquisa, instituições financeiras, instituições públicas locais e estaduais.

avicultura, de modo que as empresas avícolas ou de processamento de milho e soja para fabricação de ração foram, aos poucos, atraídas para esta região em questão com vistas a investir, tornando a atividade relevante e atrativa para diversas famílias, que antes da montagem deste cenário mais favorável de colocação da atividade avícola num patamar mais industrial, já desenvolviam atividades diversas nas suas propriedades rurais.

Pode ser citado ainda que a adesão ao modelo de produção integrada propiciou o aumento significativo da produção avícola. Este aumento foi provocado em escalas crescentes, colocando a região e o Estado no cenário nacional na criação, abate e comercialização da carne de frango, atendendo o mercado local e atingindo várias regiões do país. (CONCEIÇÃO, 2007).

No entanto, esta adesão subsumiu a avicultura independente. De toda a produção registrada no Recôncavo, apenas 15% vem das pequenas propriedades. São avicultores que tem enfrentado a força do capital, manifestado em tecnologia de ponta, investimentos altíssimos em logísticas para escoar a produção, o que tem acarretado na diminuição de propriedades que permanecem produzindo por conta própria.

De certo modo, as ações das empresas avícolas visam indiretamente fadar o produtor independente, esgotar a modalidade para que este, não suportando a pressão, acabe por aderir ao modelo de integração, isto foi o que muitos dos entrevistados deixaram esclarecido.

A avicultura baiana, de alguma forma, promoveu e tem provocado mudanças, principalmente no que diz respeito ao foco de investimentos, de modo que acabou por descentralizar o eixo produtivo desta categoria produtiva agrícola. Antes havia uma concentração da produção avícola nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, principalmente, aos poucos, foi mudando para o Nordeste, atingindo a região estudada, conforme (CARMO, 1999).

O que é preciso considerar é o fato de como a instalação destas empresas impactaram na vida dos pequenos agricultores, principalmente os familiares. Os relatos dizem da impossibilidade de exercer algumas atividades nas suas propriedades, principalmente na criação de pequenos animais, descaracterizando de algum modo o perfil de uma unidade produtiva diversificada, para uma forma de especialização. A inquietação de alguns avicultores gira em torno da preocupação caso haja um esgotamento ou saturação destes modelos e se preocupa em como retomar toda uma trajetória de atividades diversas quando não mais conseguirem gerir suas propriedades. Este é o caso principalmente dos integrados.

Há indicativo por parte de alguns estudiosos como Costa et al (2003) que apontam que a avicultura brasileira ainda não atingiu o nível excelente de qualificação, pois precisa, dentre outras questões, investir na produção de grãos. Na Bahia, tem sido um tanto excepcional esta questão. Ressalte-se que, dentre os fatores, um dos mais relevantes e que põe a Bahia numa posição favorável ao crescimento desta atividade é o fato de utilizar os excedentes de soja e milho produzidos na região oeste do estado, diferentemente de outros estados do Nordeste, que se tornaram dependentes da espera desta matéria-prima para produção de ração (milho e soja), submetendo-se a uma longa espera para receber este material. Enquanto isso, estes estados nordestinos perdem espaço para a produção avícola baiana, que se expande continuamente.

A implantação dos grandes frigoríficos na Região do Recôncavo fez com que a Bahia deixasse de ser dependente de importação de carne de ave congelada. Com a expansão da atividade e a implantação de outros frigoríficos há expectativa de vendas para outros estados e que a Bahia passe à condição de exportador.

Embora o sistema aparente uma funcionalidade e uma estabilidade, verificou-se que há indícios de diversas insatisfações e inadequações na relação do integrado com a indústria. Uma delas diz respeito à posse da terra. É elevado o número de avicultores que exercem suas atividades em terras arrendadas ou de propriedade do frigorífico, isto diminui, de certo modo, a autonomia do avicultor, impedindo-o de um ganho mais desejável. Os aviários, na sua grande maioria, pertencem também a empresas ou são arrendados ou alugados. Quando proprietários da terra, as propriedades são pequenas e ficam subordinadas à empresa integradora.

No que diz respeito às visões dos avicultores integrados sobre a jornada de trabalho, fica nítido que há uma excessiva carga horária cumprida diariamente pelos contratados, indicando que a atividade avícola exige muito tempo disponível para o cuidado com as aves, uma vez que as matrizes precisam atingir o peso ideal para o abate e para o atendimento ao mercado consumidor.

Os avicultores independentes também trabalham relativamente na produção e cuidados com os animais. No entanto, o ritmo é direcionado conforme eles estabelecem com o mercado que eles mesmos criaram. Não se dedicam como que forçadamente, como fazem os integrados, pois se não cumprem, são penalizados com a perda da produção e não recebem por nada. Nestes termos, os independentes são de longe tão explorados em suas atividades quanto os integrados.

Notou-se, ainda, que os avicultores integrados e independentes não usam equipamentos de proteção, tais como botas, luvas, chapéus e máscaras que os protejam, dentre outras situações, do cheiro forte dos dejetos dos animais. Além disso, não ficou claro o que fazem com os restos mortais das aves, que durante o processo de criação acabam morrendo, evidenciando que a atividade não oferece salubridade para os avicultores que lidam diretamente com a produção.

As atividades diárias na lida com as aves no processo de engorda são desenvolvidas também por mulheres e crianças, o que indica certamente que no Recôncavo esta é uma atividade que utiliza predominantemente a mão-de-obra familiar. Não houve registro de remuneração ou assalariamento na atividade por terceiros. São organizados pela família que ao final desfruta deste recurso, para aquisição de bens ou equipamentos que valorizem a propriedade.

Verificamos que em outras regiões do país há uma elevada presença da avicultura no modelo de integração e que é uma atividade na qual se utiliza fortemente também a mão-de-obra familiar, assim como no Recôncavo. Isto indica que o produtor que disponibiliza ou arrenda a sua pequena propriedade recebe da empresa avícola integradora os insumos e a assistência técnica, responsabilizando a família por todo o restante do processo produtivo até que o frango esteja pronto para o abate, conforme (COSTA et al, 2003).

Outro aspecto que merece atenção é o fato da área em torno dos galpões não ter uso destinado, o que é confirmado pelo baixo número de avicultores que tem alguma outra atividade na mesma área das instalações, esta afirmativa é válida para a integração. Os independentes, por sua vez, usam a terra com mais dinâmica, afirmaram que mesmo tendo a avicultura como principal atividade econômica e familiar, as áreas próximas ou mais distantes são usadas para desenvolver plantios temporários, criação de médios ou grandes animais, como bois, porcos ou ovelhas.

Embora a atividade seja indicada como rentável por parte dos avicultores integrados e, mesmo a melhor opção como produção rural, observa-se que existem queixas no tocante aos contratos, às suas cláusulas de rescisão e à condição de desamparo quanto a uma possível ruptura contratual. Sendo assim, é indicado que o rompimento do contrato favorece a integradora e os mais penalizados são os que não são proprietários da terra e do aviário.

Os entrevistados afirmam que desenvolvem a atividade avícola há um tempo considerável, em média entre cinco e dez anos na mesma atividade, neste caso para os

que são do Recôncavo, além de apontarem para mudanças não positivas, quando se referem à avicultura de integração, visto que tem aos poucos acabado com a autonomia dos produtores, além de ocorrer exploração e desrespeito aos trabalhadores.

Constatamos que a atividade avícola no modelo de integração, devido ao seu desempenho frente ao cenário nacional, conforme enfatiza Evangelista et al (2008), atraiu também pessoas de outras regiões do estado para lidar com a avicultura integrada, indicando que esta atividade pode ser uma opção de trabalho para pessoas que desenvolveram atividades na agricultura, pois estas se sentem mais aparelhadas para a lida com o trabalho avícola por se tratar de uma atividade agrícola.

Quanto aos produtores independentes, ficou claro que a maioria desenvolve a atividade avícola há muitos anos. Alguns mantêm a tradição da família, são moradores das comunidades e propriedades visitadas. Para se manterem na atividade é fundamental ser da região, pois desta forma eles estabelecem relação de confiança com os compradores da sua mercadoria, elemento fundamental para continuação do processo produtivo, frente ao avanço das empresas integradoras.

Foi possível constatar que há pouca propensão ao cooperativismo e associativismo entre os entrevistados, indicando a fragilidade organizativa e social destes trabalhadores, sejam integrados ou independentes, pois acabam sendo, de certo modo, muito mais influenciados pela indústria avícola, pelo mercado e obedecendo ao que preconiza o capital tecnológico e industrial instalado.

Ter pouca ação cooperativa implica em duas questões visivelmente insatisfatórias. Primeiro, colocam os avicultores integrados numa posição de inércia frente ao apelo das empresas integradoras. Estes reclamam que são submetidos a uma alta carga de horas na atividade e não recebem ao equivalente. Sem associativismo fica difícil enfrentar esta estrutura solidificada. Segundo, os avicultores independentes se queixam da pouca visibilidade nos seus pleitos, frente às estruturas financeiras e estatais. Estes reclamam que não conseguem acessar créditos para investimentos, inclusive o PRONAF, por serem agricultores familiares e possuírem a DAP, não conseguem êxito, perdendo para os grandes produtores e para empresas.

Embora todo o complexo avícola instalado no Recôncavo seja pujante e tenha redimensionado a avicultura baiana, colocando a região no cenário nacional, verifica-se que as empresas não se preocupam com as questões sociais, visto que não há registros de projetos ou programas que vislumbrem melhoras na qualidade de vida da região

nem, tampouco, que a sustentabilidade seja uma preocupação da agenda destas empresas.

Com relação ao ajuste do preço por unidade de ave, às condições de financiamento, contratuais etc., estes aspectos não levam os avicultores, no momento, a cogitar outra atividade rural. Contudo, há um sentimento de que, em algum momento, deverá se cogitar algum tipo de empoderamento ou criação de uma cooperativa de abate, o que significaria mais autonomia e possibilidade de diferenciação, isso na concepção dos integrados.

Entendemos que os estudos sobre a temática podem explorar, principalmente, as cláusulas contratuais que regem a atividade integrada e verificar a excessiva utilização de uma carga horária incomum na avicultura do Recôncavo comparado a outras regiões; estudar sobre a presença da mulher na avicultura, dando um enfoque de gênero; a observação sobre a possibilidade de exploração do trabalho infantil; além de outras questões que, porventura, não tenham sido abordadas por este estudo.

Estudar a avicultura no Recôncavo da Bahia tem sido um árduo desafio diante das escassas fontes de pesquisa bibliográficas sobre a temática com enfoque nesta região, além dos entraves com as distâncias percorridas e o enfrentamento de algumas empresas não favoráveis ao atendimento dos avicultores por parte de estudantes da UFRB.

No Brasil, há registro de uma terceira modalidade de praticar a avicultura, é a de cooperação, em que avicultores de uma determinada região se unem, montam a cooperativa com a finalidade de comprar ou produzir a própria ração, além de negociar coletivamente com o mercado, diminuindo a presença de atravessadores, assim obtendo maior ganho e diminuindo a preocupação com os aspectos comerciais e de permanência na atividade.

A avicultura cooperada pode se tornar uma modalidade mais presente nas regiões produtoras, visto que, para o modelo integrado diminuiria o uso excessivo da mão-de-obra e as incertezas de frutos promissores com a finalização dos lotes e, para os independentes, garantiria notória visibilidade e permanência no enfrentamento aos desafios impostos pelas grandes empresas e, de certo modo, pelo próprio estado, quando representado pelas instituições que não cumprem devidamente seus papéis de apoio aos pequenos agricultores.

6. REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas SP. HUI TEC. 1998 3ª edição.

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**. Ensaio de Sociologia do Trabalho. Londrina. Editora Práxis 2ª edição. 2007.

ALVES, F. D & SILVEIRA, V. C. P. **As Transformações Capitalistas e a Questão Agrária**. Santa Catarina. Biblioteca Jurídica Virtual. 1997. Busca Legis. ccj.ufsc.br. Acesso em 25 de fevereiro 2014.

BAIARDI, A. **A penetração do Capitalismo na Agricultura e a Reforma Agrária**. Campinas. Boletim da Associação Brasileira da Reforma Agrária. Vol. 12. nº 1. Jan/Fev 1982.

_____. **Neo-productivismo, Neo-associativismo e Turismo Campestre: Outras faces do novo rural**. Salvador. Cadernos CRH nº 28, p. 11-25 jan/jun 1998.

BECKER, H. S. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2007.

BELUSSO, Daiane & HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **A Evolução da Avicultura Brasileira e seus Efeitos Territoriais**. Maringá PR. Revista Percurso NEMO. 2010 vol. 2 n. 1.

BEM, J. S de. **Agroindústrias e Produtores Rurais Integrados: Análise das Relações Econômicas na Avicultura do Paraná**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Agrícola. Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro 1991.

BRANDÃO, M.A. Os **Vários Recôncavos e seus Riscos**. Revista Recôncavos online. www.ufrb.edu.br/reconcavos.ano1_n1.2007. Acesso em 10 de março 2015.

BRUMER, Anita. **Os Rumos do Mundo Rural na América Latina no início do século XXI, num cenário de grandes transformações sociais, econômicas e políticas**. Porto Alegre. Revista Sociologias. ano 5. nº 10 jul/dez de 2003 p . 14- 25

BUAINAIM, A. M. et al. **Sete Teses sobre o Rural Brasileiro** In: BUAINAIM, A. M . et al. (ORG.) O Mundo Rural no Século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília. EMBRAPA. 2014.

CARMO, A. R. B. **Perspectiva para Avicultura de Corte na Bahia**. Revista Bahia Agrícola. Volume 3, número 3 setembro de 1999.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires. Nueva Vision. 1974

CONCEIÇÃO, E. **Territorialidade da avicultura de corte na Bahia: O sistema integrado de produção avícola nos municípios de São Gonçalo dos Campos Conceição da Feira – Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador Bahia. Universidade Federal da Bahia 2007.

COSTA PINTO, L. O anfiteatro: O Recôncavo como uma síntese regional. In: BRANDÃO, M. A. (Org). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador. Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 103-156.

COSTA, T. V. A. M. et al. **Avicultura na Região da Produção / RS: Sua Competitividade através da Análise do Cluster Agroindustrial**. Passo Fundo RS. Universidade de Passo Fundo. 2003. P. 4-17

CUNHA, S.H. P. **Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902**. Campinas: Tese de Doutorado defendida no Instituto de Economia da UNICAMP, 2004.

DE PAULA, N. **A empresa Rural no Brasil: O Capital Agrário Perdendo suas Raízes**. Indicadores Econômicos FEE. Vol. 21, nº 2 1993.

ENDLICH, A. M. Perspectiva sobre o Urbano e o Rural. In: SPOSITO. M. E. B & WHITACKER, A. M (ORGS). **Cidade e Campo: Relações e contradições entre o urbano e o rural**. 2ª edição. São Paulo. Expressão Popular.

EVANGELISTA, R. E. *et al.* **Avicultura Industrial de Corte no Nordeste: Aspectos Econômicos e Organizacionais**. Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre 2008.

FILGUEIRAS, V. A. **Novas/Velhas Formas de Organização e Exploração do Trabalho: A Produção "Integrada" na Agroindústria**. Mediações. Londrina. v. 18 nº 2 Jul/Dez 2013.

FLICK, U. **“O embasamento da pesquisa qualitativa”**. In: Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2004 2ª Ed.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. São Paulo. Atlas 2007. 4ª edição.

GOMES, S. M. T. **O Debate sobre a Reestruturação Produtiva no Brasil**. Curitiba – PR. RAEGA. Departamento de Geografia da UFPR 2011.

GOMES, A. P. W e GOMES, A. P. G. **Sistema de Integração na Avicultura de Corte: Um Estudo de Caso na região de Viçosa MG.** In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Anais: Rio Branco 2008.

GOENDER, Jacob. **Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro.** In: A questão agrária no Brasil: O debate na década de 1990. STÉDILE, J. P (ORG). São Paulo 2013. Expressão Popular. 2ª edição.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo. brasiliense. 1993.

_____. **O Novo Rural Brasileiro.** Belo Horizonte. Revista Nova Economia. vol. 7. nº 1 maio de 1997. p 43-81.

HADDAD, P. **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudo de “clusters”.** Brasília: CNPq / EMBRAPA, 1999

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** Porto - Portugal. Portualense Editora. 1972

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:** o processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo. Abril Cultural. 1982.

LIMA, J. C. **O trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção:** O paradigma revisitado. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 19, nº 56, outubro de 2004.

LIMA et al. **A Avicultura no Recôncavo da Bahia: Visão dos Avicultores Integrados sobre as relações de Produção.** 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Goiânia 2014.

LINS, A. et al(Org). **UFRB 05 anos. Caminhos: histórias e memórias.** Cruz das Almas Bahia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

MARX, K. **O Capital**. A Acumulação Primitiva do Capital. Porto, 1974 .Publicações Escorpião. 2ª edição.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo. Centauro Editora. 2004. 1ª Reimpressão 2010.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital**. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011. 29ª edição.

MIZUSAKI, M. Y. **Reestruturação produtiva na Avicultura em Mato Grosso do Sul**. Florianópolis. Geosul v.22 n.44. jul/dez 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo. FFLCH 2007.

PALOTA, K. F. A. **Avicultura de Corte: Identificação dos Sistemas de Criação na região em Tabatinga SP**. Monografia de Conclusão de Curso Superior em Tecnologia do Agronegócio. Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga. 2012.

PEDRÃO, F.C. Novos rumos e novos personagens. In: BRANDÃO, M. A. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. P.123-145.

_____. **Novos e Velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos**. Disponível em www.fernandopedrão.com.br. Acesso em 10/07/2013.

PREVITALI, S. F. & FAGIANE, C. G. **Trabalho e Reestruturação Produtiva no Meio Rural Brasileiro: Um Estudo sobre o Setor Agroindustrial**. 35º Encontro da ANPOCS. Caxambu MG 2011.

POUPART, J. et al. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis - RJ. Editora Vozes. 2008. 3ª edição.

QUEIROZ, L. M. A & SOUZA, R. C.A. **Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros históricos culturais para o Recôncavo Baiano**. Salvador. Universidade Salvador – UNIFACS 2009.

REI de FRANÇA, L. **A Reestruturação Produtiva da Avicultura de Corte: Rio Verde (GO) e Videira (SC)**. Tese de doutorado apresentada na UNESP 2006.

RICHETTI, A. & SANTOS. C. A. **O Sistema Integrado de produção de Frango de Corte em Minas Gerais: Uma Análise sob a ótica da ECT**. Organizações Rurais e Agroindústrias. Revista de Administração UFLA V.2 n° 2 jul/dez 2000.

SEVERIANO. A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo. Cortez. 2008

SCHNEIDER, S. (ORG). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre - RS. Editora da UFRGS. 2009. 2ª edição.

SCARE, R. F. & SILVA, V. M. **Avicultura Integrada no Oeste da Bahia**. Revista Agroanalysis. São Paulo 2010.

SORJ, B. *et al.* **Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do centro Edelstien de Pesquisas Sociais. 2008.

STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005. pp. 15-31 .

STORTI, I. **Camponesas, Cooperativa e Avicultura: Diferentes estratégias de reprodução camponesa**. Campo Território. Revista de Geografia Agrária v.4 n° 7. Fevereiro 2009.

TAVARES, L.H. **História da Bahia**. Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

TELO, F. e DAVID, C. de. **Rupturas e Continuidades Camponesas na Avicultura Integrada do Município de Anta Gorda/RS.** Geo UERJ. Ano 15, n.º 24, vol. 1º semestre 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1ª Ed. 15ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007

VITAL, T. W. *et al.* **Avicultura Integrada e Estratégias de Mercado de Grandes Empresas em Pernambuco.** XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco Acre 2008.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: Os Estudos Rurais no Brasil.** Campinas SP. Editora da Unicamp. 2011.

APÊNDICE



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIGULDADES E DESENVOLVIMENTO.

Roteiro de Entrevistas

I – Identificação:

1. Idade

2. Estado Civil:

3. Cor

4. Sexo

5. Número de Filhos

6. Formação Escolar

7. O Senhor (a) é dono da terra? E do Aviário?
8. Mora na Cidade ou na Zona Rural?
9. Há quantos anos o Sr (a) vive nesta propriedade e na Região?

II – Avicultor e a Relação com o trabalho e a produção

1. Até os dias atuais, quais foram as atividades trabalhistas que o Senhor (a) já desenvolveu?
2. O que o Senhor (a) pensa sobre o trabalho na sua vida?
3. Como o Senhor (a) avalia a sua vida se não tivesse como trabalhar?
4. Aqui na avicultura, quais são as atividades (tarefas) que o Senhor (a) desenvolve todos os dias?
5. Quantas horas em média o Senhor (a) trabalha por dia na atividade?
6. Quantas aves têm alocadas no aviário atualmente?
7. Qual a sua renda média com a avicultura?

III – Relação Avicultor X Atividade Avícola

1. Quantas pessoas estão trabalhando atualmente com o Senhor (a) na atividade avícola aqui na sua propriedade (unidade produtiva)? Quem são elas?
2. Por que Senhor (a) escolheu este modelo de produção e não o integrado?
3. O que o Senhor (a) acha mais interessante: ser avicultor independente ou integrado? Por quê?
4. Como o Senhor (a) faz para negociar e vender a sua produção?
6. O senhor (a) está satisfeito (a) com a sua produção avícola? Por quê?
7. O Senhor (a) considera justo o que recebe pela produção ao final de cada lote? Por quê?
9. O seu padrão de vida e consumo melhorou ou piorou após sua inserção na avicultura? Por quê?

10. Se encontrasse outra modalidade de trabalho ou emprego com contrato, deixaria de ser avicultor? Por quê?

11. Além da avicultura, o Senhor (a) desenvolve outras atividades remuneradas ou outra modalidade (comércio, artesanato, serviços etc.)? E seus filhos?

IV – Avicultor Cidadão

1. O Senhor (a) é membro de alguma associação, cooperativa ou sindicato? Por que se associou?

2. O que o Senhor (a) tem a dizer sobre a avicultura no Recôncavo?

3. O Senhor (a) é beneficiário de alguma política pública? Aposentadoria Rural? Bolsa Família? PRONAF?